



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS APLICADOS
MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO DE NEGÓCIOS TURÍSTICOS**

MARCOS ANTONIO RAMOS CUNHA

**A ROTA VERDE DO CAFÉ COMO ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO
INTEGRADO DO TURISMO SUSTENTÁVEL NO MACIÇO DE BATURITÉ – CE**

FORTALEZA – CEARÁ

2017

MARCOS ANTONIO RAMOS CUNHA

A ROTA VERDE DO CAFÉ COMO ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO
INTEGRADO DO TURISMO SUSTENTÁVEL NO MACIÇO DE BATURITÉ – CE

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Gestão de Negócios Turísticos do Centro de Estudos Sociais Aplicados e Centro de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Gestão de Negócios Turísticos. Área de Concentração: Gestão de Negócios Turísticos.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Laura Mary Marques Fernandes.

FORTALEZA – CEARÁ

2017

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

Universidade Estadual do Ceará

Sistema de Bibliotecas

Cunha, Marcos Antonio Ramos.

A rota verde do café como estratégia de desenvolvimento integrado do turismo sustentável no Maciço de Baturité - CE [recurso eletrônico] / Marcos Antonio Ramos Cunha. - 2017.

1 CD-ROM: il.; 4 ¼ pol.

CD-ROM contendo o arquivo no formato PDF do trabalho acadêmico com 149 folhas, acondicionado em caixa de DVD Slim (19 x 14 cm x 7 mm).

Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Estadual do Ceará, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Mestrado Profissional em Gestão de Negócios Turísticos, Fortaleza, 2017.

Área de concentração: Gestão dos Negócios e dos Territórios Turísticos.

Orientação: Prof.^a Dra. Laura Mary Marques Fernandes.

1. Sustentabilidade. 2. Turismo. 3. Turismo Sustentável. 4. Regionalização. 5. Roteirização. I. Título.

MARCOS ANTONIO RAMOS CUNHA

A ROTA VERDE DO CAFÉ COMO ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO
INTEGRADO DO TURISMO SUSTENTÁVEL NO MACIÇO DE BATURITÉ – CE

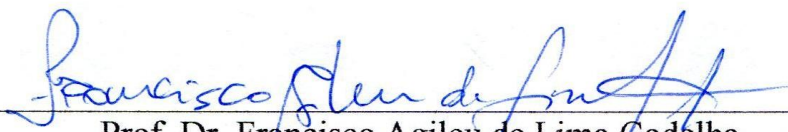
Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Gestão de Negócios Turísticos do Centro de Estudos Sociais Aplicados e Centro de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial para à obtenção do título de mestre em Gestão de Negócios Turísticos. Área de Concentração: Gestão de Negócios Turísticos.

Aprovada em: 18 de setembro de 2017.

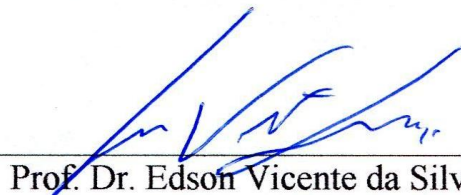
BANCA EXAMINADORA



Prof.^a. Dra. Laura Mary Marques Fernandes (Orientadora)
Universidade Estadual do Ceará - UECE



Prof. Dr. Francisco Agileu de Lima Gadelha
Universidade Estadual do Ceará - UECE



Prof. Dr. Edson Vicente da Silva
Universidade Federal do Ceará - UFC

Ao meu pai, Walmick, *in memoriam*, pelo exemplo de vida.

AGRADECIMENTOS

Ao Curso de Pós-Graduação em Gestão de Negócios Turísticos da Universidade Estadual do Ceará (UECE), pela nobreza em disseminar o conhecimento científico.

À UNIPACE pela estrutura oferecida.

Ao SINTAF pela oportunidade dada.

À professora Dra. Laura Mary Marques Fernandes, pela orientação e estímulo à pesquisa.

À banca examinadora composta pelo professor Dr. Francisco Agileu de Lima Gadelha e pelo professor Dr. Edson Vicente da Silva, pelas instruções na condução do estudo.

A Fabiana Gizeli e ao corpo técnico do SEBRAE, pela presteza.

Aos meus filhos Guilherme e Flávia e à minha mãe Ruth, pela ajuda.

À minha esposa Sheila, companheira de todas as horas, pelo apoio incondicional nos momentos mais difíceis.

A todos aqueles que, direta ou indiretamente, participaram da elaboração deste trabalho.

“Tente. Fracasse. Não importa. Tente
outra vez. Fracasse de novo. Fracasse
melhor.”

(Samuel Beckett)

RESUMO

Esta dissertação tem como tema a roteirização como estratégia de desenvolvimento integrado do turismo sustentável no Maciço de Baturité. Avalia a capacidade do projeto idealizado pelo SEBRAE/CE em fomentar o turismo por meio da utilização sustentável dos recursos naturais e culturais, tendo como elemento norteador o legado histórico-cultural remanescente do cultivo do café sombreiro, reconhecendo na atividade cafeeira um potencial para o desenvolvimento do turismo na região. A exequibilidade da adoção de estratégias que dinamizem o turismo no Maciço de Baturité serviu como problematização para a pesquisa com os questionamentos: A Rota Verde do Café promove o desenvolvimento integrado do turismo sustentável no Maciço de Baturité? Quais as razões que levaram à criação da Rota Verde do Café? Como se deu o processo de viabilização? Quais os atrativos e serviços turísticos oferecidos? Quais os equipamentos envolvidos? Quem operacionaliza os serviços? Optou-se pelo estudo de caso que organiza os dados sociais por intermédio de uma investigação empírica com base no planejamento, coleta e análise de dados. A abordagem utilizada foi quali-quantitativa com aplicação de formulários e entrevistas. Perceberam-se as dificuldades encontradas pelos sujeitos envolvidos no programa dados os problemas estruturais encontrados na região. No entanto, a Rota Verde do Café possibilita a inclusão dos municípios de Baturité, Guaramiranga, Mulungu e Pacoti no mapa turístico do Ceará ao fortalecer a integração do turismo no Maciço de Baturité. Apesar dos paradoxos e contradições, a Rota Verde do Café mostra-se, atualmente, viável, tolerável e justa, buscando alcançar o nível ideal de sustentabilidade.

Palavras-chave: Sustentabilidade. Turismo. Turismo Sustentável. Regionalização. Roteirização.

ABSTRACT

This dissertation is about the routing as a strategy for the integrated development of sustainable tourism in Massif of Baturité. It assesses the capacity of SEBRAE/CE's project to foster tourism through the sustainable use of natural and cultural resources, taking as its guiding element the remaining historical and cultural legacy of the cultivation of shadow coffee, recognizing in the coffee sector a potential for the development of tourism in the region. Feasibility of the adoption of strategies that dynamism tourism in Massif of Baturité served as problematization for the research with the questions: Does the Green Coffee Route promote the integrated development of sustainable tourism in Massif of Baturité? What are the reasons that led to the creation of Green Coffee Route? How did the viability process take place? What attractions and tourism services are offered? What equipments are involved? Who operates the services? We chose a case study that organizes social data through an empirical investigation based on planning, data collection and analysis. The approach used was qualitative and quantitative with application of forms and interviews. Difficulties encountered by the individuals involved in the program are perceived in view of structural problems of the region. However, the Green Coffee Route makes possible the inclusion of the cities of Baturité, Guaramiranga, Mulungu e Pacoti in the tourist map of Ceará by strengthening the integration of tourism in the Massif of Baturité. Nowadays, despite the paradoxes and contradictions, the Green Coffee Route is viable, tolerable and fair, aiming to reach the ideal level of sustainability.

Key-words: Sustainability. Tourism. Sustainable Tourism. Regionalization. Routing.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Pilares da Sustentabilidade	33
Figura 2 – Relação entre Região, Rota e Roteiro Turístico.....	49
Figura 3 – Mapa de localização do Polo Maciço de Baturité	61
Figura 4 – Igreja Matriz no município de Acarape	70
Figura 5 – Igreja Matriz no município de Aracoíaba.....	71
Figura 6 – Praça Adolfo Lima no município de Aratuba	72
Figura 7 – Centro do município de Barreira.....	73
Figura 8 – Centro do município de Baturité.....	74
Figura 9 – Vista do município de Capistrano.....	75
Figura 10 – Centro do município de Guaramiranga	76
Figura 11 – Vista do município de Itapiúna.....	77
Figura 12 – Estátua de São Sebastião no município de Mulungu.....	78
Figura 13 – Praça da Matriz no município de Ocara.....	79
Figura 14 – Entrada do município de Pacoti	80
Figura 15 – Igreja Matriz no município de Palmácia.....	81
Figura 16 – Monumento Negra Nua no município de Redenção.....	82
Figura 17 – Grãos de café cereja	86
Figura 18 – Processo de torrefação dos grãos de café	87
Figura 19 – Balaios utilizados na colheita do café	92
Figura 20 – Mapa de acesso aos municípios de Baturité, Guaramiranga, Mulungu e Pacoti.....	96
Figura 21 – Mapa da Rota Verde do Café	100
Figura 22 – Estação Ferroviária / Museu Ferroviário em Baturité.....	101
Figura 23 – Fachada do Mosteiro dos Jesuítas em Baturité	102
Figura 24 – Fachada do Sítio São Roque em Mulungu	103
Figura 25 – Fachada do Sítio Espatodea em Mulungu.....	104
Figura 26 – Fachada do Sítio Vale da Biodiversidade em Mulungu.....	104
Figura 27 – Secagem do café no Sítio Águas Finas em Guaramiranga.....	105
Figura 28 – Fachada da Fazenda Floresta em Guaramiranga	106
Figura 29 – Vista panorâmica do Nosso Sítio em Pacoti	106
Figura 30 – Fachada do Sítio São Luís em Pacoti	107

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Origem dos produtos comercializados pelos equipamentos da Rota Verde do Café	111
Gráfico 2 – Projetos sociais realizados pelos equipamentos da Rota Verde do Café	114
Gráfico 3 – Salário mensal dos empregados dos equipamentos da Rota Verde do Café	115
Gráfico 4 – Empregados que trabalham com carteira assinada nos equipamentos da Rota Verde do Café	116
Gráfico 5 – Avaliação dos turistas sobre a qualidade dos produtos/serviços comercializados na Rota Verde do Café	118
Gráfico 6 – Avaliação dos turistas sobre os preços cobrados dos produtos/serviços na Rota Verde do Café	119
Gráfico 7 – Aspectos positivos apontados pelos turistas que visitaram a Rota Verde do Café	120
Gráfico 8 – Aspectos negativos apontados pelos turistas que visitaram a Rota Verde do Café	121

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABIC	Associação Brasileira da Indústria de Café
ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ACETER	Associação Cearense de Turismo no Espaço Rural Natural
ADAO	Associação para o Desenvolvimento da Agropecuária Orgânica
APA	Área de Proteção Ambiental
APP	Área de Preservação Permanente
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CeCafé	Conselho dos Exportadores de Café do Brasil
CNTur	Conselho Nacional de Turismo
EMBRATUR	Empresa Brasileira de Turismo
IBC	Instituto Brasileiro do Café
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IPECE	Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
Mtur	Ministério do Turismo
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PAT	Plano de Ação para o Turismo
PDITS	Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável
PET	Polietileno Tereftalato
PIB	Produto Interno Bruto
PLANTUR	Plano Nacional de Turismo
PNMT	Programa Nacional de Municipalização do Turismo
PNT	Política Nacional de Turismo
PPA	Plano Plurianual
PRODETUR	Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo
PRT	Programa de Regionalização do Turismo
PTDRS	Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
RPPN	Reserva Particular do Patrimônio Natural
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SEMACE	Superintendência Estadual do Meio Ambiente
SEPLAG	Secretaria do Planejamento e Gestão
SETUR/CE	Secretaria do Turismo do Estado do Ceará
SETUR/MG	Secretaria de Estado de Turismo de Minas Gerais
UC	Unidade de Conservação
WWF	<i>World Wide Fund for Nature</i>

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	14
2	METODOLOGIA.....	19
3	TURISMO SUSTENTÁVEL E A ROTEIRIZAÇÃO COMO ESTRATÉGIA DE REGIONALIZAÇÃO	24
3.1	OS PILARES DO TURISMO SUSTENTÁVEL.....	27
3.2	A POLÍTICA NACIONAL DE REGIONALIZAÇÃO DO TURISMO E A ROTEIRIZAÇÃO	36
4	O MACIÇO DE BATURITÉ-CE E SUA RELAÇÃO COM O TURISMO	53
4.1	O PLANO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DO TURISMO SUSTENTÁVEL – PDITS	59
4.2	OS MUNICÍPIOS DO MACIÇO DE BATURITÉ-CE	64
5	A ROTA VERDE DO CAFÉ NA INTEGRAÇÃO DO TURISMO SUSTENTÁVEL NO MACIÇO DE BATURITÉ-CE.....	83
5.1	A HISTÓRIA DO CAFÉ NO MACIÇO DE BATURITÉ-CE	84
5.2	A PROMOÇÃO DO TURISMO SUSTENTÁVEL PELA ROTA VERDE DO CAFÉ	94
6	CONCLUSÃO.....	123
	REFERÊNCIAS	126
	APÊNDICES.....	137
	APÊNDICE A – FORMULÁRIOS APLICADOS AOS PROPRIETÁRIOS DE ESTABELECIMENTOS	138
	APÊNDICE B – FORMULÁRIOS APLICADOS AOS EMPREGADOS DOS ESTABELECIMENTOS	142
	APÊNDICE C – FORMULÁRIOS APLICADOS AOS TURISTAS	145
	APÊNDICE D – FORMULÁRIOS APLICADOS AOS AGENTES INSTITUCIONAIS	148

1 INTRODUÇÃO

Pesquisadores e especialistas têm demonstrado interesse pelo desenvolvimento sustentável do turismo. Gestores públicos e privados associam políticas e ações à sustentabilidade a exemplo dos Planos de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDTIS), elaborados no âmbito do Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR), e das ações de empresas de turismo que adaptam roteiros para auxiliar na formação da cidadania e optam por fornecedores que adotam práticas sustentáveis. Observa-se a utilização dos termos desenvolvimento sustentável, sustentabilidade e turismo sustentável.

A Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), além da série ISO 14000, voltada para a gestão ambiental de procedimentos relacionados ao turismo, publicou a NIH - 54/2004 Meios de hospedagem - requisitos para a sustentabilidade e a NBR 20121/2012 que trata de eventos sustentáveis. Contudo, a efetivação dos pilares da sustentabilidade e de práticas sustentáveis ainda são desafios para a sociedade. No turismo, não é diferente. Acrescente-se que o desenvolvimento sustentável se refere ao equilíbrio dos pilares econômico, social e ambiental e é proposto em uma sociedade capitalista.

Sendo o turismo uma prática social que contempla uma série de sujeitos de diferentes áreas para se efetivar, a sustentabilidade no turismo envolve desde a oferta de serviços urbanos básicos nos destinos turísticos ou núcleos receptores de turistas à utilização de serviços turísticos sustentáveis como os roteiros de comunidades que trabalham o turismo solidário. Apesar da contradição entre o ideário da sustentabilidade e do sistema econômico hegemônico e do fato de o desenvolvimento sustentável ser um termo que surgiu recentemente nos anos 1980, verificam-se iniciativas voltadas para a sustentabilidade.

Para melhor compreender o tema turismo sustentável definiu-se como objeto de estudo a Rota Verde do Café no Maciço de Baturité. O Maciço de Baturité, localizado no centro-norte do Estado do Ceará, a cerca de 100 km de Fortaleza, possui clima ameno e típico de serras úmidas e apresenta diferentes unidades geoambientais, sendo o enclave úmido destacado como diferencial para o turismo. Na política de turismo, o Maciço de Baturité integra a região turística Serras de Aratanha e Baturité, uma das doze regiões turísticas do Estado do Ceará. Fazem

parte dessa região os municípios de Baturité, Guaramiranga, Maranguape, Pacatuba, Pacoti, Palmácia e Redenção.

A Rota Verde do Café, composta pelos municípios de Baturité, Guaramiranga, Mulungu e Pacoti, reúne uma estratégia de desenvolvimento regional, aproxima municípios da região e fomenta uma atividade tradicional - o cultivo do café - e os negócios familiares dos empreendedores. Integra um programa que resgata o cultivo do café de sombra e está em consonância com as diretrizes da Política de Regionalização do Turismo, notadamente, no que se refere à estruturação de roteiros turísticos integrados.

A Rota Verde do Café no Maciço de Baturité é um conjunto de ações promovidas pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE/CE), em parceria com proprietários de sítios, fazendas e meios de hospedagem. A iniciativa busca fomentar o turismo com a utilização sustentável dos recursos naturais, preservação do patrimônio histórico-cultural remanescente do ciclo do café e promoção do cultivo do café sombreiro como ferramenta permanente de socialização da população local, reconhecendo na atividade cafeeira um potencial para o desenvolvimento do turismo regional.

O nome Rota Verde do Café remete à questão da sustentabilidade da cafeicultura local por meio da aplicação de um modelo sustentável de produção que melhore a qualidade de vida das comunidades locais, promova harmonia e equilíbrio ambiental e contribua para o fortalecimento das organizações produtivas em toda a região. Inicialmente chamada Rota do Café Verde, a denominação foi alterada para a atual com o intuito de enfatizar as propostas de sustentabilidade inseridas no projeto e não apenas no tipo de café cultivado, ampliando assim a contextualização do tema.

São ofertadas atividades como trilhas por entre cafezais, onde se tem oportunidade de conhecer os processos de torrefação e moagem do café. Ao longo da Rota, verifica-se o patrimônio cultural formado por casarios urbanos e rurais, engenhos de cana de açúcar, casas de farinha, edificações públicas e religiosas, bem como antigas fazendas de café, casarões, fazendas e sítios seculares. A rota favorece o conhecimento da arquitetura das cidades, a oportunidade de saborear um café colonial, além de viajar no tempo ao percorrer as instalações da estação ferroviária, especialmente ao visitar o modelo da “Maria Fumaça” que fazia o trajeto

Baturité – Fortaleza, transportando tanto a população local como a produção agrícola da região, destacando-se o café.

A relevância da pesquisa está no fato de aprofundar o estudo do potencial turístico do Maciço de Baturité com foco em uma proposta de turismo integrado e sustentável que busca criar mais opções que contribuam para o incremento do turismo na região, tendo como suporte o resgate de uma atividade relacionada à história do Maciço: o cultivo do café. Além desse fato, busca-se também analisar os efeitos econômicos, sociais e ambientais que a atuação da rota gera na região.

Nesse cenário, o tema interessa aos sujeitos envolvidos na oferta de serviços turísticos, ao vislumbrarem na Rota a possibilidade de incremento dos negócios e intensificação da economia serrana, além dos turistas que desejam que as expectativas geradas sejam atendidas ao elegerem a Rota Verde do Café como objeto de visitação. Interessa também aos artesãos e pequenos produtores e empreendedores que encontram mais um canal para comercialização da produção. Tais expectativas perpassam por diversos aspectos como a qualidade dos produtos e serviç os disponibilizados, preç os praticados, conservação dos equipamentos, sinalização dos locais, estrutura dos meios de hospedagem e na concepção do desenvolvimento sustentável no resguardo dos recursos naturais e culturais.

A Rota Verde do Café surge como um instrumento de diversificação da oferta turística e meio de fomento para investimentos no Maciço de Baturité, considerando a riqueza histórica, cultural e natural da região. Somam-se a isso a valorização da história do apogeu e o crescimento econômico da região como contribuição para o fortalecimento da identidade local.

A disserta o tem como problematiza o a exequibilidade da adoção de estratégias que dinamizem o turismo no Maciço de Baturité, disponibilizando para turistas que buscam na Rota Verde do Café experiências que aliem lazer, diversão, intera o com a identidade das comunidades locais, amplia o do conhecimento e sensibiliza o sobre a importância da utiliza o de práticas sustentáveis.

A partir da aproxima o com o tema e da área de estudo, a principal indaga o da pesquisa  : a Rota Verde do Café promove o desenvolvimento integrado do turismo sustentável no Maciço de Baturité? Diante da realidade da Rota, outros questionamentos foram elaborados:

- Quais as razões que levaram   cria o da Rota Verde do Café?
- Como se deu o processo de viabiliza o da Rota Verde do Café?

- Quais os atrativos e serviços turísticos oferecidos?
- Quais os empreendimentos envolvidos?
- Quem participa da operacionalização dos serviços?

Os questionamentos elencados e a pesquisa exploratória permitiram elaborar as seguintes proposições:

- A Rota Verde do Café promove o fortalecimento turístico da região.
- A Rota Verde do Café promove o turismo sustentável na região.
- A Rota Verde do Café promove apenas alguns pilares do turismo sustentável
- A iniciativa sinaliza benefícios mútuos para os envolvidos.
- Existe preocupação com o desenvolvimento sustentável do turismo na região.

Com base nessas questões e proposições, define-se como objetivo geral do estudo identificar a contribuição da Rota Verde do Café para o desenvolvimento integrado do turismo sustentável no Maciço de Baturité. Na busca de alcançar o objetivo geral pretendido e responder às questões norteadoras do estudo, estabelecem-se os seguintes objetivos específicos relacionados aos diferentes pilares da sustentabilidade:

- Identificar a oferta de produtos e serviços disponibilizados aos turistas pela Rota Verde do Café.
- Verificar o retorno social, econômico e ambiental das atividades da rota para os envolvidos e para a região.
- Levantar as facilidades, dificuldades dos processos de criação e viabilização da Rota Verde do Café.

A pesquisa é de natureza aplicada, de cunho descritivo e explicativo e de abordagem quali-quantitativa. Adota-se como método de procedimento o estudo de caso. Os principais conceitos utilizados são desenvolvimento sustentável, turismo sustentável, políticas públicas de turismo, regionalização e roteirização.

O estudo está dividido em seis partes. Na primeira, é feita a apresentação do trabalho, introduzindo o tema a ser discutido, situando o objeto no contexto em que está inserido e descrevendo a problematização, questionamentos, objetivos e metodologia que fundamentam a dissertação.

Na segunda parte, detalham-se a metodologia, indicadores, instrumentos da pesquisa e abordagem que fundamentam o trabalho.

Na terceira parte, trata-se da compreensão sobre turismo sustentável, da roteirização como instrumento de regionalização, discorre-se sobre a relação entre o turismo e os pilares da sustentabilidade, detalhando a Política Nacional de Regionalização no Turismo, analisando os conceitos de região, rotas, roteiros e circuitos turísticos e mostrando exemplos de roteirização existentes.

A quarta parte analisa as ações estratégicas recomendadas pelo Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS) do Maciço de Baturité, apresenta os municípios onde está localizada a área objeto do estudo - o Maciço de Baturité, e descreve o processo de desenvolvimento do turismo na serra.

Na quinta parte, aborda-se a Rota Verde do Café como estratégia de dinamização do turismo sustentável no Maciço detalhando a concepção, objetivos, execução e desafios da iniciativa, além de relatar a história do ciclo econômico do café no Brasil e no Ceará, descrever os equipamentos incluídos na Rota e mostrar a visão dos gestores do programa, proprietários de equipamentos turísticos, empregados e turistas.

Na sexta parte, são apresentadas as conclusões do estudo.

2 METODOLOGIA

A pesquisa é definida como um conjunto de ações que produzem novos conhecimentos em uma determinada área. Para Cervo (2007), pesquisa é uma atividade voltada para a investigação de problemas práticos por meio do emprego de processos científicos. Demo (2000, p. 20) explica que “pesquisa é entendida tanto como procedimento de fabricação de conhecimento, quanto como procedimento de aprendizagem (princípio científico e educativo), sendo parte integrante de todo processo reconstrutivo de conhecimento”.

Para que os resultados da pesquisa sejam alcançados com eficácia, faz-se necessário elaborar caminhos por meio da utilização de métodos científicos. Lakatos e Marconi (1999, p. 16-17) afirmam que, segundo Calderón, método é um “conjunto de regras úteis para a investigação, é um procedimento cuidadosamente elaborado, visando provocar respostas na natureza e na sociedade, e, paulatinamente, descobrir sua lógica e leis.” Ainda de acordo com Marconi e Lakatos (2010, p. 65)

[...] o método é o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo – conhecimentos válidos e verdadeiros – traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do cientista.

Utilizou-se o método do estudo de caso como meio de organizar os dados sociais preservando o caráter unitário do objeto estudado ao considerar a unidade como um todo, incluindo o seu desenvolvimento (GOODE; HATT, 1969). De acordo com Bressan (2000), o estudo de caso tem sido utilizado tanto na pesquisa social, por meio das disciplinas tradicionais como a Psicologia, como nas disciplinas com grande foco no empirismo como a Administração, além de ser usado para a elaboração de teses e dissertações nestas áreas. Ventura (2007, p. 84) faz a seguinte afirmação:

Segundo Yin, o estudo de caso representa uma investigação empírica e compreende um método abrangente, com a lógica do planejamento, da coleta e da análise de dados. Pode incluir tanto estudos de caso único quanto de múltiplos, assim como abordagens quantitativas e qualitativas de pesquisa.

Marujo (2016, p.122) explica que o estudo de caso tem o objetivo de conhecer o fenômeno turístico por meio de exemplos singulares e que “os casos podem consistir em indivíduos, em comunidades, em regiões ou países, em

organizações, em lugares ou projectos”. Explica assim que “os estudos de caso são centrais à maior parte das pesquisas em humanidades e Ciências Sociais e são certamente adequados na pesquisa turística” (BEETON, 2005 *apud* MARUJO, 2016, p.122). Xiao (2010 *apud* MARUJO, 2016, p.122) afirma que:

Os estudos de caso na investigação em turismo são usados em contextos ou situações tão diversas como, por exemplo, no planejamento e desenvolvimento do turismo; nas percepções da comunidade sobre os impactos do turismo; nas formas alternativas da experiência turística; no *marketing* do destino e imagem; na segmentação e mercados turísticos; no turismo cultural; nas relações entre turistas e anfitriões e nos festivais e eventos.

A pesquisa é aplicada, descritiva e explicativa. A abordagem é quali-quantitativa, pois busca informações, apreciação dos fatos e avaliação dos dados apresentados ao se averiguar as particularidades do objeto em estudo, situação que não pode ser traduzida exclusivamente em números.

Seguindo a estratégia de pesquisa definida, foram elaborados os questionamentos da pesquisa, proposições e objetivos. Procedeu-se à continuação da revisão de literatura, assim, realizou-se pesquisa em livros, teses, dissertações, artigos e fotografias. E também levantamento de dados e informações em arquivos públicos e particulares, bem como consulta de documentos oficiais, memórias e material disponibilizado na internet.

As técnicas de pesquisa incluíram o levantamento de dados na área de estudo, dessa forma, a pesquisa de campo contemplou, inicialmente, a observação não participante por ocasião da realização de um FAMTOUR¹ organizado pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE/CE), que permitiu as observações iniciais sobre a Rota Verde do Café. De acordo com Dencker (*apud* RODRIGUES, 2014, p. 215), “a pesquisa empírica é um importante meio de adquirir conhecimento, pois é possível observar, refletir e atribuir sentidos a fatos e objetos antes contemplados”.

Considerando o universo dos quatro municípios que compõem a Rota: Baturité, Guaramiranga, Mulungu e Pacoti e nove empreendimentos: Fazenda Floresta, Mosteiro dos Jesuítas, Museu Ferroviário, Nosso Sítio, Sítio Águas Finas, Sítio Espatodea, Sítio São Luís, Sítio São Roque e Vale da Biodiversidade, foram

¹ São viagens de familiarização denominadas de *fam trips* ou *fam tours* com o objetivo de promover destinos e produtos turísticos. Gestores públicos e privados convidam agentes de viagens, operadores, jornalistas (*press trip*), entre outros formadores de opinião, para conhecer um roteiro, um equipamento.

definidas a realização de entrevistas e a aplicação de questionários. Estabeleceram-se também o público-alvo e a amostra da seguinte forma:

- a) Um questionário para o SEBRAE, órgão gerenciador do projeto.
- b) Um questionário para as secretarias de Turismo de cada um dos municípios que fazem parte da Rota Verde do Café.
- c) Oito questionários para os proprietários ou responsáveis pelos equipamentos turísticos incluídos na Rota Verde do Café
- d) Dezesete questionários para os empregados dos equipamentos pertencentes à Rota Verde do Café.
- e) Quarenta questionários para os turistas.

Para os itens a, b e c acima expostos, procurou-se entrevistar todos os sujeitos envolvidos no programa. Nos demais itens, adotou-se a técnica de amostragem não probabilística por conveniência, utilizada quando não se tem acesso à lista completa de indivíduos que formam a população ou marco amostral. A ferramenta escolhida consistiu em selecionar uma amostra da população que fosse acessível, ou seja, os indivíduos empregados na pesquisa foram selecionados porque estavam prontamente disponíveis e não porque foram escolhidos por meio de um critério estatístico rigoroso.

Entre as quatro secretarias municipais de Turismo, uma não respondeu o questionário, situação semelhante com a ocorrida entre os equipamentos no intervalo de realização da pesquisa. De uma população de 64 empregados dos equipamentos pesquisados, dezessete se prontificaram a responder às perguntas propostas, correspondendo a uma amostra de 26.5%.

Na exposição dos resultados encontrados na pesquisa, utilizou-se a mostra de frequência relativa para os questionários respondidos pelos proprietários, dos equipamentos, empregados e turistas.

A pesquisa de campo foi realizada entre 30 de junho e 5 de agosto de 2017, aproveitando a época de férias escolares, caracterizada como alta estação turística. Inicialmente foram feitos os contatos com os sujeitos participantes, informando os motivos da pesquisa e, em seguida, foram aplicados os questionários com agentes institucionais, proprietários de equipamentos, empregados e turistas.

Para elaboração dos questionários e roteiros de entrevistas foram consultadas metodologias que utilizam indicadores de sustentabilidade. De acordo com Meadows (*apud* SANTOS, 2013, p.46), os indicadores “são componentes que

fornece informações indispensáveis para a compreensão do mundo, para tomada de decisões e para planificação de ações”. Dessa forma, além dos conteúdos específicos da realidade da área de estudo, foi incluída a análise por meio dos componentes dos pilares da sustentabilidade:

a) em relação ao pilar econômico: renda gerada pelos turistas, funcionamento dos estabelecimentos nos fins de semana e feriados, origem dos produtos comercializados, investimentos no equipamento turístico que atendem ao aumento da demanda e taxas cobradas pelos estabelecimentos para visitação;

b) em relação ao pilar social: iniciativa de capacitação e treinamento profissional aos empregados, oferta de produtos/serviços típicos locais, geração de emprego e projetos sociais envolvendo residentes locais;

c) em relação ao pilar ambiental: programas de redução de consumo de água, programas de redução de consumo de energia, coleta seletiva de resíduos sólidos, processo de certificação ambiental e/ou turística e áreas protegidas, recuperadas ou em fase de recuperação.

Avaliaram-se ainda a satisfação dos turistas e a atuação institucional conforme descrito a seguir:

a) em relação ao nível de satisfação dos turistas: informações adquiridas sobre a Rota, sinalização dos equipamentos, qualidade dos produtos/serviços oferecidos, preços cobrados pelos produtos/serviços e estrutura oferecida;

b) em relação à atuação institucional: apoio dos órgãos governamentais, estratégias de divulgação e comercialização dos produtos típicos, participação da comunidade local nas decisões e ações voltadas para a proteção do patrimônio histórico e natural.

Tais indicadores servem como parâmetro e critério para uma análise mais precisa dos resultados encontrados, pois são mecanismos adotados para identificar se as estratégias utilizadas pela Rota Verde do Café contribuem para o desenvolvimento integrado do turismo sustentável.

Os conceitos fundantes da pesquisa são: desenvolvimento sustentável, turismo, turismo sustentável, sustentabilidade, políticas públicas de turismo, regionalização e roteirização, tomando como base obras e estudos publicados por Araujo e Taschner (2012), Bolson (2005), Cooper (2007), Coriolano (2014), Costa e Carvalho (2012), Estender e Pita (2008), Fernandes (2014), Krippendorf (1989), Swarbrooke (2000) e Vieira (2011).

Depois da pesquisa de campo procedeu-se à sistematização e à análise dos dados com o fim de alcançar os objetivos do estudo.

3 TURISMO SUSTENTÁVEL E A ROTEIRIZAÇÃO COMO ESTRATÉGIA DE REGIONALIZAÇÃO

Após a Segunda Guerra Mundial, o turismo passou a ser reconhecido como um componente do setor econômico. Em todo o mundo, áreas naturais remanescentes passaram a ser exploradas e consumidas por turistas. Ao mesmo tempo em que o incremento de divisas se sobressaía, os danos causados ao meio ambiente passaram a preocupar a sociedade em geral, despertando o mundo para a necessidade de se buscar instrumentos que garantissem o crescimento sustentável da atividade.

De acordo com Coriolano (2014), turismo e meio ambiente são realidades inseparáveis e devem ser discutidos como uma questão de (in)sustentabilidade social e ambiental, sem deixar de se levar em conta suas contradições. Concomitantemente provoca efeitos econômicos positivos como influência no crescimento do PIB, geração de salários e rendas por meio da criação de empregos diretos e indiretos e incremento de investimentos em lugares de potencial interesse, a exploração turística produz efeitos negativos como agravamento dos problemas sociais, culturais e ambientais nas comunidades locais e ecossistemas, além de aumento da concentração de renda.

A sustentabilidade tornou-se, então, uma meta global a se alcançar pelos governos, empresas privadas, terceiro setor e sociedade em geral, por meio da construção de procedimentos sustentáveis que realizem ações sistemáticas que busquem não apenas preservar os ecossistemas e a biodiversidade, mas também proporcionar a melhoria das condições socioeconômicas das comunidades onde as organizações estão inseridas.

A regionalização é a elaboração de um processo de desenvolvimento da atividade, propondo-se focalizar a região e não apenas o município de forma isolada. Isto requer a adoção de políticas públicas eficientes e devidamente planejadas, executadas e avaliadas de maneira permanente pelos sujeitos envolvidos. De acordo com o Ministério do Turismo (2007, p. 12), tal visão vai ao encontro das tendências internacionais que “buscam um maior aproveitamento dos recursos financeiros, técnicos e humanos a fim de que se possam criar condições e oportunidades para revelar e estruturar novos destinos turísticos, qualificados e competitivos”.

O projeto de desenvolvimento do turismo sustentável baseado na regionalização impulsiona novas relações sociais e políticas, além de promover um modo de reconstrução e reapropriação do território. Segundo o Ministério do Turismo (2007), para ser sustentável e emancipador, o ordenamento territorial, articulado nesses novos moldes e convencionado a partir dos interesses coletivos da região, precisa promover a inclusão econômica, social e cultural.

Nesse contexto, destaca-se a implantação de ações direcionadas à organização regionalizada contidas no Programa de Regionalização do Turismo, tendo como princípios a participação dos segmentos sociais, empresariais e governamentais e a sustentabilidade dos destinos turísticos. Tais premissas objetivam promover diversificação da oferta turística, qualificação do produto turístico, estruturação dos destinos, ampliação e qualificação do mercado de trabalho, incremento do consumo no mercado nacional, maior competitividade no cenário internacional, aumento dos fluxos, permanência e gastos dos turistas, além da execução dos programas das Políticas Estaduais de Turismo, especificamente, aquelas ligadas às Áreas Estratégicas de Regionalização e Municipalização do Turismo (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2007).

Com base na visão regionalizada, a roteirização torna-se estratégia importante na inserção de produtos diferenciados no mercado e entendida como um processo que estrutura a oferta de uma região, transformando-a em um produto rentável e comercialmente viável (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2005). Ao mesmo tempo, pode promover a integração dos sujeitos - governo, iniciativa privada, terceiro setor² e população local -, fomentar os negócios e estabelecer o resgate e a preservação dos valores socioculturais e ambientais da região.

Roteiros, rotas e circuitos são conceitos usados no planejamento e no *marketing* do turismo, incentivando os deslocamentos entre os pontos turísticos existentes, favorecendo a logística e aproveitando de modo mais racional o tempo despendido pelos visitantes, além de possibilitar a integração de localidades com características turísticas afins. Podem ser elaborados a partir de uma temática valorizando aspectos históricos a exemplo da Estrada Real, no Sudeste do Brasil,

² “Terceiro setor” é composto de organizações sem fins lucrativos, criadas e mantidas pela ênfase na participação voluntária, num âmbito não governamental, dando continuidade às práticas tradicionais da caridade, da filantropia e do mecenato, e expandido o seu sentido para outros domínios, graças, sobretudo, à incorporação do conceito de cidadania e de suas múltiplas manifestações na sociedade civil (FERNANDES, 1997, p. 27).

personagens como a Rota de Napoleão, na França, ou místicos/religiosos como o Caminho de Santiago de Compostela. Também se pode destacar determinado produto como a Rota da Lavanda, na França, ou a Rota do Vinho, na Serra Gaúcha, e o café, objeto de estudo desta pesquisa.

Rotas, roteiros e circuitos turísticos existiam no Brasil antes da regionalização, porém as políticas de turismo, por meio do incentivo à roteirização, passaram a atuar como instrumentos de agregação de valores regionais e de lançamento de produtos no mercado.

Utilizando o tema do café, pode-se exemplificar o Roteiro do Vale do Café, no Rio de Janeiro, e a Rota do Café, no Paraná, que buscam resgatar e preservar a história da atividade cafeeira nacional. No cenário internacional, destaca-se a Paisagem Cultural Cafeeira, que contempla os departamentos colombianos de Antioquia, Caldas, Risaralda, Quindío e Vale do Cauca, abrangendo um total de 62 municípios produtores e exportadores do produto. Uma das principais atrações é o Museu do Café que abriga quatro ambientes voltados à botânica, aos costumes, à produção e à industrialização dos grãos de café (COLÔMBIA, 2017).

O roteiro integrado mais conhecido do qual o Ceará faz parte é a Rota das Emoções, fruto de trabalho desenvolvido por intermédio do Projeto da Rede de Cooperação Técnica para a Roteirização – 1ª edição, implementado pelo SEBRAE e Ministério do Turismo. Desde 2005, lideranças locais, empreendedores e entidades trabalham unidos para o desenvolvimento da região ao promover a integração de destinos turísticos litorâneos dos estados do Ceará, PiauÍ e Maranhão, promovendo a valorização da cultura e o desenvolvimento das comunidades, vislumbrando sustentabilidade e competitividade do produto no mercado nacional e internacional. Em 2009, a Rota das Emoções foi eleita o “Melhor Roteiro Turístico” do Brasil, prêmio concedido pelo Ministério do Turismo durante o IV Salão do Turismo, em São Paulo. (ROTA DAS EMOÇÕES, 2016). No Ceará, outros projetos estão sendo criados e ampliados como a Rota das Falésias e a Rota Verde do Café, objeto do estudo.

3.1 OS PILARES DO TURISMO SUSTENTÁVEL

Desde o início dos tempos, o ser humano se viu obrigado a interferir na natureza, como meio de sobrevivência e também diante das condições desfavoráveis que o ambiente hostil em que habitava proporcionava. Tais estratégias desenvolvidas representavam pequenas alterações no meio ambiente.

A Revolução Industrial gerou grandes transformações na natureza ao substituir o modo de produção artesanal pelo modo de produção manufatureiro que, por sua vez, necessitava de grande quantidade de energia e de recursos naturais. Krippendorf (1989, p. 145) afirma que o advento da era industrial fez com que as cidades fossem abandonadas às exigências da produção industrial e que “a estrutura das mesmas se adaptou às necessidades da economia e o desenvolvimento passou a obedecer apenas às coerções econômicas”. Esse processo acelerado provocou desequilíbrio no ecossistema, levando o planeta a enfrentar problemas estruturais como alta concentração da população urbana, crescimento desordenado das cidades, consumo excessivo de recursos naturais não renováveis, poluição do ar, contaminação da água e do solo, desmatamento, dentre outros.

Ao longo dos anos, o turismo ficou associado aos modos de produção do trabalho industrial, comercial e financeiro, nos diversos mercados internacionais. Nos dias atuais, sofreu transformações ao deixar de ser um fenômeno exclusivo das elites para se tornar uma atividade de massa, incorporando em suas premissas a preocupação com a questão da sustentabilidade.

A concepção de sustentabilidade passou a ser reconhecida internacionalmente por meio do relatório da Comissão Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas, conhecido como Comissão Brundtland, publicado em 1987. Na ocasião, a comissão presidida pela primeira ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland, definiu desenvolvimento sustentável como “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer as possibilidades de gerações futuras atenderem suas próprias necessidades” (ONU BRASIL, 2016).

Como preconiza Bader (2012), trata-se basicamente da igualdade intergeracional, onde a sustentabilidade exige que o legado deixado à posteridade não seja essencialmente pior do que aquele que foi herdado anteriormente, ou seja,

deve-se viver de “dividendos” e deixar intacto o “capital”. Camargo (*apud* ESTENDER; PITTA, 2008, p. 3) cita outra definição para o termo:

Em essência, o desenvolvimento sustentável é um processo de transformação no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro, a fim de atender às necessidades e aspirações humanas.

Nesse aspecto, pode-se entender sustentabilidade como a prática de ações e medidas que buscam atender às necessidades atuais sem comprometer os recursos acessíveis para as próximas gerações. O significado de sustentabilidade é assim ressaltado por Coriolano (2014, p. 322-323):

Sustentabilidade significa política e estratégia de desenvolvimento econômico e social contínuos sem prejuízo do ambiente (inclusive dos recursos naturais), de cuja qualidade depende a continuidade da vida, da atividade humana, do desenvolvimento e da capacidade dos animais e das plantas se reproduzirem ao longo do tempo. Sustentabilidade e capitalismo estão sempre em contradição, mas, como polo dialético é possível apontar caminhos, portanto, sustentabilidade é um conceito e uma realidade em construção. Buscar sustentabilidade significa evitar a degradação socioambiental e as injustiças sociais.

Hanai (2012, p. 202) afirma que “os desafios reais do desenvolvimento sustentável são pelo menos tão heterogêneos e complexos quanto à diversidade de sociedades humanas e de ecossistemas naturais em todo o mundo”. Para o autor, não se pode considerar a questão do desenvolvimento sustentável de maneira fragmentada sem que se sejam incorporados aspectos que darão sustentação à implantação de ações e cumprimento de metas, pois sem isso, não há garantia de sustentabilidade do desenvolvimento.

Ao se analisar o desenvolvimento sustentável a partir de diferentes entendimentos, níveis e significados, Swarbrooke (2000) define três pilares de sustentabilidade: econômico, social e ambiental.

No primeiro pilar, é sustentável quando consegue conciliar crescimento econômico e proteção da biodiversidade, monitorando, de modo responsável, o desenvolvimento das atividades produtivas e do ecossistema. No segundo pilar, é sustentável quando promove o bem comum e a equidade social. Por fim, no terceiro pilar, é sustentável quando busca a preservação do meio ambiente e dos recursos naturais disponíveis por intermédio de ações que minimizem os impactos causados no ecossistema e encontrem alternativas saudáveis para práticas no contexto de cada região explorada.

Ramos e Patrício (2014) destacam a necessidade do surgimento de um novo modelo socioeconômico baseado na equidade entre os pilares da sustentabilidade para que se construa uma sociedade ecológica e socialmente viável. Segundo Elkington (*apud* BALDISSERA; KAUFMANN, 2013, p. 5):

O pilar econômico diz respeito, fundamentalmente, aos resultados financeiros da organização. Tradicionalmente reconhecido como capital físico e financeiro, estende-se para o capital humano, intelectual, natural e social. O pilar ambiental está focado na ecoeficiência, que significa o fornecimento de bens e serviços a preços competitivos, que satisfaçam as necessidades humanas e tragam qualidade de vida, enquanto reduzem, progressivamente, a um nível suportável pelo planeta, os impactos ecológicos e a intensidade de recursos durante o ciclo de vida. O pilar social, por sua vez, contempla as questões de bem-estar social das pessoas e dos públicos das organizações, tanto em relação aos impactos sociais organizacionais, quanto ligados às demandas que necessitam da intervenção organizacional, vislumbrando a diminuição das desigualdades sociais, o respeito e o envolvimento das comunidades no negócio.

Maniglia (2015) relata que o pilar econômico possui na viabilidade econômica condição preponderante para que o desenvolvimento equilibrado aconteça. Para Estender e Pitta (2008), o pilar econômico passou com o decorrer dos tempos a incorporar outros conceitos de capital relacionados ao desenvolvimento sustentável, como o humano, intelectual, natural e social.

Ao relacionar pilar econômico com turismo sustentável, Swarbrooke (2000, p. 93) enfatiza que “no debate sobre o turismo sustentável, a dimensão econômica quase sempre recebe uma atenção relativamente insuficiente em comparação com as questões ambientais”. Tal condição talvez se dê pelo fato de as pessoas, instintivamente, associarem o conceito de turismo sustentável mais fortemente às premissas da dimensão ambiental.

Ainda de acordo com Swarbrooke (2000), no pilar econômico, é necessário utilizar a análise de custo-benefício de modo a se tomar uma decisão racional. Porém, apesar de útil, essa técnica possui dificuldades de quantificar os custos e os benefícios sociais que resultam do turismo, como os crimes, alienação social e erosão cultural. A dificuldade de analisar impactos em curto prazo é outro entrave existente, além de provocar consequências diferentes para cada situação, pois um projeto pode causar impactos positivos para uma região e impactos negativos para uma comunidade nela inserida.

Apesar desses fatores, de acordo com Swarbrooke (2000, p. 95), “a análise de custo-benefício pode ser uma ferramenta valiosa para ajudar a tomar decisões quanto a propostas de projetos para o desenvolvimento do turismo”.

Dentre os benefícios econômicos, pode-se citar: criação de empregos, injeção de renda na economia local, auxílio para manutenção da viabilidade dos negócios, reforma e reestruturação da economia em cidades onde atividades industriais estão em declínio e estímulo a investimentos internos e industriais. Em relação aos custos econômicos visualizam-se: empregos mal remunerados e/ou sazonais, custos de ocasião, congestionamento de veículos e pessoas, utilização do investimento em infraestrutura apenas em determinadas épocas do ano e excessiva dependência do turismo, tornando a economia local vulnerável a mudanças no mercado (SWARBROOKE, 2000).

O turismo pode gerar tanto benefícios como custos econômicos sociais e ambientais, cujo caráter exato varia de acordo com as diferentes destinações. Existe uma explícita ligação entre o pilar econômico e os impactos sociais por eles gerados. As principais questões econômicas da sustentabilidade estão pautadas na relação custo-benefício, onde as comparações entre as vantagens e as desvantagens de um projeto econômico devem ser analisadas utilizando lógica, racionalidade e planejamento estratégico.

É opinião unânime entre autores, como Sachs (2002), Ramos e Patrício (2014), Baldissera e Kauffman (2013), Maniglia (2015), Estender e Pitta (2008), Swarbrooke (2000) e Rocha (2011), que o desenvolvimento econômico deve buscar o equilíbrio intersetorial com os pilares social e ambiental, incorporando os conceitos de capital humano e intelectual.

Para Carvalho e Souza (1999), o capital humano é a capacidade, conhecimento, habilidade, criatividade e experiências individuais que são transformados em produtos e serviços a serem ofertados. Já o capital intelectual, segundo Zafalon, Duarte e Rodrigues (2006), é o conhecimento adquirido pelo capital humano que pode ser utilizado para gerar vantagens diferenciais.

O pilar social refere-se diretamente ao elemento humano de um empreendimento, comunidade ou sociedade em geral, como a criação de mecanismos que melhorem a qualidade de vida dos cidadãos, leis de amparo às necessidades da população e desenvolvimento de políticas de melhorias em áreas como educação, segurança e lazer. Este pilar parte do princípio que a busca por um desenvolvimento sustentável deve passar pela ideia de se ter uma sociedade bem cuidada e saudável.

Para Sachs (*apud* PEREIRA, 2009, p. 4), “a dimensão social trata-se de um processo de desenvolvimento baseado na distribuição de renda, a fim de reduzir a distância entre os padrões de vida de abastados e não abastados”. Maniglia (2015, p. 58) afirma que o pilar social “almeja um patamar razoável de homogeneidade social com distribuição de renda justa, emprego pleno e/ou autônomo, com qualidade de vida decente e ainda igualdade no acesso aos recursos e serviços”. Nesse preâmbulo, ele seria fundamental por causa da ruptura social que ameaça muitos lugares problemáticos do planeta.

Ao transportar o pilar social para o campo do turismo, Swarbrooke (2000, p. 109) afirma que ocorre uma situação semelhante à encontrada no pilar econômico ao afirmar que ele “tem recebido menos atenção no debate do turismo sustentável do que o impacto ambiental do turismo”. Isto porque os impactos socioculturais acontecem de forma mais lenta, sendo em alguns casos invisíveis e intangíveis. Porém, segundo Swarbrooke (2000), o impacto social do turismo normalmente é perene, com pouca ou nenhuma oportunidade de reversão das mudanças ocorridas.

Rocha (2011, p. 386) possui posição semelhante ao pensamento de Swarbrooke (2000) ao ressaltar o fato de o pilar social não receber, muitas vezes, a devida importância em relação à sustentabilidade, além de enfatizar que “as interações entre visitantes e visitados trazem modificações de conduta e trocas culturais que podem se repercutir por muitas gerações”.

O fato de dois autores destacarem que o pilar social ainda não recebe a devida atenção nas discussões relativas ao turismo sustentável mostra que há um longo caminho a seguir na busca de uma maior equidade e participação da sociedade nas decisões relacionadas ao bem-estar geral.

Para se tornar sustentável, o processo de desenvolvimento do turismo necessita do envolvimento e participação da comunidade local nas decisões que envolvem a atividade. Tal pensamento é assim exposto por Mielke (*apud* OLIVEIRA, 2010, p. 7):

Está claro, quando a comunidade já se apresenta organizada politicamente, havendo um avançado estágio de cooperação e empoderamento, processo de inserção e estruturação estratégico do turismo torna-se mais fácil. Porém, o que normalmente ocorre é justamente o contrário. Tendo ainda o agravante de a atividade turística não ser o negócio principal da comunidade.

Portanto, o pilar social eleger no ser humano o seu principal elemento e ele, por ser um componente do ecossistema, sofre diretamente os impactos

causados pelas transformações que o turismo provoca. Fundamentalmente, tem a ver com a prática da justiça social por meio da distribuição de renda, diminuindo o fosso socioeconômico que separa os mais ricos dos mais pobres.

Todavia, a participação social no Brasil, em grande parte, ainda é tímida. As tomadas de decisões, antes destinadas às autoridades, representam um obstáculo na divisão do comando, sendo necessário o estabelecimento de novas relações entre o governo e a população local, cabendo a ambos a compreensão dos seus papéis no compartilhamento do poder.

Por fim, o desenvolvimento sustentável ambientalmente correto está relacionado a todas as condutas que, direta ou indiretamente, atenuem os efeitos de algum impacto causado ao meio ambiente. O pilar ambiental refere-se ao capital natural de um empreendimento ou sociedade no pequeno, médio e longo prazo. Desse modo, faz-se necessária a adoção de medidas que busquem amenizar os impactos negativos causados pela interferência humana e compensar o que não é possível amenizar. Segundo Sena *et al.* (2014, p. 6):

O desenvolvimento sustentável, neste contexto, propõe uma preservação dos recursos naturais, onde o crescimento considere a continuidade e sustentação do ecossistema, fazendo-se necessário que os padrões de consumo e de relacionamento levem em consideração a conservação do meio ambiente e a melhora na qualidade de vida, aspectos essenciais para a continuidade da qualidade de vida humana.

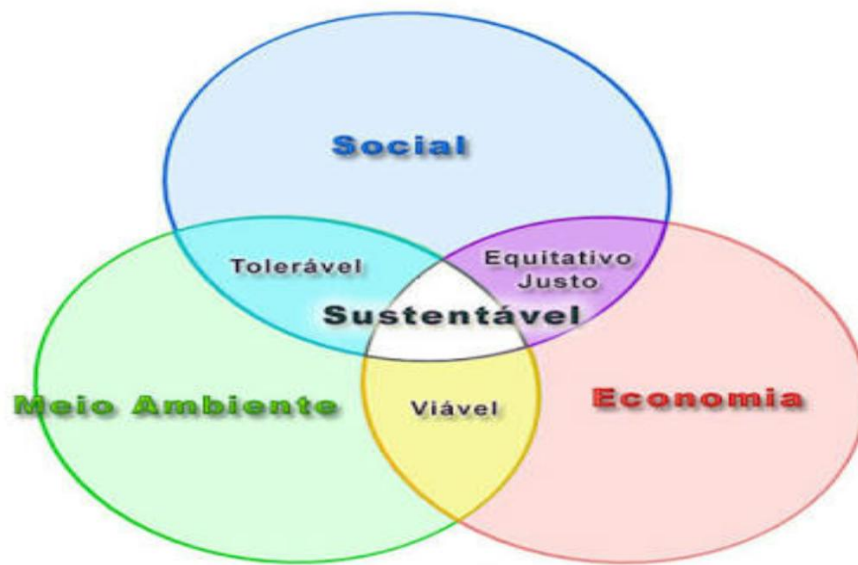
Swarbrooke (2000, p. 75) afirma que “para muitas pessoas, a sustentabilidade versa sobre o meio ambiente, principalmente o meio ambiente natural, físico e sua proteção. Entretanto, [...] há muito mais coisas ligadas ao meio ambiente do que apenas o cenário natural”. Seguindo esse pensamento, o autor sugere que se adote uma visão mais crítica em relação à conservação, pois ela pode levar à fossilização e impedir a evolução natural que gerou os cenários urbanos e naturais que se procura conservar nos dias atuais.

O pilar ambiental propõe um sistema produtivo mais eficiente com soluções ecologicamente corretas e economicamente viáveis através do uso de tecnologias limpas e fontes de energia alternativa renováveis. A busca por sustentabilidade deve ser algo que alcance todas as formas de turismo, independentemente do adjetivo utilizado para defini-lo.

Conservar não significa impedir transformações, mas encontrar e, sobretudo, manter o equilíbrio entre as dimensões econômica, social e ambiental na busca incessante do bem comum, atingindo, assim, o desenvolvimento sustentável.

A Figura 1 representa as diversas interseções que ocorrem com os pilares da sustentabilidade, mostrando que o desenvolvimento sustentável só poderá ser atingido se houver a convergência dos elementos de tolerância, justiça equitativa e viabilidade. Sem a interseção dos três componentes não se chega à sustentabilidade plena, pois não se atinge o equilíbrio necessário entre os pilares existentes. O projeto pode atender a uma premissa e não contemplar outras, não alcançando assim a sustentabilidade pretendida.

Figura 1 – Pilares da Sustentabilidade



Fonte: JRRIO.

O turismo é uma atividade que se apropria dos recursos extraídos da natureza e da sociedade e os transforma em fonte geradora de divisas. Para Coriolano (2014, p. 24-25), “os elementos encontrados na natureza, os bens naturais, após identificados e apropriados, são transformados em recursos naturais, por sua condição de recurso econômico, de produzir mercadorias”.

O aumento do fluxo turístico provoca externalidades positivas (benefícios) e negativas (prejuízos), influenciando diretamente as condições dos ecossistemas. Segundo Antunes (2009, p. 67), externalidade é “o fenômeno ou situação em que o bem-estar de um indivíduo, ou as condições de produção de uma empresa, são afetadas pela ação de outro agente econômico, sem que este último tenha que arcar com as consequências disso no mercado”. Mankiw (2007, p. 204) afirma que “a externalidade é o impacto das ações de uma pessoa sobre o bem-estar de outras que não tomam parte da ação”.

Pode-se considerar que externalidades são consequências provenientes de uma ação ou atividade econômica sobre outro agente que não esteja diretamente relacionado a ela. Brussadin (2008, p. 1) relata que ainda é bastante difícil a mensuração dos impactos positivos e negativos causados pelo turismo:

Os impactos causados pelo desenvolvimento das atividades turísticas, tanto de ordem positiva quanto negativa, ainda não são suficientemente conhecidos em suas relações com o conjunto das atividades sociais e econômicas presentes no conjunto das sociedades de modo geral. Em alguns momentos são enfatizadas de forma exagerada suas possibilidades econômicas, enquanto em outros são ampliados seus efeitos negativos sobre o meio ambiente e a cultura das localidades. O fato é que o turismo, enquanto prática social da modernidade, possui inúmeras interfaces que talvez nunca venham a ser suficientemente esclarecidas dentro de uma ótica científica.

O turismo sustentável tem sido objeto de discussão nas diversas esferas da sociedade, porém a concretização desse ideal envolve uma série de desafios a serem enfrentados. A noção de sustentabilidade no turismo implica em um processo perene de aperfeiçoamento das ações voltadas para o desenvolvimento da atividade por meio de propostas e ações que busquem conciliá-la à conservação dos ambientes.

Na concepção de Swarbrooke (2000, p. 19), turismo sustentável pode ser caracterizado como "formas de turismo que satisfaçam hoje as necessidades dos turistas, da indústria do turismo e das comunidades locais, sem comprometer a capacidade das futuras gerações de satisfazerem suas próprias necessidades". Cooper (2007, p. 271) citam que "o desenvolvimento do turismo sustentável vai ao encontro das necessidades atuais dos turistas e das regiões anfitriãs e, ao mesmo tempo, garante oportunidades para o futuro". Beni (2003, p. 14), por sua vez, descreve as práticas relacionadas à conquista da sustentabilidade na atividade turística:

Enfim, o turismo sustentável, portanto, em sua vasta e complexa abrangência, envolve: compreensão dos impactos turísticos; distribuição justa de custos e benefícios; geração de empregos locais diretos e indiretos; fomento de negócios lucrativos; injeção de capital com consequente diversificação da economia local; interação com todos os setores e segmentos da sociedade; desenvolvimento estratégico e logístico de modais de transporte; encorajamento ao uso produtivo de terras tidas como marginais (turismo no espaço rural); subvenções para os custos de conservação ambiental.

Para tanto, há necessidade de um planejamento que contemple ações voltadas para o bem-estar geral, procurando abranger os aspectos relacionados à

economia, à sociedade e ao meio ambiente, de maneira articulada e integrada. Portuquez (*apud* CORIOLANO, 2012, p. 69) relata que:

A sustentabilidade turística requer planejamento dos usos para minimizar prejuízos ao ambiente e às populações visitadas. O desenvolvimento sendo pautado não apenas no mercado, mas nos valores humanitários e ambientais.

O turismo sustentável não se resume apenas à proteção do meio ambiente. Ele está relacionado com a viabilidade econômica ao longo prazo e com a prática da justiça social. Fundamentado nesses pressupostos, a partir da década de 1980, passou a existir uma preocupação crescente em relação aos padrões éticos utilizados nos negócios ligados ao desenvolvimento sustentável.

Para Coriolano, Leitão e Perdigão (2009, p. 29) “a atividade turística vem ampliando significados e éticas, ou seja, vem se libertando da imagem meramente econômica, passando a adquirir novas dimensões e transversalidades”, muito embora os autores afirmem que esse processo transcorre de forma ainda tímida e incipiente. O desenvolvimento do turismo de maneira sustentável tem a incumbência de provocar a utilização de ações que busquem a justiça social, a viabilidade econômica e a preocupação ecológica, conforme destacado no artigo III, parágrafos 3 e 4, do Código de Ética do Turismo, da OMT (1999, p. 4):

Serão feitos esforços para distribuir no tempo e no espaço os movimentos de turistas e visitantes, em particular por meio das férias remuneradas e das férias escolares, e, equilibrar melhor o fluxo turístico, com o objetivo de reduzir a pressão causada pela atividade turística no meio ambiente e de aumentar seus efeitos benéficos no setor turístico e na economia local. A infraestrutura e as atividades turísticas serão planejadas de modo a proteger o patrimônio natural que constituem os ecossistemas e a diversidade biológica, e a preservar as espécies da fauna e da flora silvestre em perigo. Os agentes do desenvolvimento turístico, e em particular os profissionais do setor, devem admitir que se imponham limites as suas atividades quando exercidas em espaços particularmente vulneráveis: regiões desérticas, polares ou de montanha, florestas tropicais ou zonas úmidas, que sejam idôneos para a criação de parques ou reservas protegidas.

O desenvolvimento sustentável do turismo deve ser pautado por economizar os recursos naturais escassos e essenciais, evitando, sempre que possível, a produção de resíduos e por privilegiar e encorajar os setores públicos nacionais, regionais e locais ligados à atividade turística. Para Ramos (2013, p.1), o turismo sustentável deve, acima de tudo, “buscar a compatibilização entre os anseios dos turistas e os das regiões receptoras, garantindo não somente a proteção do meio ambiente, mas também estimulando o desenvolvimento da atividade em consonância com a sociedade local envolvida”.

No cenário mundial, pode-se citar como exemplos de práticas de turismo sustentável: Huili Huilo (Chile), Delta do Okavango (Botsuana), Chitwan Park (Nepal), Etosha National Park (Namíbia), Can Gio Mangrove Forest (Vietnã), Periyar Tiger Reserve (Índia), Ilha de Páscoa (Chile), Sierra Gorda (México), além das ilhas Maurício e Dominica e países como Cabo Verde e Lituânia (BECATTINI, 2015). Nestes lugares, é possível conciliar a atividade turística com a proteção dos diversos ecossistemas, riqueza de espécies da fauna e flora nativas, harmonia com a natureza, misticismo, contato com a cultura local e interação com os processos climáticos, hidrológicos e biológicos.

No Brasil, os modelos bem-sucedidos são encontrados em Bonito - MS e Fernando de Noronha - PE. Dentre as grandes cidades, Curitiba – PR é conhecida como a capital ecológica nacional. Além disso, a capital paranaense é exemplo em soluções de urbanismo e tecnologia de transporte urbano (PROGRAMA CIDADES SUSTENTÁVEIS, 2013). No Ceará, a comunidade do Batoque, em Aquiraz (ROCHA; LIMA; CORIOLANO, 2004), o Assentamento Coqueirinho, entre Fortim e Beberibe (SILVA; CASIMIRO FILHO; LIMA, 2010) e a Prainha do Canto Verde, em Beberibe (SCHÄRER, 2003) tornaram-se referência no que se refere à utilização de procedimentos relacionados à sustentabilidade do turismo.

3.2 A POLÍTICA NACIONAL DE REGIONALIZAÇÃO DO TURISMO E A ROTEIRIZAÇÃO

O Estado Moderno passou por transformações nos diversos estágios no que diz respeito ao formato de organização e à relação por ele constituída com a economia e a sociedade em geral. Na sociedade contemporânea, passou a articular programas e projetos destinados a suprir não somente as necessidades básicas das comunidades, mas também os aspectos sociais, econômicos e políticos que as envolvem.

De acordo com o grau de intervencionismo com que atuam, os modelos estatais adotam estratégias que buscam atender aos múltiplos interesses e expectativas da coletividade no longo prazo, criando assim as políticas públicas.

Segundo Souza (2006, p. 25), “as políticas públicas repercutem na economia e nas sociedades, daí porque qualquer teoria da política pública precisa também explicar as inter-relações entre Estado, política, economia e sociedade”. Na

afirmação de Dias (2003), políticas públicas é um conjunto de ações realizadas pelo Estado, enquanto agente, voltadas para o atendimento das necessidades da sociedade. No entendimento de Silva, Costa e Carvalho (2013, p. 2):

As políticas públicas são instrumentos que, se bem elaborados, implementados, monitorados e avaliados corretamente são capazes de promover o desenvolvimento social e econômico, não somente das populações, mas também dos setores da economia ao qual se destinam. São ações que visam à melhoria do bem estar social e, portanto, devem ser elaboradas levando em consideração a participação da sociedade.

Para Araujo e Taschner (2012, p. 72), resta a relevância do Estado no “processo de políticas públicas, sobretudo como potencial e legítimo intermediador de conflitos e interesses, promovendo transferências para compensar os casos de desequilíbrios distributivos”. Cooper (2007, p. 512) preconiza que “o alcance dos instrumentos de política disponíveis aos governos é considerável, e qualifica o setor público a exercer vários graus de influência na direção do desenvolvimento do turismo”. Tal afirmação é ainda detalhada pelo autor:

Ao redor do mundo, os governos intervêm auxiliando e regulamentando o setor privado; isso se dá porque a complexa natureza do produto turístico torna improvável que os mercados privados venham a satisfazer todos os objetivos da política de ação no turismo de um país. O papel das organizações governamentais em influenciar o fornecimento do turismo e na manipulação da demanda turística é fundamental para a formação do sistema do turismo (COOPER, 2007, p. 513).

As políticas públicas de turismo no Brasil são caracterizadas por grande complexidade, haja vista a demora no planejamento e execução, o tamanho continental do país, as desigualdades regionais e a falta de estrutura dos municípios brasileiros. Tais políticas são necessárias para o êxito da atividade turística ao determinarem normas e diretrizes a serem realizadas a médio e longo prazo.

Considera-se que a regionalização é um fator relevante para a gestão do turismo nacional ao se considerar a vasta dimensão territorial do país e a necessidade estratégica de organização que atinja todo território nacional. Para tal, busca-se priorizar as unidades locais e regionais, desenvolvendo planejamentos específicos para a realidade de cada região de maneira a alcançar o desenvolvimento da atividade no Brasil. Fernandes (2014, p. 167) ressalta que “nas políticas públicas as formas de regionalização têm como objetivo estabelecer áreas para fins de planejamento subsidiando a atuação política”.

A regionalização no turismo proposta pelo governo federal é um modelo de gestão de política pública baseada na descentralização e integração que divide

um grande espaço utilizando critérios devidamente estipulados. Portanto, regionalizar é constituir um ambiente baseado em princípios democráticos, harmonia e participação efetiva da sociedade em geral.

O Ministério do Turismo (2007, p. 26) faz a seguinte análise acerca dos desdobramentos da articulação regional, sugerindo a aplicação dos pilares da sustentabilidade nas diretrizes a serem utilizadas nos territórios:

O que se percebe é que todo projeto de desenvolvimento local ou regional desencadeia novas relações sociais e políticas, além de um processo de reconstrução e de uma nova apropriação do território. O ordenamento territorial, articulado nesses novos moldes e convencionado a partir dos interesses coletivos da região, deve apresentar-se como sustentável e emancipador, ou seja, deve promover a inclusão econômica, social e cultural. Com o turismo não seria diferente.

A integração de municípios é a maneira mais eficaz de inserir aqueles que ficavam ao largo das políticas públicas no processo de desenvolvimento regional, estabelecendo padrões e modelos flexíveis e incentivando a participação dos sujeitos locais e o uso da criatividade em cada região turística.

O Ministério do Turismo (2004, p. 11) conceitua a regionalização do turismo como sendo “um modelo de gestão de política pública descentralizada, coordenada e integrada, baseada nos princípios da flexibilidade, articulação, cooperação intersetorial e interinstitucional e na sinergia de decisões”.

Vieira (2011, p. 12), destaca a importância do surgimento do Ministério do Turismo como núcleo dinamizador das políticas públicas idealizadas com o intuito de promoverem o desenvolvimento da atividade no Brasil:

Com a criação do Ministério do Turismo, no ano de 2010, tem-se um marco significativo na história do turismo brasileiro. A partir daquele momento o poder público federal apresentava uma estrutura governamental com metas e propostas estabelecidas para o desenvolvimento da atividade no país. Inserido nesse contexto surge ainda o Programa de Regionalização, criado em 2004, como estratégia para estimular o crescimento do setor turístico no país e tornou-se o principal programa da política adotada no Plano Nacional.

A estratégia voltada para a descentralização e estruturação dos destinos turísticos, por meio da regionalização do turismo no Brasil, é comentada por Costa e Carvalho (2012, p. 2), ao afirmarem que a iniciativa tem como objetivo “o desenvolvimento da atividade turística de forma integrada e participativa de todos os agentes sociais que promovem a atividade turística nas regiões”. Para os autores, tais ações buscariam estruturar os produtos turísticos de qualidade, facilitando suas comercializações, de maneira sustentável, nos mercados nacional e internacional.

As estratégias que balizam a gestão de turismo no Brasil passaram por transformações até chegarem à formulação atual e implementada pelo Ministério do Turismo por intermédio da Política Nacional de Turismo (PNT). Silva, Costa e Carvalho (2013, p. 7) destacam que “as políticas públicas de turismo no Brasil têm como estratégias principais a descentralização, a gestão coordenada e o planejamento integrado e participativo”. Tais práticas acarretam em estruturação de bens e serviços turísticos, incremento da capacidade de organização social e administração compartilhada e participativa da sociedade por meio de uma política centrada na regionalização.

Inserido no Plano Nacional de Turismo 2003-2007, criou-se, no ano de 2004, o Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil em substituição ao PNMT, ampliando o campo de atuação e transferindo o foco do município para o âmbito regional. De acordo com o Ministério do Turismo (*apud* MASSUKADO, 2006, p.12):

O Programa de Regionalização do Turismo – PRT é uma iniciativa do Ministério do Turismo, que de acordo com as orientações da OMT, pretende regionalizar e, posteriormente, roteirizar o país. Este programa visa dar continuidade ao PNMT, encerrado no ano de 2002, propiciando alternativas para a promoção e comercialização dos municípios como destinações turísticas.

O modelo de desenvolvimento regional se estabelece como projeto de estruturação da atividade turística no Brasil pautado na intensificação de políticas de articulação de organismos e instâncias nacionais e regionais e na promoção de cooperação e interação com os setores da esfera federal, estadual e municipal com o objetivo de descentralizar a gestão do turismo e garantir a participação político-operacional das regiões turísticas. Conforme destacam Santos, Santos e Campos (2012, p. 5):

O programa é utilizado como uma ferramenta de visualização da situação atual da localidade e dá suporte de orientação aos atores envolvidos, desde a viabilidade, implantação, desenvolvimento e avaliação do roteiro turístico. Tais orientações subsidiam a integração de atrativos, equipamentos e serviços turísticos de uma ou mais regiões, de forma a consolidar estes produtos.

O Programa de Regionalização do Turismo (PRT) gerou uma ferramenta de trabalho que possuía como objetivo direcionar as ações de programas e processos na seara do Ministério do Turismo: o Mapa da Regionalização do

Turismo. Para que um município pudesse fazer parte do mapa, o Ministério do Turismo (2016, p. 1) estabeleceu alguns critérios técnicos, a saber.

O município precisa possuir um órgão responsável pela pasta de turismo. Esse órgão pode ser uma secretaria, fundação, coordenadoria, gerência, departamento, diretoria. É necessário, também, que tenha orçamento para investir no turismo e assinar um termo de compromisso com o Ministério do Turismo. Mas, vale lembrar que municípios de uma mesma região turística, devem possuir características similares e/ou complementares e aspectos que os identifiquem enquanto região, ou seja, devem possuir identidade histórica, cultural, econômica e/ou geográfica comuns. Eles também devem ser limítrofes e/ou próximos uns aos outros. Isso facilita a cooperação entre eles, o que pode potencializar o desenvolvimento regional.

O Mapa do Turismo Brasileiro é um instrumento do Programa de Regionalização do Turismo que define o recorte territorial que deve ser trabalhado prioritariamente pelo Ministério. “É um instrumento de ordenamento e auxilia tanto o Governo Federal, quanto os Estados no desenvolvimento das políticas públicas para o turismo” (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2016, p. 1).

A categorização estabelecida pelo Ministério do Turismo para identificar o desempenho da economia do turismo dos municípios que constam no Mapa do Turismo Brasileiro. Essa classificação auxilia na reflexão dos municípios sobre o seu real papel no processo de desenvolvimento turístico regional. Durante o processo de atualização do mapa, alguns municípios não cumprem os requisitos necessários, não enviam a documentação exigida ou entendem que sua atividade econômica atual não possui vocação turística ou possibilidade de cooperação com municípios turísticos e optam por não participar. O mesmo ocorre em situação inversa, onde municípios passam a possuir tais características e, conseqüentemente, ingressam no mapa.

O Ministério do Turismo (2016) definiu como variáveis selecionadas para efeito de categorização o número de estabelecimentos formais cuja atividade principal é hospedagem e o número de empregos formais na atividade de hospedagem, tendo como fonte de coleta a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do Ministério do Trabalho em uma escala que vai de A até E, onde A representa alto nível de excelência e E representa alto índice de deficiência.

O Estado do Ceará conta com 57 municípios categorizados em doze regiões turísticas pelo Mapa do Turismo Brasileiro – 2016 (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2016). Os municípios do Maciço de Baturité incluídos são Baturité, Guaramiranga, Pacoti, Palmácia e Redenção. Dentre eles, Baturité e Guaramiranga

receberam a categoria C e Pacoti, Palmácia e Redenção foram enquadrados na categoria D, o que demonstra um grau relativamente elevado de deficiência em relação ao número de meios de hospedagem e de empregos gerados pela atividade.

A intenção do Ministério do Turismo ao promover a regionalização não se limita ao fato de agrupar os municípios por proximidade e semelhança, mas, sim, estabelecer um ambiente democrático, harmônico e participativo entre os sujeitos do processo - setor público, iniciativa privada, ONGs e comunidade -, buscando “promover a integração e cooperação intersetorial, com vistas à busca de sinergias na atuação conjunta entre todos os envolvidos direta ou indiretamente na atividade turística de uma determinada localidade” (SANTOS; SANTOS; CAMPOS, 2012, p. 6).

O Ministério do Turismo executa as políticas públicas de turismo por meio de avaliações permanentes, redirecionando as ações estratégicas, revisando e incorporando novas ideias ao Programa de Regionalização do Turismo. Atualmente, vigora o Plano Nacional de Turismo 2013-2016 que vem reforçar a priorização das ações nas regiões e a sedimentação do modelo de gestão descentralizada a partir da ampliação da participação, do diálogo e do controle social (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2013).

Para a implantação e execução de todos os objetivos, de acordo com Costa e Carvalho (2012, p. 9), o Programa de Regionalização do Turismo requer a participação integrada de todos os agentes sociais envolvidos com o turismo na região, “pois somente assim poderá chegar ao nível que se deseja para a atividade turística – o de desenvolvimento sustentável e satisfatório a todos aqueles que fazem parte dessa atividade”.

Segundo dados do Ministério do Turismo (2016), o Mapa do Turismo Brasileiro na versão 2016 conta com 2.175 municípios, organizados em 291 regiões turísticas. O número de municípios constantes no mapa pode ser alterado por alguns motivos como o cumprimento dos critérios estabelecidos, o envio dos documentos comprobatórios ao MTur e o entendimento do próprio município de que sua atividade econômica não se enquadra na proposta do Ministério e que não possui vocação turística ou possibilidade de cooperação com outros municípios turísticos.

A participação, sustentabilidade, integração e descentralização compõem os princípios elementares da concepção do PRT. O envolvimento efetivo dos sujeitos comprometidos com as metas do programa é importante para a integração

real dos componentes de construção coletiva dos produtos e destinos. Sendo assim, baseando-se na integração regional, o alcance dos objetivos propostos será determinado pelo grau de envolvimento dos participantes do programa.

Ao adotar o modelo de regionalização proposto pelo PRT, o Estado deve promover transformações no modo de gestão das políticas públicas, possibilitando não somente a inserção e participação social, mas também o engajamento de todas as esferas do setor público nas ações de desconcentração e descentralização na condução do turismo no país.

O incremento da participação do turismo na economia está fortemente atrelado a alguns aspectos que influenciaram o desenvolvimento da atividade. O crescimento da renda, a melhoria dos sistemas de transporte e dos meios de comunicação, o advento da tecnologia digital, a implementação de novos serviços turísticos, o apelo de *marketing* e as políticas de Estado direcionadas à área contribuíram sobremaneira para o surgimento do “boom” turístico, influenciando direta e indiretamente os demais setores econômicos.

O grande afluxo de turistas em ambientes naturais, muitas vezes com condições extremamente sensíveis, passou a exigir um planejamento adequado de toda a atividade turística como forma de se maximizarem os recursos e se evitarem eventuais danos aos locais visitados e, ao mesmo tempo, garantir a atratividade dos destinos para as gerações futuras (RUSCHMANN, 1997). Segundo afirmação de Novo (2010, p. 12):

Quando se planeja para promover o desenvolvimento de uma determinada localidade ou implantação de uma empresa, por exemplo, é fundamental saber onde se está, ou seja, qual a realidade encontrada no momento, e aonde se quer chegar. Com isso, minimizam-se os erros de planejamento e, conseqüentemente, poupam-se recursos financeiros que seriam utilizados.

Para Molina (*apud* FERNANDES, 2012, p. 2), o planejamento turístico implica “vincular os aspectos relacionados com a oferta, a demanda e, em suma, todos os subsistemas turísticos, em concordância com as orientações dos demais setores de um país”. Na visão de Ruschmann (1997, p. 9), a “finalidade do planejamento turístico consiste em ordenar as ações do homem sobre o território”.

O que se observa é que ao se estabelecer um modelo planejado de turismo é preciso um pensamento abrangente que vá além dos limites dos municípios, integralizando o espaço e privilegiando o todo em relação às partes, dando uma ideia de complementaridade.

Os locais para onde os turistas se deslocam e onde estão situados os diversos atrativos turísticos precisam estar interligados com a finalidade de reduzir os riscos de fracasso, ao mesmo tempo em que pode gerar efeitos mais rápidos e práticos (WEISSBACH, 2010).

O Brasil, por possuir características territoriais continentais, induz o planejamento turístico a considerar as diferenças regionais existentes e a promover adaptações a essas circunstâncias. Como declaram Pozzer e Silveira (2008, p. 9):

O real papel das instituições voltadas para o turismo é tentar promover, através da atividade turística, o desenvolvimento de um território demarcado. Atualmente, a política se volta para o processo de formatação de rotas, no intuito de unir os municípios na gestão do turismo e promoção do desenvolvimento regional.

Na regionalização, o espaço territorial é concebido como agente de transformação social, deixando de ser visto meramente como um espaço físico. Chegar à ideia de região significa enxergar os aspectos dos territórios em inter-relações complexas e interdependentes com outros locais, em redes de cooperação harmoniosa e de esforço coordenado. Nesse contexto, é preciso esclarecer alguns conceitos sobre região, roteiro, rota e circuito.

As regiões turísticas é um conjunto de municípios que se integram entre si por apresentarem características e potencialidades capazes de ser articuladas e que determinam um território para fins de planejamento e gestão. Cada região se distingue entre si por apresentar peculiaridades específicas e identidades próprias. O Ministério do Turismo (2007, p. 19) adotou o conceito de região turística como “referência espacial, na qual se inserem os produtos turísticos”. Ainda segundo o Ministério do Turismo (2010, p. 29), região turística é “o espaço geográfico que apresenta características e potencialidades similares e complementares, capazes de serem articuladas e que definem um território”.

Para Hall (*apud* BOLSON, 2005, p. 6), as regiões de turismo “estão sendo desenhadas não apenas para responder às demandas dos turistas, mas como resposta ao problema econômico provocado pela reestruturação da economia mundial e pelo aumento da competitividade territorial no contexto da globalização”. De acordo com Smith (*apud* SILVEIRA, 2002), as regiões turísticas possuem os seguintes objetivos: exploração do potencial turístico regional por intermédio da implantação de infraestruturas básicas e construção de novos polos de turismo, incremento da participação do turismo no mercado nacional e internacional,

promoção de lugares com atrativos turísticos, planejamento e desenvolvimento regional. Portanto, o conceito de região turística pode ser utilizado para designar uma zona que, por possuir determinados aspectos especiais, desperta o interesse para o turista.

Sem um planejamento adequado, as regiões turísticas podem sofrer impactos que agravem os problemas urbanos como congestionamentos, poluição, consumo de álcool e drogas, prostituição e violência, além do neocolonialismo, ao se interferir nos costumes e tradições locais, das práticas de comércio intensivo causadoras de desgaste de culturas agrícolas e artesanais e do subemprego. Ainda segundo da Rocha (2011, p. 386), “estes fatores levam, no seu extremo, a população local a desprezar a demanda turística, hostilizando os turistas e com isso provocando, em médio prazo, o fim do ‘ciclo turístico’ daquela região”.

Alguns desses problemas foram presenciados em importantes núcleos receptores do turismo, principalmente em áreas de grande demanda turística como, por exemplo, a Praia de Iracema, em Fortaleza, e também as antigas vilas de pescadores em Jericoacoara, em Jijoca de Jericoacoara e Canoa Quebrada, em Aracati.

Na Praia de Iracema, o elevado nível de congestionamento de veículos, a prostituição, a violência e o comércio ilegal de drogas acabaram por asfixiar a vida no bairro antes cultuado pela boemia fortalezense. Hoje, o que se vê, ao se transitar pelas ruas centrais do lugar, é impressão de abandono e insegurança, diminuindo significativamente o fluxo turístico e afugentando moradores e visitantes, apesar de algumas tentativas de revitalização do bairro. Além do problema social, o descaso com a região causou impactos negativos na economia com o fechamento de bares e restaurantes, assim como no ambiente, com acúmulo de lixo e abandono das edificações.

Segundo Silveira, Paixão e Cobos (2006, p. 131), percebe-se que o modelo de gestão "apoia-se na regionalização do turismo, incorporando a noção de território e de arranjos produtivos, como eixo estruturante dos macroprogramas do Plano Nacional". Fernandes (2014, p. 195) amplia a percepção do modelo de gestão do PRT ao afirmar que “a roteirização se constitui em estratégia para efetivar a regionalização e revela a preocupação mercadológica, pois prepara produtos das regiões e dos municípios”. Essa política, segundo Fernandes (2014), integraria atrativos, equipamentos e serviços de diferentes municípios e teria, no bojo,

estratégias de planejamento direcionadas para as tendências disponibilizadas pelo mercado, dando aos municípios um norte para as ações conjuntas a serem implementadas.

A definição de regiões, de fóruns regionais e roteiros turísticos no Ceará e em outras Unidades da Federação do país é anterior ao Programa de Regionalização do Turismo – PRT, mas enquanto orientação da política federal é inovação na gestão do turismo (FERNANDES, 2014, p. 185).

Desse modo, o PRT desenvolveu a estratégia de roteirização turística, de modo a integrar os municípios que possuísem atrativos e potenciais turísticos semelhantes entre si, organizando-os em regiões, para que fossem ampliadas as opções turísticas ofertadas e aumentado o nível de atratividade das localidades.

Para a implantação da política de regionalização o MTur lançou, em 2007, os cadernos do turismo. A roteirização é apresentada como um dos módulos operacionais do Programa de Regionalização, conforme abaixo detalhado (MTur, 2007):

- Sensibilização
- Mobilização
- Institucionalização da instância de governança regional
- Elaboração do plano estratégico de desenvolvimento do turismo regional
- Implementação do plano estratégico para o desenvolvimento do turismo regional
- Sistema de informações turísticas do Programa
- Roteirização turística
- Promoção e apoio à comercialização
- Sistema de monitoria e avaliação do Programa.

O Programa também estabeleceu os denominados conteúdos fundamentais: ação municipal para a regionalização, formação de redes e turismo e sustentabilidade.

Organizada sob a forma de roteiros, rotas e circuitos, a atividade turística passou a atuar de maneira mais integrada com as realidades locais e regionais. De acordo com o Ministério do Turismo (2010, p. 30), “roteirizar é uma forma de organizar e integrar a oferta turística do País, gerando produtos rentáveis e comercialmente viáveis”.

Para o MTur (2010), a roteirização deve ser voltada para a construção de parcerias e ter como objetivos promover a integração, o comprometimento, o adensamento de negócios, o resgate e a preservação dos valores socioculturais e ambientais da região. No entendimento do SEBRAE (2007, p. 47), “a construção de uma metodologia adequada às peculiaridades e dinâmicas de cada destino/região é fundamental para um bom resultado na estruturação de roteiros”, sendo necessária uma articulação efetiva entre os sujeitos do processo.

Para Moletta (2002, p. 40), roteiro turístico é “um pequeno plano de viagem em que o turista tem a descrição de todos os pontos a serem visitados, bem como o tempo de permanência em cada local e a noção dos horários de parada”. Tavares (2002) diz que roteiros turísticos são itinerários de visitação organizados. Já na concepção de Silva (2010, p. 29), roteiros são “itinerários de visitação organizados nos quais se encontram as informações detalhadas de uma programação de atividades turísticas, mediante um planejamento prévio”. A ideia de cooperação e complementaridade entre os municípios também está presente na explicação de roteiro turístico feita por Weissbach (2010). O Ministério do Turismo - MTur (2010, p. 29) utiliza a seguinte definição de roteiro turístico:

Roteiro turístico é um itinerário caracterizado por um ou mais elementos que lhe conferem identidade, definido e estruturado para fins de planejamento, gestão, promoção e comercialização turística. Um roteiro pode perpassar uma ou mais regiões, assim como uma ou mais rotas – sendo eminentemente temático.

Sobre a importância dos roteiros turísticos, Tavares (2002, p. 20-21) afirma que eles “podem ser uma das mais importantes maneiras de contextualizar atrativos e aumentar o seu potencial de atratividade, o que pode dinamizar o potencial de atração turística da localidade”.

Weissbach (2010, p. 4), além de citar a relevância dos roteiros turísticos, mostra que a compreensão do que eles representam é fator primordial para que o desenvolvimento turístico seja alcançado:

Muitos “agrupamentos” de municípios organizam-se na forma do que, empiricamente, chama-se de roteiro turístico. Assim, os roteiros surgem como a possibilidade de conjugar os esforços empreendidos na atividade turística. Vários municípios que dispõem de atrativos turísticos podem planejar a atividade conjuntamente sob uma ideia de cooperação e da complementaridade. No entanto, antes de formatar roteiros de forma aleatória ou desordenada, há necessidade do domínio do conceito, o que pode favorecer, sensivelmente, a tomada de decisões e as ações necessárias para o desenvolvimento turístico.

Segundo Souza e Corrêa (2000, p. 130), roteiro turístico é “o itinerário escolhido pelo turista. Pode ser organizado por agência (roteiro programado) ou pode ser criado pelo próprio turista (roteiro espontâneo)”.

De acordo com Busarello (2009), os pacotes de viagem turísticos são grupos de reservas montados pelas agências de viagem que agregam desde a reserva de passagens, hospedagem, locação de veículos e outros serviços como traslados, passeios turísticos, guias turísticos e outros passeios pelos locais desejados. Assim sendo, além de roteiros turísticos, englobam uma gama de conveniências que estarão à disposição do turista e que permitem conseguir descontos ao se adquirirem os pacotes completos. Desse modo, na visão do autor, compreende-se que o roteiro é um dos elementos que pode compor um pacote turístico. Entende-se que o pacote turístico

É um conjunto de serviços colocados à disposição da clientela. É, portanto, uma oferta de serviços agregados e ordenados. A operacionalização do pacote turístico envolve uma gama de empresas que dentro da sua área prestarão o serviço que lhes cabe no pacote (FERNANDES, 2002, p.48).

Roteiros turísticos são importantes por constituírem uma das principais formas de descrever os atrativos existentes em um determinado lugar e, conseqüentemente, de tornar mais forte o interesse das pessoas em conhecê-lo.

Outro aspecto relevante diz respeito à conceituação de rota turística. Embora menos frequente no meio acadêmico em relação às definições sobre roteiro turístico, alguns estudos discorrem sobre o tema.

Conforme cita Ball (*apud* GONÇALVES; RIBEIRO, 2015, p. 5), rota turística é o “caminho direcionado, rodoviário, marítimo ou aéreo, com indicação de um sentido ou de rumo a ser seguido. Denominação bastante utilizada para designar itinerários turísticos planejados, estabelecidos e associados a uma temática”. Neste caso, a rota turística seria o caminho ou percurso que se destaca pelos seus atrativos para o desenvolvimento do turismo, podendo sobressair-se pelas suas características naturais ou por permitir o acesso a um patrimônio cultural ou histórico de sua importância. Para Alves (2003, p.2), “rota tem significado de ‘caminho’, ‘destino’, mas também de ‘rompimento’ e ‘combate’”. O Ministério do Turismo – MTur (2010, p. 29) assim define rota turística:

Percurso continuado e delimitado cuja identidade é reforçada ou atribuída pela utilização turística. Uma rota pode contemplar vários roteiros e perpassar várias regiões. Isto é, o turismo utiliza a História como atrativo para fins de promoção e comercialização turística.

Desse modo, para o MTur (2010), a rota é um percurso com enquadramento na história. O turismo dela se utiliza como atrativo com finalidade de promoção e comercialização turística. Na rota, é obedecida uma sequência rígida de destinos a serem visitados com estipulação de um ponto inicial e um final. Por sua vez, o roteiro turístico possui uma estrutura mais flexível, sem obrigação de se estipular um ponto inicial e um final. O turista tem opção de escolher por onde melhor desejar iniciar a visitação.

O MTur (2010) cita como exemplos de rotas turísticas a Estrada Real, em Minas Gerais e Rio de Janeiro e a Rota dos Tropeiros, no Paraná, onde o turista segue o mesmo caminho percorrido por alguns personagens históricos de uma determinada época.

Na prática, nada garante que o turista comece a rota pelo ponto inicial e termine o trajeto no ponto final determinado, muito menos que ele pule etapas de visitação. Mesmo um planejamento organizado que estimule e motive o visitante a seguir por toda a rota turística previamente estabelecida, isto não implica em segurança absoluta de que essa condição será efetivamente cumprida, contudo é um indicador a ser considerado para o sucesso dos projetos que envolvem rotas turísticas.

Percebe-se também a existência de algumas divergências quanto à definição dada à rota turística. Enquanto para o MTur (2010) a rota deve possuir uma relação com a história dos destinos e os personagens envolvidos no contexto, autores como Gonçalves e Ribeiro (2015) ampliam a conceituação acrescentando outros temas como características naturais e culturais. Essa ampliação do conceito permite a inclusão de outras rotas turísticas como a Rota da Lavanda, na região de Provence, na França, onde o visitante conhece o cultivo da lavanda e de outras plantas aromáticas e medicinais, a Rota das Emoções, que atravessa o litoral dos estados do Ceará, Piauí e Maranhão, mostrando aos turistas paisagens de dunas, falésias e lençóis, e a própria Rota Verde do Café, objeto deste estudo.

Verifica-se que poucos autores conceituam roteiros e rotas e alguns deles não fazem distinção entre suas definições. Além da carência de conceitos, especialmente os relacionados às rotas, nota-se a inexistência de uma definição homogênea que especifique e caracterize as diretrizes, aplicabilidade e metodologia a serem utilizadas. A pouca quantidade existente dos conceitos, aliada às divergências críticas, acaba por prejudicar o planejamento, levando os sujeitos do

trade turístico a adotarem procedimentos muitas vezes baseados apenas no conhecimento prático, conforme relatam Gonçalves e Ribeiro (2015, p. 14):

A falta desses conceitos ocasiona o não embasamento na aplicabilidade de tais teorias, ou seja, se quando um profissional vai planejar uma rota e ele não possui aporte teórico, esse desenvolvedor provavelmente fará uso do conhecimento empírico, o que em certos casos ocasiona o planejamento de modo parcial.

A criação de uma rota deve fazer parte de um planejamento detalhado em que devem ser levados em consideração todos os fatores que possam interferir na execução do processo. Maia e Baptista (2011, p. 677) assim detalham:

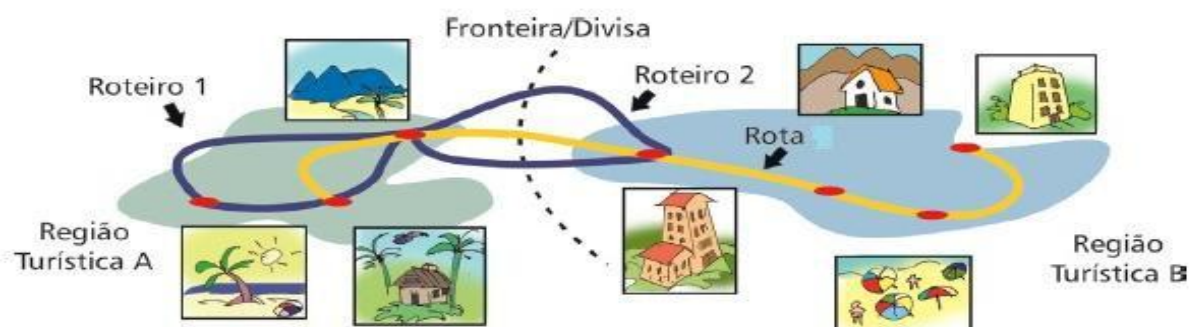
Na elaboração de uma rota turística, Paula e Barros (2002) afirmam que esta deve ser composta por quatro etapas: definir qual rota a implementar, apresentar quais os pontos turísticos que irão compor a rota, efetuar o levantamento geográfico e de acesso que ligam os pontos turísticos e aplicar um programa que irá traçar a rota.

É desejável também que a rota turística inclua sinais e painéis especiais, que vão para além das tradicionais sinalizações de trânsito. A sinalização específica permite destacar os pontos de interesse que se encontrarem na zona, facilitando a atividade turística.

Vale ressaltar que não existe um único modo de se estruturarem roteiros e rotas turísticas, mas é certo que a cooperação e a articulação institucional entre os setores público e o privado são fortes elementos dinamizadores desse processo.

O material do MTur que orienta o processo de roteirização, como se pode observar na Figura 2, apresenta roteiro e rota como integradores dos territórios, permitindo atravessar mais de uma região turística. Visualizam-se ainda na rota um ponto inicial e um ponto final determinado, enquanto o roteiro tem um formato mais próximo do circular e que ambos possuem pontos de interseção entre si.

Figura 2 – Relação entre Região, Rota e Roteiro Turístico



Fonte: Ministério do Turismo.

Outro conceito usado no Brasil é o de circuito turístico. Tal concepção é bastante utilizada nas regiões Sul e Sudeste do país, tendo no Estado de Minas Gerais um dos principais articuladores, possuindo aspectos semelhantes aos encontrados nos roteiros turísticos, principalmente no que se refere à forma com que o agrupamento de municípios se organiza para estabelecer medidas no turismo e à caracterização de elementos que conferem identidade regional. Bolson (2004) afirma que, no caso mineiro, a formação de circuitos turísticos trata-se de uma política pública de turismo baseada na integração das comunidades, gestão integrada dos recursos e regionalização devido à diversidade da oferta turística e à grande extensão territorial do estado.

Para Santos (2004, p. 26), circuitos turísticos são “a soma de diferentes produtos turísticos disponíveis em uma dada região”. Segundo Brandão (2001), os circuitos englobam certa área com predominância de alguns elementos da cultura, história e natureza que seduzem o viajante, além da identidade dos municípios com atrativos e equipamentos turísticos que se complementam com o objetivo de ampliar o fluxo e permanência dos turistas, gerando emprego e renda. Bolson (2005, p.10), por sua vez, assim define circuito turístico:

Circuito turístico é um conjunto de municípios de uma mesma região, com afinidades culturais, sociais e econômicas que se unem para organizar e desenvolver a atividade turística regional de forma sustentável, através da integração contínua dos municípios, consolidando uma atividade regional.

De acordo com Gomes, Silva e Santos (*apud* FERNANDES, 2012), os circuitos turísticos são constituídos por um agrupamento de municípios com características turísticas similares que estão localizados dentro de uma região geográfica limitada. A Secretaria de Estado de Turismo de Minas Gerais – SETUR/MG (2017) complementa ao afirmar que os circuitos são compostos por um conjunto de municípios de uma mesma região, com semelhanças culturais, sociais e econômicas, que se organiza para desenvolver o turismo de modo sustentável, estabelecendo uma identidade cultural.

Percebe-se que a definição de circuito turístico proposta por Brandão (2001), Bolson (2005) e Fernandes (2012) possui semelhanças com o que o MTur (2010) denomina de região turística ao citarem espaço geográfico ou área com características e identidades similares e complementares onde os produtos turísticos podem se inseridos e articulados.

Bolson (2004, p. 3) explica a maneira improvisada e desprovida de planejamento com que alguns municípios brasileiros têm se organizado em relação à formação de circuitos turísticos:

No Brasil, a organização dos municípios para a atividade turística tem ocorrido de forma espontânea e informal, sem planos, diretrizes ou estratégias definidas. Geralmente, a organização dos “circuitos” que na verdade são roteiros, fica a cargo das agências de turismo que reúnem os diversos atrativos de municípios vizinhos, formatam um pacote e oferecem ao turista.

Segundo a autora, o que diferencia circuitos turísticos de roteiros turísticos é a forma como ambos são geridos. Enquanto os roteiros podem ser criados e gerenciados pela iniciativa privada, sem a interferência do Estado, os circuitos possuem o seguinte modelo de gestão:

O Circuito Turístico é administrado por uma entidade sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira, regida por um estatuto, formada por membros da sociedade civil e do poder público; e por um profissional (gestor) contratado para executar as ações necessárias (BOLSON, 2004, p. 11).

Desse modo, os circuitos turísticos teriam uma estrutura administrativa mais complexa por causa da participação efetiva do poder público, algo que não seria necessário no caso dos roteiros turísticos. Tal conceituação, no caso mineiro, está atrelada ao fato de os circuitos turísticos serem uma “política pública de Regionalização do Turismo de Minas Gerais, em desenvolvimento pelo Governo do Estado de Minas Gerais desde o ano de 2001” (SETUR/MG, 2017).

Nota-se que a criação de circuitos de modo espontâneo e informal, sem o devido planejamento estratégico, de acordo com Bolson (2004), revela a ausência de políticas públicas que ofereçam suporte teórico e técnico às ações a serem impetradas na condução do processo de roteirização, levando ao fracasso as tentativas de promoção dos atrativos nas regiões com potencial turístico a ser explorado. Daí a autora afirmar que tais circuitos são, na realidade, roteiros turísticos sem o rigor e complexidade daqueles e organizados em grande parte pelas agências de turismo baseados na experiência empírica.

A diferenciação conceitual desses itinerários turísticos chamados de circuitos não é a que prevalece nos demais casos brasileiros que utilizam, na maioria das vezes, os termos roteiros e caminhos. A revista Roteiros do Brasil (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2011) cataloga 72 sugestões de percursos turísticos,

sendo que, dentre eles, apenas dois são denominados de circuitos: o Circuito das Águas Paulista e o Circuito da Mantiqueira.

É importante atentar para o fato de que os circuitos turísticos de Minas Gerais é uma política pública de estado iniciada em 2001, portanto antecedendo ao Programa de Regionalização do Turismo, do Ministério do Turismo, que só veio a ser implementado três anos depois. Tal fato serve como justificativa para a manutenção do termo circuito como conceito dado ao itinerário turístico no Estado de Minas Gerais.

4 O MACIÇO DE BATURITÉ-CE E SUA RELAÇÃO COM O TURISMO

O Maciço de Baturité é uma formação geológica, que se localiza no centro-norte do Estado do Ceará, a cerca de 100 km de Fortaleza, composta por treze municípios: Acarape, Aracoiaba, Aratuba, Barreira, Baturité, Capistrano, Guaramiranga, Itapiúna, Mulungu, Ocara, Pacoti, Palmácia e Redenção.

O início do processo histórico do Maciço de Baturité é assim relatado por Jucá (2014, p.19-20):

Os estudos da “pré-história” cearense de que dispomos, segundo Studart Filho, afirmam que a Serra de Baturité fora possivelmente habitada pelas nações *Jaguaribaras*, *Anassés* e outras tribos gês e tapuias que desapareceram no processo de colonização. Ainda no século XVIII, foram trazidos do sertão central os índios *Canindés* e *Jenipapos* para compor a Missão de Nossa Senhora da Palma possivelmente fundando, em 1764, a “Vila de Monte Mor o Novo da América” (a atual cidade de Baturité). Era uma “Vila de Índios”, organizada sob as diretrizes do “Diretório Pombalino”, legislação vigente orientada pelo então primeiro-ministro da Coroa Portuguesa Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, de 1750 a 1777.

A região, recheada de vales e serras, apresentava-se como um lugar de difícil acesso e com características geográficas contrastantes com as planícies secas do sertão, pois se constituía por solo mais fértil e abundância de água.

Referências à uberdade da Serra de “Ubutirité” certamente eram frequentes nas práticas com os indígenas. [...] Valia a pena tentar a aproximação arriscada, com todas as condições desfavoráveis: Índios rebalados, desconfiados da amizade dos brancos, precariedade absoluta de qualquer tipo de transporte, dificuldade de animais, ausência de caminhos cômodos. Só o leito dos riachos, as trilhas, os caminhos ínvios, perigosos e agrestes. E... a miragem. (LEAL, 1981, p. 24).

Em meados do século XVIII, deu-se o início do povoamento da região quando terras foram distribuídas aos primeiros sesmeiros que se aventuraram em explorar os terrenos acidentados de mata virgem. Esses desbravadores, inicialmente oriundos de Pernambuco, introduziram a cultura da cana-de-açúcar e, posteriormente, implantaram as primeiras usinas que, segundo alguns historiadores, localizavam-se onde hoje é o município de Redenção (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2010).

O cultivo do algodão e a criação de gado foram largamente difundidos em parte do Maciço de Baturité e no sertão de Canindé, entre a segunda metade e o final do século XIX, favorecidos por um longo período praticamente sem estiagem, entre 1845 e 1877, e pela Guerra da Secessão nos Estados Unidos, de 1861 a

1865, que fez aumentar substancialmente o comércio do algodão com a Inglaterra que, por conta do conflito, havia sido temporariamente privada de adquirir o produto norte-americano (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2010).

Outro fator histórico de grande repercussão nacional foi a libertação antecipada dos escravos no município de Redenção, antigo Acarape. Em 1882, foi fundada a Sociedade Redentora Acarapense e, em 1883, foi oficialmente proclamada a abolição da escravatura no município. Por causa desse acontecimento, em 1889, Acarape passou a se chamar Redenção, por ter sido a primeira vila brasileira a libertar totalmente os seus escravos negros.

O século XIX marca a efetiva ocupação do Maciço e se caracterizou por divergências políticas e ideológicas, principalmente entre brasileiros e portugueses e entre monarquistas e republicanos. É nesse momento que surgem as primeiras experiências de plantio de café no estado, cultivado no Sítio Munguaípe, de propriedade do capitão Antônio Pereira de Queirós, na Serra de Baturité, e nas terras de Felipe Castelo Branco, no Sítio Bagaço - depois denominado de Correntes - no atual município de Guaramiranga. A partir dos sítios de café começaram a surgir outras povoações que deram lugar a cidades localizadas no entorno do Maciço (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2010).

Por ser um ecossistema que abriga um dos poucos vestígios de Mata Atlântica do Nordeste brasileiro, aliado a um relevo elevado, possui um dos maiores índices pluviométricos do estado, alcançando uma média de 1 500 mm/ano. Seu ponto mais alto é o Pico Alto, em Guaramiranga, com uma altitude de 1 114 m, de onde se pode desfrutar de uma vista privilegiada de boa parte do sertão cearense.

A região onde está inserido o Maciço de Baturité possui uma área de 3 709 km², com aproximadamente 231 000 habitantes, cujo clima ameno difere do contexto do semiárido cearense. Segundo estudos do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE, 2014, p, 53):

Esse fato é resultante da configuração geomorfológica do Maciço de Baturité, cuja disposição do relevo face aos deslocamentos das massas úmidas, vindas do oceano, potencializa a amenização climática da serra. Os tipos climáticos predominantes na macrorregião é o tropical quente semiárido na porção ocidental, e o tropical quente subúmido nas áreas de relevo mais elevados. A média pluviométrica varia de 900-1300 mm. Nos pontos mais elevados a temperatura é bastante amena e a média térmica oscila entre 19 e 22° C.

O que justifica o diferencial climático da região em relação ao sertão e litoral cearenses é o relevo acidentado, com altitude média entre 600 m e 800 m -

chegando a 1 114 m de altitude no chamando Pico Alto, no município de Guaramiranga. (CAVALCANTE, 2005).

A região abrange uma área de mata úmida de aproximadamente 1.870 km². No Estado do Ceará, é possível se verificarem vestígios da mata em regiões como a Chapada do Araripe, Litoral, Chapada da Ibiapaba, Serra da Aratanha, Serra de Baturité, Serra do Machado e Serra das Matas no sertão central, Serra de Maranguape, Serra da Meruoca e Serra de Uruburetama (CAPANILI; PROCHNOW, 2006).

Ainda em relação à geografia, o Maciço limita-se, ao norte, com os municípios de Chorozinho, Guaiúba, Maranguape e Pacajus; ao sul, com os municípios de Choró, Ibaretama e Quixadá; ao leste, com o município de Cascavel e, ao oeste, com os municípios de Canindé e Caridade.

A economia baseia-se principalmente no setor terciário. Comércio e serviços participam com mais de 70% de toda a produção interna, com destaque para Guaramiranga, Baturité e Pacoti. O comércio é representado por um mercado varejista composto por pequenas e microempresas, além das feiras municipais. Vale ressaltar que Baturité e Guaramiranga se destacam como principais núcleos de desenvolvimento econômico local (SETUR/CE, 2014). O setor de serviços é responsável por cerca de ¼ dos empregos formais, segundo dados do IPECE (2014).

Na agricultura, destacam-se as culturas de algodão, banana, arroz, milho, feijão, café e cana-de-açúcar. Destas, apenas a cultura do café de sombra não utiliza técnicas rudimentares que empobrecem o solo e tornam ineficientes os modos de produção aplicados no campo. O setor agrícola é fortemente impulsionado pela horticultura, fruticultura, floricultura, cafeicultura e grãos, caracterizando-se por atraso tecnológico e baixa produtividade, assim como na pecuária, que não utiliza técnicas recomendadas que acabam por danificar os recursos naturais, gerando impactos prejudiciais ao ecossistema.

A agricultura do território, via de regra, utiliza-se de tecnologias ultrapassadas, com práticas rudimentares, de subsistência, com resultados econômicos insuficientes. Apenas o excedente do consumo é comercializado. Não exercendo, em geral, outra atividade e possui, em geral, uma produtividade muito baixa. Assim, a comercialização fica à mercê de atravessadores (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2010, p. 182).

O setor industrial possui pouca representatividade quando comparado às atividades primárias e terciárias com maior destaque para a construção civil, fabricação de cachaça, exploração de calcário, extração mineral de água e pedras semipreciosas, bem como pequenas olarias espalhadas pelos municípios (SETUR/CE, 2014).

Fugindo ao padrão de vida agitada das grandes cidades, a região desfruta de atrativos que oferecem tranquilidade, em meio ao verde da natureza, com temperaturas médias amenas, que surge como alternativa para quem deseja explorar diversas formas de turismo como rural, cultural, religioso, de aventura, de eventos ou ecoturismo. Constituído por rochas calcárias e graníticas, possui relevantes atrativos turísticos naturais como cachoeiras, rios e vestígios de mata úmida.

As belezas naturais, o clima bem mais frio que a média das outras cidades do Ceará e a proximidade da capital fazem da região um dos destinos mais procurados por turistas que buscam as condições necessárias para o ecoturismo e a prática de esportes de aventura como escalada, montanhismo, voo livre, parapente etc., além de passeios por trilhas ecológicas e banhos em cachoeiras e quedas d'água.

Bastos (2011) destaca que, nos últimos anos, investimentos foram realizados na cultura, especialmente em Guaramiranga, com a construção do Teatro Rachel de Queiroz, dando início a um novo período de atrações culturais como o Festival Nordestino de Teatro e o Festival de Jazz & Blues, eventos estes que já fazem parte do calendário turístico do estado.

Contudo, apesar de sua importância para o desenvolvimento do Maciço de Baturité, o turismo trouxe também consequências negativas. A facilidade de acesso e o crescimento da demanda por segundas residências criaram um efeito prejudicial, ocasionado pelo crescimento populacional e pela especulação imobiliária que provocaram o aumento dos perímetros urbanos nas cidades.

Desse processo, pode-se constatar atualmente uma elevada especulação imobiliária em Guaramiranga, o que gera preocupações com relação não só aos impactos ambientais, como também aos impactos socioculturais, uma vez que grande parte do antigo acervo cultural se encontra descaracterizado (BASTOS, 2011, p. 54).

Por ser considerado um mosaico ambiental³ com diversas riquezas na diversidade, o Maciço de Baturité passou a ser, em 1990, uma Unidade de Conservação (UC) com a conseqüente criação da Área de Proteção Ambiental - APA de Baturité. Foram também criadas na macrorregião as Áreas de Preservação Permanente (APPs) e as Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs).

Importante papel também é desempenhado pelas RPPNs criadas a partir da vontade do proprietário rural, ou seja, sem desapropriação de terra, assumindo, assim, compromisso com a conservação dos recursos naturais. As RPPNs assumem, cada vez mais, destaque na proteção de recursos hídricos, manejo de recursos naturais, desenvolvimento de pesquisas científicas e manutenção de equilíbrios climáticos ecológicos entre vários outros serviços ambientais (WWF BRASIL, 2017). No Maciço, são exemplos de RPPNs o Sítio Pai João, em Aratuba, e o Sítio Palmeiras, em Baturité.

A Área de Proteção Ambiental (APA) do Maciço de Baturité é formada pelos municípios de Aratuba, Baturité, Capistrano, Caridade, Guaramiranga, Mulungu, Pacoti e Redenção cuja “delimitação foi realizada a partir da curva de nível de 600 (seiscentos metros), ocupando um espaço territorial em torno dos de 32 690 ha” (FREITAS FILHO; SILVA, 2011, p. 186), possuindo um sistema fitoecológico bastante diversificado com predominância da mata úmida serrana e vestígios de Mata Atlântica, nas maiores altitudes, mata seca nas altitudes intermediárias e caatinga nas regiões de menor altitude. Com uma biodiversidade rica e exuberante, possui espécies da fauna brasileira como surucucu, pintassilgo, sanhaçu, soim, tamanduá, gato-maracajá, entre outras, assim como da Mata Atlântica – Guaramiranga/Pipra fasciicauda (SEMACE, 2017).

Quanto aos benefícios da APA pode-se citar: promover a conservação e melhoria das condições ecológicas regionais, melhorar o controle sobre o ecossistema do Maciço, proteger as comunidades bióticas nativas e nascentes dos rios, proporcionar à população regional métodos e técnicas apropriadas ao uso do solo, de maneira a não interferir no funcionamento dos refúgios ecológicos e

³ O Maciço de Baturité não somente apresenta um refúgio ecológico por excelência, mas também, e principalmente, poderia ser visto como um palco que assistiu, ao longo dos tempos, as mudanças ambientais de nossa região, mas que, conseguindo conservar grande parte dos seus recursos vegetacionais e florísticos até hoje, há bem pouco tempo (quando o homem começou sua exploração irracional), constitui-se hoje ainda numa “ilha terrestre” de valor incalculável, guardando isolados, em sua superfície irregular, verdadeiros fósseis vivos, animais e plantas caminhando para a especiação e cujos espécimes mais próximos se encontram a centenas de quilômetros a leste ou a oeste, nas Florestas Tropicais Úmidas. (SEMACE, 1992, p. 41)

desenvolver na população regional uma consciência ecológica e conservacionista. Além disso, impedir qualquer retirada ou modificação da flora nativa sem autorização da Superintendência Estadual do Meio Ambiente (SEMACE), bem como “construção, instalação, ampliação, modificação e operação de empreendimentos, obras e atividades utilizadoras de recursos ambientais” (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2010, p.131) ou qualquer outra forma de mudança que possa causar degradação ambiental.

A APA da Serra de Baturité tem como objetivo a conservação e melhoria das condições ecológicas regionais, assegurando o bem-estar das populações humanas, sendo, portanto, uma unidade de conservação de uso direto, além de possibilitar melhor controle sobre o ecossistema do Maciço. Apresenta como objetivos específicos: proteger as comunidades bióticas nativas, as nascentes dos rios, as vertentes e os solos; proporcionar à população regional métodos e técnicas apropriadas ao uso do solo, de maneira a não interferir no funcionamento dos refúgios ecológicos e desenvolver na população regional uma consciência ecológica e conservacionista. [...] De acordo com o decreto 27.290, foram proibidas, nos municípios que integram a APA, as seguintes atividades: - utilização das Áreas de Preservação Permanente e de Reserva Legal para outros fins diferentes dos propósitos conservacionistas; - supressão da cobertura vegetal em encostas com inclinação entre 25 a 45 graus; - as atividades que possam poluir ou degradar os recursos hídricos; - a destruição do patrimônio histórico, cultural e paisagístico; - as atividades capazes de provocar acelerada erosão do solo e/ou acentuado assoreamento dos corpos d'água; - o uso de agrotóxico, em desacordo com as normas ou recomendações técnicas e a retirada da flora nativa sem autorização da SEMACE. (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2010, p. 131).

No Relatório Técnico (SEMACE, 1992) que priorizou o zoneamento da APA do Maciço de Baturité foram fornecidos insumos técnico-científicos. Por isso, Porto (2008, p. 107) elenca as seguintes ações implementadas pela APA:

Definiu limites de unidade ambientais homogêneas (sistemas de terras) contidas na APA da Serra de Baturité em precisão compatível com a escala de trabalho adotada (1:50:000); Aplicou a concepção ecossistêmica no diagnóstico dos recursos naturais da APA; Identificou e analisou as relações mútuas dos componentes do potencial ecológico e de exploração biológica, de acordo com a estrutura funcional de cada unidade homogênea; Avaliou o potencial de recursos naturais e as principais limitações de uso dos subespaços que compõem a APA; Identificou o impacto e os efeitos das ações antrópicas em cada unidade; Caracterizou e interpretou o estado de cada unidade natural homogênea, após os modelos de utilização que haviam sido adotados; Detectou o grau de estabilidade do ambiente em função do balanço entre processos morfogenéticos e pedogenéticos, além do estado de degradação – conservação apresentado pela cobertura vegetal; Indicou as unidades naturais homogêneas, ou setores destas, a serem submetidas a uma preservação compulsória; Apresentou/sugeriu diretrizes que viabilizassem o aproveitamento racional dos recursos naturais renováveis, como meio de atenuar ou eliminar os efeitos de deterioração ambiental.

4.1 O PLANO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DO TURISMO SUSTENTÁVEL – PDITS

O turismo é considerado um instrumento capaz de contribuir para o desenvolvimento regional e de incorporar as transformações percebidas de outras regiões, transformando-se em uma atividade prioritária de política dos governos nos âmbitos federal, estadual e municipal para o desenvolvimento econômico e a diminuição das desigualdades sociais. Sob esses aspectos, as políticas públicas de turismo passaram a atuar como meio de valorização das características dos territórios e promoção de melhorias nas infraestruturas urbanas como fatores para atrair visitantes e beneficiar os residentes com o aumento do bem-estar da população em geral.

A política é um curso de ação calculado para alcançar objetivos, ou seja, direções gerais para o planejamento e a gestão do turismo baseadas em necessidades identificadas dentro das restrições de mercado e de recursos. Políticas são orientações específicas para a gestão diária do turismo, abrangendo os muitos aspectos operacionais da atividade. Numa visão bem simplista, elas procuram maximizar os benefícios e minimizar possíveis efeitos adversos e, como tal, fazem parte do desenvolvimento planejado de uma região ou país, em que é necessário criar, desenvolver, conservar e proteger recursos turísticos (BENI, 2006, p. 91).

Neste sentido, o Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste - PRODETUR/NE tem desenvolvido políticas públicas voltadas para o desenvolvimento da atividade. No cenário estadual, o programa é gerenciado pela Secretaria de Turismo (SETUR/CE). Os objetivos do PRODETUR/CE são contribuir para o aumento do emprego e renda gerados pela atividade turística, mediante a consolidação e diversificação da oferta turística do Estado do Ceará, consolidar o modelo sustentável sol e praia e diversificar o turismo por meio da criação de novos produtos baseados em recursos naturais e culturais com potencial turístico (SETUR/CE, 2012).

O turismo, enquanto atividade relevante do Estado do Ceará, não deve ser tratada de modo pontual, mas planejada e estruturada tomando por base a diversificação dos cenários e cotidianos, garantindo a sustentabilidade turística por intermédio da formação de uma rede de polos de desenvolvimento turístico, interligados entre si. A partir dessa contextualização, originou-se o PRODETUR I, tendo sido selecionados como áreas de expansão turísticas os municípios de

Caucaia, Fortaleza, Itapipoca, Paracuru, Paraipaba, São Gonçalo do Amarante e Trairi (SETUR/CE, 2012).

Com recursos provenientes de financiamento com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) com contrapartida do estado, o PRODETUR/CE I atuou na construção do Aeroporto Internacional Pinto Martins, em Fortaleza, e na via que dá acesso ao equipamento, na implantação de sistemas de abastecimento d'água e esgotamento sanitário, na proteção ambiental e no fortalecimento institucional dos órgãos estaduais e municipais envolvidos no programa.

A partir da necessidade de melhorar a qualidade de vida da população residente nos municípios beneficiados ou impactados pelo PRODETUR/CE I, elaborou-se o PRODETUR/CE II, elegendo como área de atuação dezoito municípios para comporem a Costa do Sol – Acaraú, Amontada, Aquiraz, Barroquinha, Camocim, Caucaia, Chaval, Cruz, Fortaleza, Granja, Itapipoca, Itarema, Jijoca de Jericoacoara, Paracuru, Paraipaba, São Gonçalo do Amarante, Trairi e Viçosa do Ceará (SETUR, 2012). As realizações do PRODETUR/CE II na Costa do Sol, território correspondente ao litoral oeste do estado, acabaram por demandar ações interestaduais como a Rota das Emoções, projeto que envolve regiões turísticas dos estados do Ceará, Piauí e Maranhão (SETUR, 2012).

Como versão mais recente do PRODETUR, o PRODETUR NACIONAL busca promover e consolidar as ações e investimentos em áreas prioritárias, denominadas de polos, selecionados a partir de critérios de desempenho da atividade turística por parte dos próprios estados gestores.

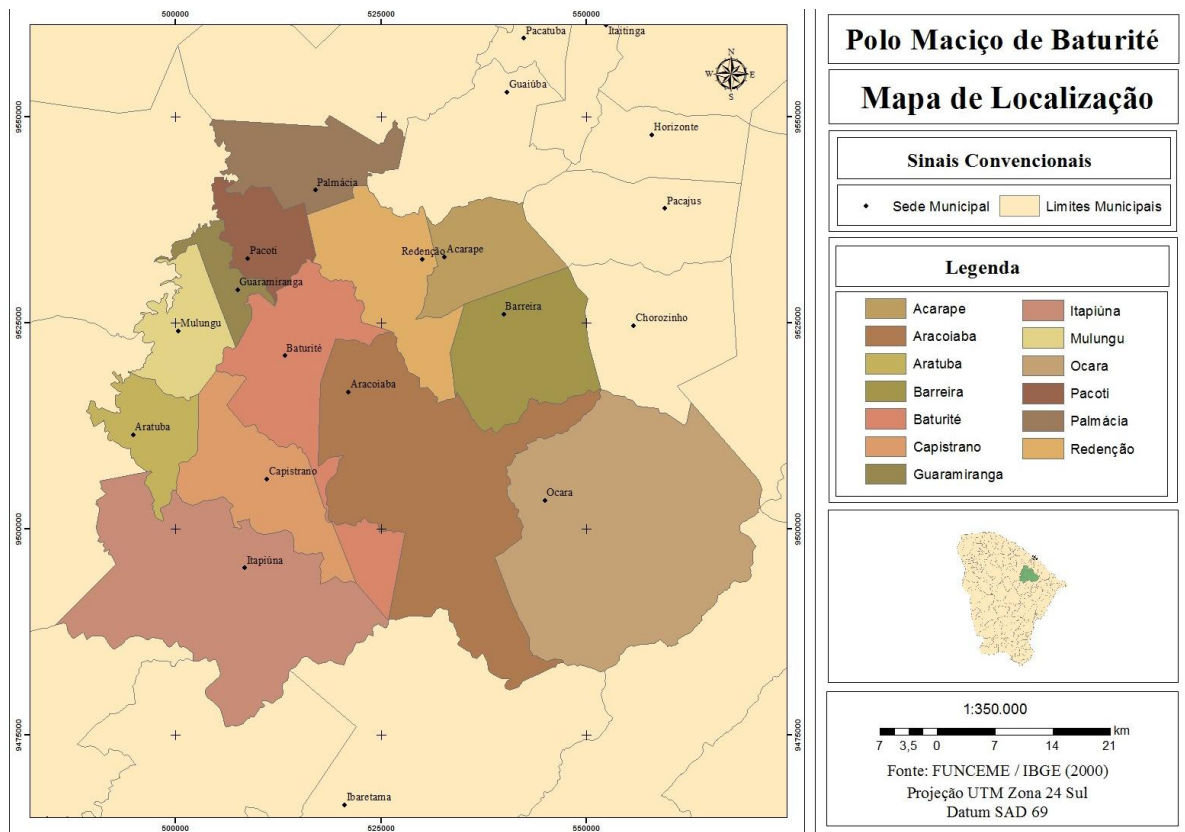
O produto final do processo de planejamento estratégico baseado em diagnósticos de cada região, associado a informações de mercado de cada polo selecionado, resultou nos Planos de Desenvolvimento Integrado do Desenvolvimento do Turismo Sustentável (PDITS).

A elaboração dos planos pressupõe, ainda, uma visão integrada da realidade da Área Turística sob os aspectos relacionados à cadeia produtiva do turismo (produto e mercado) e à gestão do turismo, além daqueles relacionados aos âmbitos social, econômico, ambiental e à infraestrutura e serviços básicos (saneamento básico, energia elétrica, comunicação, acessos e transportes). O PDITS propõe objetivos, metas e diretrizes para o desenvolvimento da atividade turística, visando à melhoria da qualidade de vida das populações residentes na área selecionada, que resultem um documento com informações necessárias à caracterização da situação atual, identificando seus problemas e oportunidades e definindo estratégias e ações (SETUR/CE, 2014, p. 15).

No Estado do Ceará, as áreas selecionadas como polos pelo PRODETUR Nacional foram: Litoral Leste, Ibiapaba e Maciço de Baturité, que representam forte potencial turístico e necessitam de estratégias que aprimorem imagens dos atrativos turísticos, melhorem a infraestrutura e fortaleçam a sociedade civil e os setores público e privado.

A SETUR/CE (2014, p. 20) afirma que a elaboração e implantação do PDITS “têm sido entendidas como oportunidades para a mobilização e articulação em prol da qualidade de vida da população de uma região que agregue cenários de desenvolvimento da atividade turística”. A Figura 3 representa o mapa do Polo Maciço de Baturité com os municípios que o compõem e a localização da região dentro do Estado do Ceará.

Figura 3 – Mapa de localização do Polo Maciço de Baturité



Fonte: COBRAPE (2012 apud SETUR, 2014).

Procurando dotar o polo de elementos capazes de promover o desenvolvimento sustentável, foram estabelecidos os objetivos gerais e os específicos, assim definidos na ordem de prioridade, de acordo com a importância e

em função do tempo e coerência com as condições de mercado pela SETUR/CE (2014):

- Objetivo geral:

- Fortalecer a estrutura turística e a imagem do Polo Maciço de Baturité, a partir do fomento ao ecoturismo, associado ao turismo de aventura e ao turismo cultural, como segmentos de maior relevância regional, complementados pelo turismo rural e turismo religioso, para valorização das principais vocações e potencialidades do Maciço, garantindo, assim, a produção de um turismo competitivo e de qualidade.

- Objetivos específicos:

- Evidenciar e fomentar a visitação aos diversos atrativos, de maneira organizada e distribuída entre os municípios, para que toda a região possa se beneficiar com o desenvolvimento turístico, aumentando a permanência média e o gasto dos turistas no Polo.

- Valorizar e incentivar o artesanato local, como forma de geração de renda e valorização da identidade regional.

- Aperfeiçoar os sistemas de infraestrutura e de serviços básicos essenciais para o desenvolvimento urbano e turístico do Polo, tais como: rede de abastecimento de água, rede de coleta de esgoto, estações de tratamento de esgotamento sanitário, coleta e destinação final de resíduos sólidos urbanos e da construção civil.

- Promover a manutenção das estradas em bom estado de conservação, com sinalização turística adequada e com capacidade para suportar fluxo crescente de turistas que demandam informações sobre atrativos a serem visitados.

- Consolidar o município de Guaramiranga como principal destino do Polo devido à sua atratividade e estruturação, tendo os municípios vizinhos as economias fortalecidas por meio de uma integração regional.

- Estimular a estruturação de atrativos complementares buscando ampliar a atratividade do Polo e servir como opção de lazer à comunidade local, implantando novos recursos tecnológicos com vistas ao incremento e renovação de roteiros voltados para o turismo rural e religioso.

- Oferecer melhores estruturas para trilhas e passeios ecológicos/turísticos nos lugares que apresentam esse atrativo, assim como análise

sobre a viabilidade para a abertura de novas trilhas que atendam aos pressupostos do PDITS.

- Estimular o empreendimento na atividade turística regional, buscando o aproveitamento de oportunidades de negócios para o aumento dos benefícios diretos e indiretos da atividade turística.

- Estimular a participação e organização comunitária para o desenvolvimento da atividade turística de base local como forma de complementar a renda dos residentes, proximidade da população aos benefícios do turismo, além de aumentar o leque de oportunidades de ganhos com turismo comunitário.

- Qualificar os recursos humanos locais para que a população dos municípios possa desfrutar de empregos na localidade, diminuindo assim o êxodo populacional para outras regiões, distribuindo melhor a renda, movimentando e desenvolvendo a economia local.

- Promover e divulgar os principais serviços para a potencialização dos segmentos turísticos, assim como as particularidades dos municípios integrantes em âmbito estadual e regional, tendo em vista uma intensificação do fluxo turístico, representando a capacidade de carga dos lugares.

- Promover o dinamismo econômico local a partir de uma estrutura de gestão fortalecida baseada em várias forças locais para que todos os municípios se beneficiem do turismo simultaneamente e, paralelamente, possam gerir coletivamente a atividade.

- Estimular a concepção de equipamentos, serviços e facilidades turísticas de forma a permitir maior permanência e satisfação do turista e em quantidade suficiente para evitar concentrações em poucos estabelecimentos com capacidade de atendimento restrita.

- Estimular a promoção da educação ambiental da população e dos turistas buscando organizar visitas responsáveis e monitoradas, evitando o comprometimento da capacidade de recepção de turistas e o prejuízo à qualidade da experiência da visita.

- Subsidiar políticas de fortalecimento institucional que promovam o dinamismo econômico local a partir de uma estrutura de gestão fortalecida e autônoma.

- Estimular o turismo, em especial, por meio do ecoturismo, cultural, rural e de aventura, tendo em vista atender à demanda turística potencial, assim como a potencialidade dos lugares.

Para uma atuação efetiva, tendo em vista as estratégias apresentadas, o PDTIS estabeleceu a necessidade da aplicação de ações atuais e futuras a serem desenvolvidas no Maciço de Baturité, nos seguintes aspectos: meio físico - natural e antrópico -, infraestrutura para o turismo e serviços básicos, econômico - emprego, renda, comércio e serviços -, social e cultural, ambiental e jurídico-institucional e administrativo.

Verifica-se, pois, que a Rota Verde do Café possui premissas que vão ao encontro dos objetivos traçados pelo PDITS, tendo no café de sombra o eixo para a realização de ações que consolidem o Maciço de Baturité como polo turístico voltado para a integração e o desenvolvimento sustentável. A Rota Verde do Café está em consonância com os objetivos acima elencados que convergem para o desenvolvimento do turismo sustentável no Maciço de Baturité.

4.2 OS MUNICÍPIOS DO MACIÇO DE BATURITÉ-CE

As práticas relacionadas ao turismo estão diretamente ligadas às condições naturais e culturais de uma região. Some-se a isso a viabilidade econômica que encontra em alguns lugares território fértil para a exploração da atividade que, desenvolvida na produção capitalista, tem no lucro o motor para a reprodução do capital. No caso específico do Maciço de Baturité, a lógica não é diferente.

O turismo chega às regiões serranas do Ceará, em especial no Maciço de Baturité com a mesma lógica de reprodução de capital encontrada no litoral. Para explicar o processo se faz uso da abordagem geográfica do estudo do espaço e da relação sociedade-natureza, quando o homem se apropria dos lugares para promover atividades econômicas, com destaque para o turismo. (OLIVEIRA, 2004, p.28).

O Polo Maciço do Baturité apresenta boas condições para o desenvolvimento do turismo, especialmente nos municípios de Baturité e Guaramiranga, os principais destinos turísticos da região, uma vez que esses municípios apresentam melhores estruturas de recepção aos visitantes com uma rede mais diversificada de hotéis, pousadas, bares, restaurantes, bancos, equipamentos de lazer, dentre outros serviços e equipamentos turísticos.

Segundo dados da Secretaria do Turismo do Estado do Ceará (SETUR, 2016), a movimentação turística total na localidade passou de 636.917, em 2013 para 762.830, em 2015, o que representou um acréscimo de 19,77% em dois anos. A participação do Maciço de Baturité na demanda turística do estado saltou de 4,3% para 4,8% no igual período. Apesar do incremento na participação do turismo do Maciço de Baturité no cenário estadual, a região ainda apresenta desempenho incompatível com o potencial que dispõe, representando menos de 5% da presença na demanda total, conforme apresenta a Tabela 1:

Tabela 1 – Movimentação turística no Ceará: 2015

Polos	Oferta Hoteleira						Demanda Turística			
	MH	Uhs	Leitos	Taxa de Ocupação	Perm. Média	Relação Hosp/Uhs	Hoteleira	Extra-Hoteleira	Total	%
Baturité	69	1.022	2.756	60,3	2,3	2,3	228.849	533.981	762.830	4,8
Ibiapaba	67	1.392	3.158	51,2	2,4	2,4	259.950	606.55	866.500	5,5
Araripe/Cariri	123	3.303	8.099	51,0	2,4	2,5	640.472	1.494.435	2.134.908	13,4
Litoral Lest	253	5.964	16.240	63,4	3,3	2,4	1.012.095	2.361.554	3.373.649	21,2
Litoral Oeste	400	5.849	13.876	61,0	2,8	2,2	1.037.173	2.420.070	3.457.243	21,8
Sertão Central	68	1.608	39.911	55,9	2,4	2,1	287.077	669.847	956.924	6,0
Outros Municípios	64	1.743	4.039	57,1	2,7	2,2	295.996	690.656	986.652	6,2
Total Interior	1.044	20.880	52.079	57,1	2,6	27,5	3.761.612	8.777.095	12.538.707	78,9
Fortaleza	235	11.406	28.322	71,5	3,6	2,4	1.900.968	1.442.847	3.343.815	21,1
Total Geral	1.279	32.286	80.401	62,2	2,9	27,7	5.662.580	10.219.942	15.882.522	100,0

Fonte: SETUR/CE

De acordo com a SETUR-CE (2016), em relação à oferta hoteleira em 2015, o Polo de Baturité situa-se na última colocação com 2.756 leitos, ficando atrás dos Polos de Fortaleza com 28.322 leitos, do Litoral Leste com 16.240 leitos, do Litoral Oeste com 13.876 leitos, do Araripe/Cariri com 8.099 leitos, do Sertão Central com 3.911 leitos e de Ibiapaba com 3.158 leitos disponibilizados. Outros municípios somados totalizam 4.039 leitos ofertados.

Posição idêntica ocupa ao se analisar a demanda turística no mesmo ano, cujos 4,8% anteriormente citados mostram o Maciço de Baturité abaixo dos Polos do Litoral Oeste com 21,8%, do Litoral Leste com 21,2%, de Fortaleza com 21,1%, do Araripe/Cariri com 13,4%, do Sertão Central com 6% e de Ibiapaba com 5,5%. O restante dos municípios contribui com o percentual de 6,2% da procura.

A evolução da movimentação turística no Ceará, segundo dados da SETUR-CE (2016), mostra que, apesar de o Polo de Baturité se encontrar na última posição em relação à demanda, nota-se uma evolução no número de turistas que procuram a região. Em 2013, correspondia a um percentual de 4,3% da demanda total do estado, passando para 4,7%, em 2014, até alcançar 4,8%, em 2015, caracterizando um crescimento lento, porém constante. Tal fenômeno se repete com o Polo de Ibiapaba, outra região serrana cearense, que passou de 4,6%, em 2013, para 5,4%, em 2014, e 5,5%, em 2015. Situação inversa ocorre com o Polo do Sertão Central que passou de 6,7%, em 2013, para 6,3%, em 2014, e caiu para 6%, em 2015.

Fortaleza, Litoral Oeste e Litoral Leste são polos que juntos respondem por quase 2/3 da demanda turística do Ceará. Logo atrás, aparece o Polo do Araripe/Cariri com 13,4%, ficando os demais municípios com o percentual de 6,2% do total de turistas do estado (SETUR-CE, 2016).

O Maciço de Baturité também se caracteriza por proporcionar passeios relacionados com a observação da fauna e da flora local, permitindo a interação dos visitantes por meio de práticas de esportes e lazer nos ambientes naturais como rios, cachoeiras, trilhas, etc., estimulando o desenvolvimento do chamado turismo de aventura. O turismo rural com a prática do plantio de flores, frutas e café orgânico é outro ponto de interesse a ser explorado pela atividade turística, assim como a realização de eventos artísticos e culturais na região.

A região detém potencial a ser mais explorado pela atividade turística e que outras formas de turismo poderiam ser mais bem exploradas como o turismo rural e o turismo religioso, capazes de promover uma maior articulação e integração turística entre os municípios do Polo. Além disso, elementos culturais como o patrimônio histórico, engenhos de cana, a Rota Verde do Café e artesanato são ainda pouco difundidos, o que acarreta na diminuição de tempo despendido pelos turistas na região.

A SETUR (2014) realizou um estudo que diagnosticou as seguintes características sobre o Polo Maciço do Baturité:

a) em relação ao que leva os visitantes ao Polo Maciço do Baturité:

- O Polo Maciço do Baturité possui pequena presença na carteira de produtos dos operadores.

- 47% dos visitantes do Polo Maciço do Baturité são atraídos por natureza, aventura e atividades de ecoturismo.

- 43% dos visitantes são atraídos pela possibilidade de descanso.

- Fortaleza representa 84% dos principais polos emissores de visitantes.

b) em relação ao perfil das viagens com destino ao Polo Maciço do Baturité:

- Geralmente feitas com o uso de carro próprio, com família, amigos ou em casais, em grupos de duas a quatro pessoas.

- 93% do público é formado por turistas.

- 75% dos visitantes se hospedam em hotéis e pousadas.

- A maior parte das viagens é independente. Menos de 20% dos turistas utilizam agências de viagem.

- 1,8 dias é a média de duração das viagens, geralmente feitas nos fins de semana.

- R\$ 124,50 é o gasto médio diário *per capita* dos visitantes.

c) em relação ao conhecimento do destino:

- A taxa de retorno ao Polo Maciço do Baturité é de 78%.

- A indicação de amigos e parentes e o conhecimento prévio do destino são as principais formas de obter informação sobre o destino.

d) em relação a quem é e o que busca o turista potencial do Polo Maciço do Baturité:

- É relativamente sensível ao preço.

- Tem preferência por serviços de categoria luxo e, em segundo lugar, confortável.

- É fortemente atraído por banhos de rio, cachoeira ou açude. Imagens com água têm grande poder de atração sobre esse público.

- Prefere paisagens dominadas por elementos hidrográficos e não se sente atraído por formações rochosas.

- É indiferente ao tempo gasto com o deslocamento até o destino e com o deslocamento do destino até os atrativos.

- É indiferente entre pacotes de viagem e viagens independentes.

d) em relação aos principais elementos que motivam o deslocamento dos visitantes;

- O clima ameno e a vida noturna são fatores determinantes para a visitação do Polo.

e) em relação à variedade de atrativos em cada município:

- Os atrativos dos municípios são similares

- Há poucos atrativos com grande potencial turístico na região

- O trabalho em conjunto com ênfase nas viagens multidestinos entre os atrativos da região é fundamental.

f) em relação ao que se é oferecido aos turistas:

- A oferta de serviços turísticos é simples e pequena, sendo basicamente composta por estabelecimentos simples e sem grandes diferenciais, com baixo nível de qualificação.

- Guaramiranga é o município que apresenta a melhor oferta técnica da região e pratica os preços mais elevados.

g) em relação às condições de infraestrutura e serviços básicos das cidades:

- Os serviços são, de modo geral, ruins e com pouca disponibilidade, necessitando de uma maior atenção.

- Os elementos relacionados à infraestrutura e serviços básicos geralmente são aqueles que recebem as piores avaliações pelos turistas.

- A principal rodovia de acesso é a CE-060, que possui boas condições de conservação e segurança.

h) em relação à relevância dos destinos do Polo:

- Os destinos têm relevância no aspecto regional.

- Os destinos possuem potencial para captação de público regional.

- Configuram-se como destinos complementares de viagens ao Litoral Leste e a Fortaleza.

A seguir, são apresentadas informações sobre os municípios que compõem o Maciço de Baturité, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2016), o Governo do Estado do Ceará (2016) e SETUR/CE (2014):

- Acarape

Acarape era a antiga denominação de Redenção, antes do feito abolicionista, tendo sido elevada à categoria de cidade com o atual nome, em 17 de agosto de 1889. A denominação de Redenção deve-se à Lei nº 2 167, de 1889, em

homenagem ao fato de a vila de Acarape ter sido o primeiro núcleo de população brasileiro a libertar totalmente os escravos negros. A declaração foi feita em 1º de janeiro de 1883, durante o governo Domingos Antônio Raiol, resultante de sugestão feita por Deocleciano Ribeiro de Menezes, membro do movimento abolicionista, e um dos fundadores da Sociedade Redentora Acarapense, em 1882.

Antes da emancipação ocorrida em 1987, Acarape constituía-se em distrito de Redenção, tendo como consequência deste fato a sua história ser confundida com a do município vizinho. A região, que era habitada por índios Tapuias e Baturité, era conhecida por Vila dos Índios e recebeu os indígenas expulsos da região de Jaguaribe. A ocupação do Vale do Acarape seguiu o curso do Rio Pacoti.

As primeiras sesmarias localizavam-se na base da serra e, lentamente, procedeu-se a ocupação até a Serra de Baturité, com os primeiros colonizadores vindos de Pernambuco introduzindo a cultura da cana-de-açúcar, surgindo os primeiros engenhos a partir de 1940. A criação de gado e, posteriormente, o binômio gado-algodão foram os grandes responsáveis pela ocupação e fixação do homem branco no Ceará e na região, sendo a Serra de Baturité um dos principais produtores de algodão, ao lado do café e da cana-de-açúcar.

O território do município se estende por uma área de 155 188 km² e possui uma população de 15 338 habitantes. Não existem atividades desenvolvidas para o turismo no município, havendo apenas a Igreja matriz de São João Batista com atrativo oficialmente indicado para a atividade turística.

O clima é tropical semiárido com pluviometria média de 1097 mm e chuvas concentradas de janeiro a abril. As principais fontes de água são o Rio Acarape/Pacoti e os Açudes Hipólito e Boqueirão. A vegetação é composta de caatinga, mata seca e vestígios de Mata Atlântica.

O município possui dois distritos: Acarape, onde se encontra a sede, e Canta Galo. A sede do município é dividida em quatro bairros: Centro, Conjunto São Francisco, São Benedito e Conjunto São João Batista.

A atividade econômica se baseia na exploração da pecuária, cana de açúcar, feijão, frutas, calcário e talco. O principal evento cultural é a festa do padroeiro, São João Batista.

Figura 4 – Igreja Matriz no município de Acarape



Fonte: <<http://www.unilab.edu.br/historia-acarape-2/>>.

- Aracoiaba

A primeira concessão de terras no município de Aracoiaba data de 1735. Ficava a sesmaria de Pedro da Rocha Maciel em um riacho que nasce na Serra de Baturité e deságua no Rio Choró, conhecido pelo nome de Aracoiaba. As terras às margens do Rio Aracoiaba foram ocupadas por lavradores pela abundância e qualidade da água para a agricultura e, em especial, o cultivo da cana-de-açúcar.

O distrito foi criado com a denominação de Aracoiaba pelo Ato Provincial, de 18 de agosto de 1871, e Lei Provincial nº 1 607, de 21 de agosto de 1874, subordinado ao município de Baturité, tendo sido elevado à categoria de vila pelo Decreto-lei estadual nº 44, de 16 de agosto de 1890. Foi elevado à categoria de município pela Lei estadual nº 1 156, de 4 de dezembro de 1933, durante o governo de Carneiro de Mendonça.

A origem do topônimo vem da palavra indígena composta por *ará* (ave), *cói* (falar) e *aba* (lugar), significando “lugar onde as aves cantam”.

Com uma área geográfica de 656.532 km² e uma população de 25.391 habitantes, o município apresenta como atrativos turísticos relevantes: Ponte

Metálica Ferroviária, Barragem do João Correia, Pedra Aguda, Foz dos Rios Aracoiaba e Choró, Ponte do Rio Mazagão, Observatório Moura Brasil, Capelinha do Alto Santo, Ponte sobre o Rio Aracoiaga – Vazantes, Polo de Lazer do Horto Florestal e Ponte sobre o Rio Choró – Ideal.

Figura 5 – Igreja Matriz no município de Aracoiaba



Fonte: <dacadeirinhadearruar.blogspot.com>.

- Aratuba

Na Serra de Guaramiranga, entre cimos e contrafortes com alguns vales mais ou menos profundos de terras férteis, formou-se o núcleo populacional de Aratuba. Seu primeiro nome foi Coité, árvore da família das bignoniáceas, produtora de fruto do qual, serrando-se a meio, fazem-se cuias de muitas utilidades domésticas. Passou depois a se chamar Santos Dumont em homenagem ao “pai da aviação”.

O distrito de Coité foi criado, em 10 de dezembro de 1883, pela Lei Provincial nº 2 06 e elevado à categoria de vila, em 6 de agosto de 1890, pela Lei estadual nº 602, sendo desmembrado de Baturité. Em 4 de dezembro de 1933, o município de Coité é extinto pelo Decreto estadual nº 1 156, sendo seu nome mudado para Santos Dumont e anexado ao município de Pacoti. Em 29 de março de 1957, foi elevado à categoria de município com a denominação de Aratuba pela Lei estadual nº 3 563, durante o governo de Paulo Sarasate.

Possui um território de 142 538 km² e uma população de 11529 habitantes. No que se refere aos atrativos turísticos, enumeram-se: Casarão dos Pereira, Pico do Mussu, Serrote da Benedita, Igreja da Matriz de São Francisco,

Museu Municipal de Aratuba, Pico do Acarape, Mirante do Quebra Faca, Cachoeira da Pindoba e Alambique Pingo de Ouro.

Figura 6 – Praça Adolfo Lima no município de Aratuba



Fonte: <mapio.net>.

- Barreira

Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, figura no município de Redenção o distrito de Barreira Vermelha. Pelo Decreto estadual nº 448, de 20 de dezembro de 1938, passou a ser denominado de Barreira. Foi elevado à categoria de município pela Lei estadual nº 11 307, de 15 de abril de 1987, durante o governo de Tasso Jereissati.

Barreira possui uma área geográfica de 245 946 km² e uma população de 19 573 habitantes. O Santuário de Santa Paulina é o principal atrativo turístico do município.

O clima é tropical quente semiárido brando com pluviosidade média de 915mm e chuvas concentradas de janeiro a abril. As principais fontes de água são os rios Acarape/Pacoti e Choró.

A vegetação é composta por caatinga arbustiva densa, floresta subcaducifólia tropical, floresta úmida semiperenófila, floresta úmida semicaducifólia, floresta caducifólia e Mata Ciliar.

O município tem cinco distritos, além da sede Barreira. São eles: Córrego, Lagoa Grande, Areré, Cajueiro e Lagoa do Barro.

Figura 7 – Centro do município de Barreira



Fonte: acopiaranews.com

- Baturité

A tribo indígena Baturité deu nome a serra e esta denominação se estende ao território que atualmente pertence ao município. Quanto ao devassamento do território, as mais antigas referências datam do ano de 1746 quando foi concedida a sesmaria entre o Rio Choró e a Serra de Baturité a Inácio Moreira de Barros e André Moreira de Moura pelo capitão-mor, governador da capitania do Ceará Grande, João de Teive Barreto de Menezes.

O distrito foi criado com a denominação de Aldeias das Missões - em referência à ordem religiosa Companhia de Jesus - por provisão de 19 de junho de 1762, ratificada posteriormente pela lei provincial, de 18 de março de 1842, tendo sido elevado à categoria de vila com a denominação de Palmas, por carta de 6 de agosto de 1763 e portaria de 15 de agosto de 1763, retificados por carta de 16 de dezembro de 1763 e instalado em 14 de julho de 1764. Foi elevado à condição de cidade com a denominação de Baturité pela Lei Provincial nº 844, de 9 de agosto de 1858, pelo governador João Silveira de Sousa.

Não são unânimes os estudos em relação à origem do vocábulo. Enquanto uns, a exemplo de José de Alencar, afirmam que seja uma derivação de *batuíra* e *eté*, que quer dizer valente nadador, outros admitem ser uma corruptela de *ibi* (terra), *tira* (alta) e *eté* (verdadeira), ou seja, serra verdadeira.

Baturité possui uma área geográfica de 308 780 km² e uma população de 33 321 habitantes. Os principais pontos turísticos do município são: Maria Fumaça,

Estação Ferroviária, Igreja dos Salesianos, Igreja de Santa Luzia, Museu Comendador Ananias Arruda, Correio e Telégrafo, Palácio Entre Rios, Igreja Nossa Senhora da Palma, Ecomuseu da Serra do Evaristo, Cruzeiro dos Jesuítas, Monumento de Nossa Senhora de Fátima e Mosteiro dos Jesuítas.

Figura 8 – Centro do município de Baturité



Fonte: Diário do Nordeste (2015).

- Capistrano

As terras que integram o município de Capistrano se estendiam por todo o sertão de Canindé, Aracoiaba, Redenção e municípios serranos limítrofes. Quando da concessão de datas e sesmarias, algumas destas benfeitorias foram concedidas a portugueses desejosos de fazer fortuna no cultivo da terra e no trato do gado, excelentes para o labor agrícola, as terras onde se constitui o município, compreendidas nas ribeiras do Riachão, pouco a pouco foram sendo povoadas. Em 1890, foi inaugurada a primeira estação de estrada de ferro que escoava a produção de madeira.

O distrito foi criado com a denominação de Capistrano de Abreu, subordinado a Baturité, pelo ato estadual, em 27 de março de 1896, e elevado à categoria de município com a denominação de Capistrano pela Lei estadual nº 1 153, de 22 de novembro de 1951, durante o governo de Raul Barbosa.

O município conta com um território de 194 797 km² e uma população de 17 062 habitantes. Quanto aos seus atrativos turísticos, destacam-se a Igreja Matriz de Nossa Senhora de Nazaré e o Hotel Fazenda Repouso das Águas.

Figura 9 – Vista do município de Capistrano



Fonte: <josedearimateiacruz.blogspot.com.br>.

- Guaramiranga

Situado na APA de Baturité, Guaramiranga é o menor município em extensão do estado. Sua sede se localiza a 865 metros de altitude. O município destaca-se como destino turístico pelo clima ameno, fauna, flora e arquitetura local.

As terras da atual Guaramiranga eram habitadas por várias etnias. A principal delas era a Kanyndé. Com a criação da Missão da Palma, durante o século XVIII, para a evangelização dos silvícolas, a expansão pecuária e as plantações de café no século XIX consolidaram o lugar como centro urbano.

O distrito foi criado com a denominação de Guaramiranga, em 10 de outubro de 1868, por ato provincial e elevado à categoria de vila pelo Decreto Estadual, de 1º de setembro de 1890. Em 11 de julho de 1957, é elevado à condição de município pela Lei Estadual nº 3 679, durante o governo de Paulo Sarasate.

O topônimo Guaramiranga vem do tupi *guará* (vermelho) e ou *piranga* (garça), significando pássaro vermelho.

Possui uma área geográfica de 59 471 km² e uma população de 4 164 habitantes. Entre os pontos turísticos indicados destacam-se: Teatro Municipal Rachel de Queiroz, Biblioteca Municipal Rui Barbosa, Praça de Alimentação, Pico Alto, Igreja de Nosso Senhor do Bonfim, Capela de Santa Terezinha, Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição, Convento dos Capuchinhos, Igreja Nossa Senhora de Lourdes e Central de Artesanato.

Figura 10 – Centro do município de Guaramiranga



Fonte: <intrip.com.br>.

- Itapiúna

Às margens do Rio Castro nasceu o povoamento que deu origem ao município. Inicialmente chamou-se Castro. Em virtude da passagem da Estrada de Ferro de Baturité, nos idos de 1895, o povoado experimentou um considerável surto de progresso, o que determinou que, posteriormente, fosse elevado a distrito de Baturité. Por volta de 1910, os holandeses que construíram a ferrovia mudaram o nome do povoado para Itaúna que, no tupi-guarani, significa pedra preta. Mais tarde, ao se considerar a existência de um município mineiro homônimo, oficializou-se a denominação de Itapiúna.

O distrito com a denominação de Castro foi criado pelo Decreto Estadual nº 8, de 10 de março de 1892, subordinado ao município de Baturité. Pelos decretos nº 93, de 20 de maio de 1931, e nº 1 156, de 4 de dezembro de 1933, o distrito de Castro passou a se chamar Itaúna, passando a se denominar Itapiúna, em 30 de dezembro de 1943, pelo Decreto-lei nº 1 114. Foi elevado à categoria de município pela Lei Estadual nº 3 599, de 20 de maio de 1957, durante o governo de Paulo Sarasate.

O município tem clima semiárido e período chuvoso de fevereiro a maio. O principal ponto turístico é o “Véu de Noiva” no Açude Castro, distante um quilômetro do centro da cidade. Além da sede, possui ainda mais três distritos: Itans, Caio Prado e Palmatória.

Figura 11 – Vista do município de Itapiúna



Fonte: <seducitapiuna.com>.

- Mulungu

Mulungu é o nome de uma árvore comum no Maciço de Baturité. É de origem africana, sendo para Gonçalves Dias uma corruptela de murungu. Elevado à categoria de distrito, em 23 de junho de 1890, pelo Decreto Estadual nº 29, tornou-se município, em 14 de março de 1957, pela Lei Estadual nº 3 556, no governo de Paulo Sarasate.

O município tem uma extensão territorial de 134 594 km² e uma população de 11 485 habitantes. A religiosidade dos habitantes de Mulungu é manifestada pela devoção a São Sebastião, padroeiro do município. A estátua em sua homenagem é o principal atrativo turístico do município.

Possui clima ameno, classificado como tropical subquente úmido com chuvas de janeiro a maio e fica a uma altitude de 790 metros. Limita-se ao Norte com Guaramiranga, ao Leste com Guaramiranga e Baturité, ao Sul com Aratuba e Capistrano e ao Oeste com Canindé e Caridade.

Mulungu é, sobretudo, um município rural. Ainda é possível visitar engenhos que, no período de maio a dezembro, realizam a moagem da cana de açúcar. Fazem parte do município os seguintes distritos: Mulungu, Lameirão e Catolé.

Fica a 102 km de distância de Fortaleza. O acesso se dá por meio das CE-060, CE-356 e CE-065.

Figura 12 – Estátua de São Sebastião no município de Mulungu



Fonte: <<http://www.panoramio.com/user/7780644>>.

- Ocara

Chamou-se originalmente Jurema, denominação que caracteriza certa espécie arbórea e própria de solos empobrecidos, rasos e impermeáveis. Ocara é palavra da língua tupi que significa palco, terreiro ou terraço de aldeia ou taba.

O distrito foi criado com a denominação de Jurema pelo Decreto nº 448, de 20 de dezembro de 1938, passando a se chamar Ocara pelo Decreto-lei nº 1 114, de 30 de dezembro de 1943. Foi elevado à condição de município pela Lei nº 6 832, de 6 de dezembro de 1963, durante o governo de Virgílio Távora.

Ocara possui uma extensão territorial de 765.366 km² e uma população estimada de 25.261 habitantes (IBGE, 2016)³. Os principais atrativos turísticos do município são: Igreja Matriz da Sagrada Família, Biblioteca Pública Pedro Boca Rica, Vivenda Brilhante e Serrote.

³ <https://cidades.ibge.gov.br/v4/brasil/ce/ocara/panorama>

Figura 13 – Praça da Matriz no município de Ocara



Fonte: <pintonews.blogspot.com.br>.

- Pacoti

Pacoti é o nome do rio que nasce ao extremo sul do Maciço de Baturité e banha o município. Está localizado em uma APA, com clima ameno e resquícios da Mata Atlântica caracterizam a vegetação local. É grande produtor de chuchu, café, banana, cana-de-açúcar e hortaliças em geral.

O distrito foi criado, em 14 de fevereiro de 1863, por lei provincial, elevado à vila pelo Decreto nº 56, de 2 de setembro de 1890, e transformado em município, em 4 de dezembro de 1933, pela Lei nº 1 15, pelo interventor federal Carneiro de Mendonça.

Pacoti possui um território de 111 959 km² e uma população de 11 607 habitantes. Os principais pontos turísticos são: Poço da Veada, Cachoeira Furada, Galeria Raimundo Siebra, Santuário Nossa Senhora do Globo, Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição, Colégio Instituto Imaculada Conceição, Espaço Cultura Heitor Bastos da Silveira, Teatro Municipal Luís Pimenta e Arco de Nossa Senhora de Fátima.

Fica a aproximadamente 95 km de Fortaleza. O clima é tropical subquente úmido com temperaturas que variam entre 20 e 30 graus. A vegetação local é, sobretudo, de mata úmida com resquícios da Mata Atlântica encontrada na APA de Baturité.

O município produz chuchu, café, banana, milho, feijão, cana de açúcar e hortaliças em geral.

Figura 14 – Entrada do município de Pacoti



Fonte: <feriasbrasil.com.br>.

- **Palmácia**

Em lugar misto de sertão e serra formou-se o povoado que, inicialmente, chamou-se Palmeiras, região das palmas, e, posteriormente, mudado o nome para Silva Jardim. A denominação é de origem erudita para traduzir região das palmas ou palmeiras.

O distrito foi criado com a denominação de Palmeiras pelo Ato Provincial, de 6 de novembro de 1862, e pela Lei nº 1 778, de 23 de novembro de 1978, subordinado ao município de Maranguape. Pelo decreto-lei nº 1114, de 30 de dezembro de 1943, passou a se denominar Palmácia, vindo a se tornar município, em 28 de agosto de 1957, pela Lei 3 779, durante o governo de Paulo Sarasate.

A área geográfica do município é de 117 816 km² e a população é de 12 005 habitantes. A Igreja Matriz de Palmácia é o principal ponto turístico do município. O padroeiro é São Francisco de Assis, santo de devoção de grande parte da população local.

Localiza-se a 74 quilômetros de Fortaleza e é considerada um dos municípios com potencial para o turismo de aventura e ecoturismo. Possui clima tropical superúmido e se caracteriza por possuir temperaturas amenas. Palmácia é também conhecida como “Princesinha da Serra”, “Terra das Palmeiras” e “Cidade dos Ipês”.

Figura 15 – Igreja Matriz no município de Palmácia



Fonte: <cidade-brasil.com.br>.

- Redenção

O distrito de Acarape foi criado por ato provincial de 1842. A freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Acarape, atualmente Redenção, deve sua criação à Lei 1 242, de 5 de dezembro de 1862. No mesmo dia da criação do município era assinada uma lei autorizando o presidente da Província a despender, anualmente, a importância de quinze mil réis com a libertação de escravos, de preferência do sexo feminino. Esta circunstância pode ter influenciado o ânimo dos acarapenses que em pouco tempo se levantariam contra o jugo escravocrata. Em 8 de dezembro de 1882, é fundada a Sociedade Redentora Acarapense e, em 1º de janeiro de 1883, é proclamada a abolição da escravatura na Vila de Acarape.

Foi elevado à condição de município com a denominação de Redenção pela Lei nº 2 167, de 17 de agosto de 1889, assinada por Henrique Francisco d'Ávila.

Possui uma área territorial de 225 626 km² e uma população de 26 415 habitantes. Os principais pontos turísticos destacados no município são: Busto da Princesa, Serra do Cruzeiro – Monte das Graças, Igreja de Nossa Senhora da Imaculada – Matriz, Museu Histórico e Memorial da Liberdade, Fazenda Gurguri – Senzala, Açude Acarape do Meio, Capela de Santa Rita, Capela de São Miguel, Praça da Liberdade – Obelisco, Balneário Lages, Monumento à Escrava Negra Nua, Vivenda Russo – Casario, Cachoeira de Paracupeba e Museu Senzala do Negro Liberto.

Figura 16 – Monumento Negra Nua no município de Redenção



Fonte: <unilab.edu.br>.

Todos esses municípios possuem de alguma forma riquezas ligadas à história e à cultura que servem como elementos a serem mais explorados pelo turismo. Se as ações nesse sentido forem articuladas e desenvolvidas de maneira integrada, os resultados alcançados por meio da atividade turística ensejarão o aumento do fluxo de visitantes e, conseqüentemente, o fomento à economia da região.

5 A ROTA VERDE DO CAFÉ NA INTEGRAÇÃO DO TURISMO SUSTENTÁVEL NO MACIÇO DE BATURITÉ-CE

O crescimento do turismo está atrelado a alguns fatores que possibilitaram que a atividade se tornasse mais acessível aos indivíduos em geral. As conquistas sociais dos trabalhadores, o aumento da renda, a melhoria dos meios de transportes, a popularização dos meios de comunicação, o acesso à internet, além das práticas de *marketing*, ajudaram na implementação e propagação dos serviços turísticos ao se perceber que as pessoas passaram a valorizar cada vez mais o período destinado ao lazer e identificar o tempo livre como elemento necessário à vida humana.

Em virtude do aumento da demanda por produtos relacionados ao turismo, alguns sujeitos envolvidos no processo passaram a pensar em meios para que o fluxo de visitantes nos destinos turísticos se realizasse de forma mais articulada. Weissbach (2010, p. 1) assim comenta os efeitos positivos dessa articulação:

Com muitas vantagens, a atividade turística pode ser efetivada em melhores termos se for pensada de forma complementar, ou seja, que os destinos turísticos, aqui entendidos como os locais para onde se dirigem os turistas e onde se localizam os atrativos turísticos, sejam articulados entre si. A articulação logra efeitos positivos mais imediatos e com menores riscos de insucesso, isto porque há a ideia de complementaridade.

A articulação pressupõe que o trabalho seja desempenhado de modo conjunto, criativo e organizado, buscando sempre que se prevaleça o interesse coletivo sobre o individual.

Outro aspecto importante é a responsabilidade que recai sobre quem faz o gerenciamento de todo o processo de integração. Governança diz respeito ao ato de governar, conduzir, reger, portanto governar significa estabelecer diferentes níveis de decisão para conduzir o desenvolvimento turístico de uma região. Para tanto, é preciso democratizar e descentralizar as tomadas de decisões e valorizar as estruturas existentes, estimulando a participação e mobilizando os indivíduos e as instituições.

Além disso, outros aspectos devem ser levados em consideração no exercício da governança. Dentre eles pode-se citar: elaboração, implantação, monitoramento e avaliação de um plano estratégico de desenvolvimento do turismo regional; sistema de informações turísticas do programa; roteirização turística e

promoção e apoio à comercialização de produtos turísticos (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2007).

A Rota Verde do Café é fruto da iniciativa promovida pelo SEBRAE/CE em parceria com proprietários de sítios, empreendedores de equipamentos turísticos e comunidade local. A estruturação do Projeto buscou a promoção do desenvolvimento sustentável na região a partir de um modelo de interligação da fluência empreendedora do território nas atividades do turismo, agronegócio e economia criativa (SEBRAE, 2015).

Desse modo, a Rota Verde do Café surge como estratégia de integração e promoção do desenvolvimento do turismo sustentável no Maciço de Baturité ao realizar a articulação entre os equipamentos turísticos e os municípios ligados por meio da história e da cultura à atividade cafeeira. Paralelamente, a procura por esses destinos turísticos implica no surgimento de um efeito multiplicador para outros componentes da oferta de serviços turísticos com os meios de hospedagem, bares e restaurantes, comércio de produtos, agências de turismo, entre outros.

5.1 A HISTÓRIA DO CAFÉ NO MACIÇO DE BATURITÉ-CE

O café é uma das bebidas mais consumidas no mundo e movimenta atualmente US\$ 40 bilhões no mercado mundial. Estima-se que no planeta mais de 20 milhões de pessoas dela dependam diretamente para a sobrevivência econômica (MORICOCI; MARTIN; VEGRO, 1997). No Brasil, o consumo de café também é destaque entre as demais bebidas. Segundo dados da Associação Brasileira da Indústria de Café (ABIC), o mercado brasileiro é responsável por 14% da demanda mundial, atingindo um consumo de 4,27 kg de café torrado por habitante/ano, o que equivale a cerca de 70 l para cada brasileiro (ABIC, 2007).

O café é o mais tradicional item da pauta de exportações brasileira, entretanto vem perdendo espaço tanto na composição da pauta como no mercado mundial do produto. Segundo dados do Conselho dos Exportadores de Café do Brasil (CECAFÉ, 2016), o Brasil ainda é o maior exportador, mas sua inserção apresenta um viés decrescente. Conforme relatam Saes e Nakazone (2004), o Brasil é o maior produtor e exportador de café, porém, mesmo com o crescimento significativo da quantidade exportada, o café deixou de ser o principal produto da pauta de exportação brasileira, ficando atrás da soja, do açúcar e da carne de

frango. Nas últimas décadas, um dos principais motivos para a diminuição da participação brasileira nesse mercado foi a campanha promovida pela Colômbia e países da América Central sobre a qualidade do café que produzem. Segundo Ormond, Paula e Faveret Filho (1999, p. 5):

Hoje o Brasil é conhecido como um exportador de quantidade, e não de qualidade, recebendo preços mais baixos do que a média. Muitas vezes o produto final tem composição majoritariamente brasileira, mas é vendido como café colombiano nos principais mercados mundiais.

O Brasil leva vantagens em relação aos outros produtores por possuir um parque cafeeiro complexo e diversificado que produz uma grande variedade de tipos de bebida. Some-se a isso o fato de o país liderar o processo de desenvolvimento tecnológico, com ênfase na irrigação, fertilização e mecanização.

A indústria de moagem e torrefação do café está voltada fundamentalmente ao mercado interno e tem sofrido transformações com a entrada de empresas multinacionais no setor. Por ser o segundo maior consumidor de café no mundo, o mercado brasileiro passou a despertar o interesse comercial das grandes companhias estrangeiras que passaram a adquirir empresas nacionais de expressão.

Arruda *et al.* (2009, p.754) ressaltam que, atualmente, o consumo do café tem sido largamente incentivado por especialistas da área da saúde e que “programas de incentivo ao café baseados em pesquisas e opiniões de especialistas da área da saúde contribuem para desmistificar antigos tabus que relacionavam o café e a cafeína com alterações maléficas para o organismo”. Estudos realizados por Almeida *et al.* (2003) concluíram que o consumo de café e cafeína não deve ser considerado um fator de risco para diversas doenças como câncer de bexiga, de pâncreas, de intestino e doenças cardiovasculares. Ao contrário, a pesquisa concluiu que o café é um agente redutor do risco de alguns tipos de câncer graças a substâncias antioxidantes, anticancerígenas e antiteratogênicas naturalmente presentes no café ou formadas durante o seu processamento. De acordo com Lima (2017⁴), o consumo da bebida em quantidades moderadas – até quatro xícaras por dia – torna o cérebro mais atento e capaz de suas atividades intelectuais, diminui a incidência de apatia e depressão, estimula a memória, atenção e concentração e,

⁴ Ano de acesso. Disponível em: <<http://www.abic.com.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=161&sid=81>>. Acesso em: 03 maio 2017.

portanto, melhora a atividade intelectual, sendo recomendado para todas as idades, inclusive crianças e adolescentes.

O café é uma cultura perene que é explorada por um longo período de tempo, podendo chegar aos 25 anos. A semente de café é, na realidade, o mesmo grão que dá origem ao café torrado. A diferença reside no modo de colheita e dos cuidados posteriores. As sementes são oriundas apenas dos frutos maduros (cereja) que, em seguida, são lavados, despulpados e finalmente secos até atingir 15 a 20% de umidade, quando então estarão aptos para o semeio entre os meses de abril e julho. Quando as mudas tiverem três pares de folhas e um sistema radicular estabelecido, são feitas a seleção e o plantio definitivo.

Depois do plantio, a florada é a fase mais importante do cafeeiro e ocorre geralmente entre setembro e novembro, podendo o processo se repetir por três ou quatro vezes nesse período. Da flor surge o chumbinho, que se desenvolve ao longo de 6 a 8 meses e se transforma em grão. O grão de café tem a cor avermelhada quando maduro, por isso, recebe a denominação de grão “cereja”, conforme mostra a Figura 17, variando segundo a região de produção, a maneira como é processado após a colheita. A qualidade e o sabor do café variam de acordo com as variedades da planta, clima, altitude e processamento do grão (ABIC, 2015).

Figura 17 – Grãos de café cereja



Fonte: Elaborado pelo autor.

Para ser consumido, é preciso obrigatoriamente que o café seja torrado. Antes de torrados, os grãos são selecionados, passando pelas fases de triagem e calibragem. O processo de torrefação consiste em submeter o grão à elevação progressiva e rápida da temperatura, fazendo com que sua umidade interna chegue a 3%. Durante o processo, os grãos são mexidos de modo contínuo para que a

torrefação seja uniforme. Esta fase é crucial na característica final da bebida, pois o grau de torrefação evidencia e/ou esconde muitas propriedades do grão. A Figura 18 mostra como os grãos de café são torrados em máquina com o controle automatizado de temperatura e umidade.

Figura 18 – Processo de torrefação dos grãos de café



Fonte: Elaborado pelo autor.

Não existe evidência real sobre a origem do café. Uma das teorias mais aceitas é a de que o *habitat* primitivo do cafeeiro foi a região da Abissínia ou Absínia, onde hoje se encontra a Etiópia, há cerca de mil anos.

Reza a lenda que o pastor Kaldi ou Caldi notou que suas cabras ficavam alegres e saltitantes após mastigarem uns frutos de coloração amarela-avermelhada dos arbustos existentes em alguns campos de pastoreio. O pastor observou que as frutas eram fontes de energia e que somente com a ajuda delas o rebanho conseguia caminhar por vários quilômetros dos vales existentes (ABIC, 2015).

Kaldi ou Caldi comentou sobre o comportamento dos animais a um monge da região que decidiu experimentar o poder dos frutos e levá-los até o monastério, onde começou a utilizá-los na forma de infusão. Percebeu, então, que a bebida o ajudava a resistir ao sono enquanto orava ou em suas longas horas de leitura do breviário. Esta descoberta logo se espalhou entre os monastérios criando uma demanda pela bebida. As evidências mostram que o café foi cultivado pela primeira vez em monastérios islâmicos no Iêmen.

O café tornou-se de grande importância para os árabes, que tinham completo controle sobre o cultivo e preparação. Na época, o café era um produto guardado a sete chaves pelos árabes. Era proibido que estrangeiros se aproximassem das plantações e os árabes protegiam as mudas com a própria vida. A semente de café fora do pergaminho não brota, portanto, somente nessas condições as sementes podiam sair do país. (ABIC, 2015, p. 1).

Da Arábia, o café foi levado inicialmente para o Egito, no século XVI, e logo depois para a Turquia. No século XVII, chega à Europa onde foi introduzido na Itália e na Inglaterra. Logo depois, espalhou-se por outros países europeus chegando à França, Alemanha, Suíça, Dinamarca e Holanda.

Seguindo a marcha de expansão, o café chegou às Américas e aos Estados Unidos, atualmente o maior consumidor e importador mundial. Foram os holandeses que disseminaram o café pelo mundo ao transformarem suas colônias nas Índias Orientais em grandes plantações de café e, juntamente com franceses e portugueses, transportaram o café para o Novo Mundo (CLUBE CAFÉ, 2015).

A partir daí, o cultivo do café foi levado a outras colônias europeias. O crescente mercado consumidor europeu propiciou a expansão do plantio do café por diversos países. Por intermédio dos colonizadores europeus, chegou ao Suriname, São Domingos, Cuba, Porto Rico e Guianas. Foi justamente por meio destas que o café aportou no norte do Brasil.

Na Guiana Holandesa (hoje Suriname) foram introduzidas mudas do Jardim Botânico de Amsterdã. Chegou à Guiana Francesa através do Governador de Caiena que conseguiu, de um francês chamado Morgues, algumas sementes semeando-as no pomar de sua residência. A partir desse plantio, o Sargento Francisco de Mello Palheta transportou para o Brasil, para a cidade de Belém (Pará) em 1727, algumas sementes e plantas ainda pequenas. Em Belém, a cultura não foi muito difundida. Foi levada nos anos seguintes para o Maranhão, chegando à Bahia em 1770. No ano de 1774 o desembargador João Alberto Castelo Branco trouxe do Maranhão para o Rio de Janeiro algumas sementes que foram semeadas na chácara do Convento dos Frades Barbadinos. Então, espalhou-se pela Serra do Mar, atingindo o Vale do Paraíba por volta de 1820. De São Paulo foi para Minas Gerais, Espírito Santo e Paraná (CLUBE CAFÉ, 2015, p. 1).

No Brasil, o desenvolvimento da cultura cafeeira confunde-se com a própria história do país devido à grande importância econômica e social que a atividade proporcionou, principalmente entre os anos de 1800 e 1930, época que ficou conhecida como o “ciclo do café”. Por mais de um século, o café foi a grande riqueza brasileira e as divisas geradas pela atividade cafeeira impulsionaram o desenvolvimento do Brasil e o inseriram nas relações do comércio internacional. A cultura do café ocupou vales e montanhas, possibilitando a criação de municípios e

dinamização de importantes centros urbanos, especialmente no interior de São Paulo, sul de Minas Gerais e norte do Paraná, até hoje, os principais produtores nacionais. A importância do produto no período em que predominou na economia brasileira é assim retratada pela ABIC (2015, p. 5):

Ferrovias foram construídas para permitir o escoamento da produção, substituindo o transporte animal e impulsionando o comércio inter-regional de outras importantes mercadorias. O café trouxe grandes contingentes de imigrantes, consolidou a expansão da classe média, a diversificação dos investimentos e até mesmo intensificou movimentos culturais. A partir de então, o café e o povo brasileiro passam a ser indissociáveis.

As plantações foram fundadas em grandes propriedades monoculturais trabalhadas por escravos, que foram posteriormente substituídos por trabalhadores assalariados, em grande parte formada por imigrantes: as fazendas de café. Tais edificações se tornaram famosas pela arquitetura típica e pelos equipamentos utilizados na cultura cafeeira. Tanques para lavagem dos grãos, terreiros para secagem, máquinas de seleção e beneficiamento faziam parte desse ambiente e tornavam as fazendas de café um pequeno mundo próprio, quase isolado.

Durante o ciclo do café quase toda a riqueza nacional se concentrou na cultura cafeeira. Nesse período, os fazendeiros de café, conhecidos como “barões”, tornaram-se a elite social e política do país, formando uma das últimas aristocracias brasileiras. A opulência dos plantadores de café permitiu a construção dos grandes e imponentes casarões das fazendas e de mansões na cidade de São Paulo e ajudou a financiar o processo de industrialização no Sudeste do Brasil.

O café foi introduzido no Ceará no século XVIII e, desde então, tem se constituído em uma importante cultura, sobrevivendo às instabilidades do mercado nacional e internacional e limitações locais. Quanto à data da introdução da cultura cafeeira no estado, há duas correntes colidentes, conforme relata Oliveira (2004, p. 301):

O historiador Barão de Studart asseverando que tal se deu em 1747, pelas mãos de José de Xerez Furna e Uchôa, que conseguira duas mudas em Paris, das quais uma vingou e seria ancestral de boa parte das lavouras cearenses; e Máximo Linhares – descendente da Furna e Uchôa – que, apoiado em assentamentos da família, certifica que a chegada da plantinha ocorreu em 1756.

Tal fato histórico evidencia a dificuldade de comunicação que havia na colônia em meados do século XVIII, pois há quase três décadas o café já era cultivado no Pará e foi preciso trazer da corte francesa as primeiras mudas da planta

para que se iniciasse a lavoura no território cearense. Ainda segundo Oliveira (2004), o Barão de Studart assinala que algumas culturas vieram de Pernambuco e lembra que foi José Antônio da Costa e Silva – pai de Juvenal Galeno – o responsável pelo desenvolvimento da cafeicultura em parte do Ceará e a primeira pessoa a explorar o comércio do café no estado.

Havia uma diferença fundamental entre as características dos proprietários de fazendas produtoras de café no Sudeste e Sul brasileiros e as dos que produziam a planta no Maciço de Baturité, conforme relata Jucá (2014, p. 121):

A cultura do café (*Coffea arábica*) na serra, nos seus primórdios, ao contrário do que aconteceu no centro e sul do Brasil, no geral, não estava nas mãos dos ricos nem dos grandes proprietários, até mesmo porque ricos e grandes na serra eram poucos. Boa parte da produção cafeeira da serra provinha das plantações de pequenos proprietários, ou melhor, de parceiros e agregados que faziam seus roçados de café em propriedades rurais o mais das vezes pertencentes a terceiros. Alguns donos de sítio, com passar do tempo, para regularizar suas terras, tiveram que comprar cafeeiros plantados em suas próprias terras.

Tal afirmação é reforçada por Girão (1986) ao relatar que, no Ceará, não é possível falar em uma aristocracia cafeeira a exemplo do Rio de Janeiro e São Paulo. Entretanto, merece destaque a pequena nobreza dos cafezais baturiteenses, de famílias abastadas com hábitos e costumes mais apurados e projeção social mais saliente. Os Linhares, os Caracas, os Holanda, os Ferreira Lima, os Queirós, os Sampaio e os Dutra são exemplo de proprietários ilustres que representavam a fidalguia serrana.

O café chegou ao Maciço de Baturité, em 1822, por intermédio de Antonio Pereira de Queiroz Sobrinho, que plantou sementes oriundas primeiramente do Cariri e depois do Pará, no município de Guaramiranga. As terras altas permitiram ao Ceará lavouras de certo porte que garantiam colheitas fartas e cujo sobejo supria o Norte do Brasil.

Por volta de 1846, o café passou a fazer parte da lista de produtos exportados pela província. A qualidade do café cearense era considerada boa e superior até mesmo a do café produzido no Rio de Janeiro, fato que serviu como diferencial para o incremento da produção e do comércio local. Conforme afirma Oliveira (2011, p. 34), “o café cearense levado à Antuérpia (Bélgica) foi classificado entre as melhores espécies de café Bourbon, Java e Ceilão do mundo, fato que se repetia em diversos países europeus”.

No século XIX, Baturité tornou-se um importante produtor nacional, tendo na cultura do café a principal atividade econômica do município. Saes, Souza e Otani (2002) afirmam que, neste período, o Maciço de Baturité chegou a deter cerca de 2% da produção brasileira. A importância do café era tão grande que se construiu a primeira ferrovia do estado – a Companhia Cearense da Via Férrea de Baturité – para escoar a produção até a Capital. Bastos (2012, p. 141-142) narra como a cafeicultura se caracterizou como elemento protagonista no processo de desenvolvimento da região:

Na história do maciço de Baturité pode-se destacar a cafeicultura como uma atividade agrícola que teve uma importância muito grande, tanto no processo histórico de colonização como na conservação do meio ambiente. Foi devido à cultura cafeeira que se estabeleceu definitivamente a conquista ou ocupação dessa área serrana, uma vez que ele contribuiu para a diminuição do êxodo rural que ocorria em função das secas. Pelo fato de ser uma especiaria de elevado valor econômico e de excelente qualidade, o café foi responsável por grande parte da riqueza das famílias no final do século XIX e início do século XX.

A chegada da ferrovia no Ceará estava fortemente atrelada ao significado de progresso e desenvolvimento, pois sua construção iria possibilitar maior rapidez no escoamento da produção que antes se dava por deslocamento terrestre em lombos de muaras e outros tipos de animais. Tal investimento era justificado na época pelo aumento da circulação de dinheiro proveniente da produção agrícola local, especialmente do café que passava a despontar como atividade econômica relevante no entorno do Maciço de Baturité, gerando renda e riqueza para toda a região.

Outro acontecimento que ilustra bem como o café influenciava a vida na região foi a criação de uma moeda própria para organizar o comércio local. Oliveira (2011, p. 35-36) assim descreve como funcionava o sistema de circulação:

De bronze e cunhada em Portugal, em 1895, por ordem do proprietário do Sítio Bom Sucesso, fazendeiro Luiz Manoel José d'Oliveira Figueiredo, a moeda tinha lastro no café e funcionava como promissória. Seus valores correspondiam a um alqueire (128 litros), uma quarta (32 litros) e uma terça (oito litros) [...] A moeda circulou por todo o maciço e chegou a várias regiões do sertão, como Quixadá. Era popularmente conhecida como “borós” e também servia para pagamento de mão de obra nas grandes fazendas.

A colheita dos grãos era feita por mulheres “aparadeiras” que usavam balaios, mostrados na Figura 19, presos à cintura por tiras de tecido. Depois de mexido e colhido, o café era levado ao terreiro, chamado de “faxina”, para que fosse

secado. Depois de seco, levava-se o café para a piladeira onde se daria o processo de beneficiamento (SAES; SOUZA; OTANI, 2002).

Figura 19 – Balaies utilizados na colheita do café



Fonte: Elaborado pelo autor.

O cultivo no sistema de pleno sol no Maciço de Baturité se espalhou gradativamente durante o século XIX, motivando sertanejos pioneiros que migraram para a serra fugindo da seca que assolava o estado. Tal prática de plantio acabou causando danos severos ao meio ambiente, conforme relatam Saes, Souza e Otani (2002, p. 2):

A expansão dos cafezais nesse sistema no Baturité trouxe consigo não só a derrubada da mata nativa como também a exaustão dos solos. Após algumas décadas de belas floradas e grandes colheitas, a terra não mais possuía húmus nem retinha umidade, tornando-se incapaz de manter o vigor produtivo das plantas.

O cafezal produzido a céu aberto tinha alta produção nos primeiros anos, mas logo entrava em processo de decadência, motivada pelas práticas de agressão do solo. Para Jucá (2014, p. 124), “o impacto ambiental provocado pela derrubada e pela queima da mata no primeiro instante e a erosão inevitável, decretavam vida breve a estes cafezais”. O fato é que a expansão dos cafezais ao sol trouxe juntamente com a derrubada da vegetação nativa a exaustão dos solos. De acordo

com Saes, Souza e Otani (2002), depois de algum tempo, a terra não possuía mais húmus nem retinha umidade, tornando-se incapaz de manter o vigor produtivo das plantas.

Depois de tentativas fracassadas de arborização, por meio de mangabeiras e maniçobas, foram introduzidas leguminosas, como o camunzé e a ingazeira, que, além de servirem como proteção contra o sol, produzem húmus com as folhas caídas, enriquecem o solo e abrigam os inimigos naturais das pragas. No processo de adubação, não se utilizava produtos químicos, mas somente palha do café, esterco de animais e outros detritos orgânicos. O advento do café sombreado como é visto hoje na serra é algo mais recente. A prática generalizou-se apenas no início do século XX. Segundo Lima (1946), o plantio arborizado com essas árvores, em 1904, pode ser considerado uma verdadeira ressurreição da cafeicultura.

O café de sombra do Maciço de Baturité caracteriza-se pela utilização de práticas sustentáveis que envolvem o plantio, trabalho e produção. Nesse cenário, ele se desenvolve protegido pelas sombras das ingazeiras em um solo rico em nutrientes umedecido pelas folhagens das árvores que abrigam os inimigos naturais das pragas. Com o solo livre de produtos químicos e agrotóxicos, adubados com a própria palha de café e outros resíduos orgânicos, o café sombreado favorece a manutenção do ecossistema e da própria atividade cafeeira que esteve próxima da extinção em períodos anteriores, desempenhando, assim, uma importante função na salvaguarda da paisagem do Maciço de Baturité (SEBRAE, 2015).

A discussão sobre qual é a melhor forma de cultivo do café no Brasil remete a meados do século XIX quando seu cultivo se expandiu por terras tropicais. Em regiões próximas à linha do equador, como Colômbia, Costa Rica e Java, tentou-se imitar o *habitat* da planta, cultivando o café em áreas sombreadas.

No Brasil, os primeiros produtores aparentemente não sabiam como o café era plantado em outros locais e passaram a usar técnicas tradicionais de derrubada e queimada da mata em grande escala, tal qual se fazia na produção de cana-de-açúcar e algodão (DEAN, 1997). No final do Império, a questão do sombreamento era tratada como tema exótico e somente utilizada em estados de pequena produção como Ceará, Bahia e alguns distritos do Espírito Santo (SAES; SOUZA; OTANI, 2002).

É preciso, pois, que a escolha do tipo de técnica de plantio do café seja feita com base em estudos das características físicas de cada localidade específica.

Os exemplos de Baturité na produção de café a pleno sol revelam os riscos que se corre ao se optar por modelo de cultivo que não considere as diferentes condições agroecológicas encontradas em um país com dimensões continentais como o Brasil.

Nos tempos áureos, as exportações de café do Ceará competiam acirradamente com as de algodão, chegando mesmo a superar as do chamado “ouro branco” em algumas ocasiões, porém, nas décadas de 1920 e 1930, a superprodução e a grande depressão econômica norte-americana, então o maior mercado importador de café, aliadas ao aumento da concorrência internacional, fizeram com que o preço do produto despencasse, causando graves prejuízos à economia brasileira, com reflexos negativos para a cafeicultura cearense.

Saes, Souza e Otani (2002) relatam que, em meados da década de 1960, grande parte do parque cafeeiro cearense foi destruída por meio do Programa de Erradicação de Cafezais promovido pelo Instituto Brasileiro do Café (IBC) com o intuito de reduzir a produção nacional devido ao excesso de oferta. A atividade cafeeira, que viveu o seu apogeu econômico durante a primeira metade do século XX, passou a experimentar uma fase de declínio com aumento do desemprego da população local. De acordo com Bastos (2012), com a decadência da cafeicultura, outras atividades agrícolas passaram a ter importância socioeconômica como a bananicultura, a agricultura de sequeiro, o cultivo da cana-de-açúcar e a olericultura.

Segundo informação fornecida pela Associação dos Produtores de Café do Maciço de Baturité, atualmente, a produção cafeeira gira em torno de 7.000 sacas/ano, quantidade que é absorvida pelo próprio mercado interno.

5.2 A PROMOÇÃO DO TURISMO SUSTENTÁVEL PELA ROTA VERDE DO CAFÉ

O consumo do café é um hábito tradicional da população brasileira que, pela geração de riqueza que provoca, tornou-se um dos mais importantes produtos da economia nacional. No Ceará, a revitalização da cultura do café sombreado com a utilização de práticas agroecológicas vem despontando como alternativa sustentável, evitando a degradação do solo, contribuindo para a conservação da mata nativa e evitando o assoreamento dos rios. Tais ações podem ser vistas como práticas de resistência da agricultura familiar em resposta ao avanço da exclusão no meio rural e da homogeneização das paisagens de cultivo, baseando-se na pequena propriedade, no trabalho familiar e em sistemas produtivos complexos e diversos,

adaptados às condições locais e ligados a redes regionais de produção e distribuição de alimentos. Como afirma Guterres (2006, p. 87):

A abordagem agroecológica propõe mudanças profundas nos sistemas e as formas de produção. Na base dessa mudança está a filosofia de se produzir de acordo com as leis e as dinâmicas que regem os ecossistemas – uma produção com (e não contra) a natureza. Propõe, portanto, novas formas de apropriação dos recursos naturais que devem se materializar em estratégias e tecnologias condizentes com a filosofia-base.

No Maciço de Baturité encontra-se uma produção de café sombreado de importância econômica, social e ambiental que compõe exatamente o tripé dos pilares do desenvolvimento sustentável e cujos meios de produção são levados adiante pelas premissas da agroecologia.

A Rota Verde do Café é um desdobramento do Programa de Preservação da Cultura do Café de Sombra implantado em 2013 pelo SEBRAE/CE, no Maciço de Baturité, em parceria com prefeituras locais, cafeicultores, empreendedores do *trade* turístico e comunidade local para a promoção da revitalização do café de sombra nos municípios de Aratuba, Baturité, Guaramiranga, Mulungu e Pacoti. Desses municípios incluídos no Programa de Preservação da Cultura do Café de Sombra apenas Aratuba não possui equipamentos na Rota Verde do Café.

Nesse sentido, por intermédio do Programa, foram ministrados cursos, palestras e consultorias buscando a mobilização dos sujeitos envolvidos, estabelecendo um processo participativo e ampliando os equipamentos de oferta do café orgânico com a reestruturação dos atrativos turísticos existentes e o estímulo aos empreendedores inovadores e com responsabilidade social.

Desde 2013 o SEBRAE Ceará – Regional Maciço de Baturité aplica o Programa Café Verde para o desenvolvimento sustentável da cafeicultura local através de ações que procuram garantir a recuperação e a conservação dos recursos naturais, a valorização da identidade cultural, do patrimônio histórico e de modelos sustentáveis de produção que promova uma melhoria da qualidade de vida em harmonia e equilíbrio ambiental construindo, paralelamente, o fortalecimento das organizações produtivas. Cabe ao Programa disponibilizar apoio técnico e soluções inovadoras e eficientes para garantir um impacto ambiental positivo (SEBRAE, 2015, p. 8).

O SEBRAE/CE implantou, em 2015, a Rota do Café Verde que, no ano seguinte, teria o nome modificado para Rota Verde do Café. A mudança de nome ocorreu para dar uma maior ênfase à proposta sustentável estabelecida pelo Programa, pois vincula a Rota à preocupação com a sustentabilidade.

Aproveitando o clima serrano ameno, a Rota Verde do Café reúne os municípios remanescentes da produção do café de sombra: Baturité, Guaramiranga, Mulungu e Pacoti. Destes, apenas a sede de Baturité está situada no sopé do Maciço, enquanto as outras se encontram em altitudes superiores a 700m. A Figura 20 mostra a localização e os acessos aos municípios que possuem equipamentos na Rota Verde do Café:

Figura 20 – Mapa de acesso aos municípios de Baturité, Guaramiranga, Mulungu e Pacoti



Fonte: Google Maps.

A Tabela 2 apresenta o quadro de alguns indicadores dos municípios que integram a Rota, por meio do qual se pode perceber que, segundo dados apresentados pelo IBGE, 2016:

a) Baturité é o maior município em extensão com uma área de pouco mais de 308 mil km², mais de cinco vezes o tamanho do menor, Guaramiranga, que não chega a 60 mil km². Situações semelhantes ocorrem com os dois municípios quando se verificam a população e o número de matrículas no ensino fundamental e ensino médio. Baturité é o município mais populoso e o que possui mais alunos matriculados nas escolas. Com uma população em torno de 33 mil habitantes, possui quase 7 mil matrículas registradas, somando-se o ensino fundamental e o

ensino médio, ao passo que Guaramiranga se encontra no extremo oposto, com pouco mais de 4 mil habitantes e 1,2 mil alunos matriculados no ensino fundamental e no ensino médio. No entanto, em números relativos, Guaramiranga apresenta desempenho superior ao encontrado no município de Baturité.

b) Dentre os municípios que integram a Rota Verde do Café, Guaramiranga é o que possui maior PIB *per capita*, seguido por Pacoti, Baturité e Mulungu. A mesma ordem é seguida quando se visualiza o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM). Nesse caso, os quatro municípios encontram-se na faixa de IDHM médio, que varia de 0,600 a 0,699.

c) Em relação à quantidade de estabelecimentos ligados ao Sistema Único de Saúde (SUS), Pacoti fica em primeiro lugar, seguido por Baturité, Guaramiranga e Mulungu. Mais uma vez, Guaramiranga apresenta o melhor desempenho relativo, ficando à frente dos demais municípios.

Tabela 2 – Indicadores dos municípios que integram a Rota Verde do Café

Indicadores/ Municípios	Área (km ²)	População	PIB per Capita (2013)	IDHM (2010)	SUS	Matrículas (2015)
Baturité	308.581	33.321	6.884,22	0,619	20	6.909
Guaramiranga	59.436	4.164	11.436,70	0,637	8	1.248
Mulungu	134.568	11.485	5.789,19	0,607	6	1.891
Pacoti	112,021	11.607	7.744,06	0,635	22	2.507

Fonte: IBGE (2016).

Ao longo da Rota Verde do Café, visualizam-se as plantações de café encravadas em meio à mata úmida, os processos de produção do produto e as edificações, como os casarões e fazendas centenárias, que contam a história da região. A Rota Verde do Café possui também a preocupação em manter o produtor rural na sua terra, garantindo cinturões verdes, água de qualidade e acesso do consumidor a um café de procedência reconhecida e de prática sustentável. Segundo o SEBRAE (2015, p. 9), a Rota Verde do Café busca:

Atender a construção e a consolidação das relações entre os seus diferentes atores dentro dos princípios estabelecidos pelo Conselho Brasileiro de Turismo Sustentável, buscando resultados em curto prazo como os destinos turísticos de integração e interiorização para a valorização e crescimento econômico do meio rural, identificando manifestações

permanentes, espaços, memória, edificações, ampliando os segmentos de oferta com a reestruturação dos atrativos existentes e fomentar novos empreendimentos inovadores e sustentáveis. A inclusão e a coesão social e política num processo de desenvolvimento integrado e integral é a finalidade da sustentabilidade e, com isso, alcançar uma melhor qualidade de vida.

Por intermédio da revitalização do cultivo do café de sombra e do reconhecimento dos potenciais econômico, social e ambiental, além da valorização do patrimônio histórico e cultural, a Rota Verde do Café persegue a socialização do processo, juntamente com os sujeitos e comunidades locais, apresentando-se como uma nova ferramenta permanente de promoção do turismo sustentável e da manutenção do cultivo do produto e da cultura que o envolve. É conceituada pelo SEBRAE (2015, p. 10) como sendo:

Um conjunto de ações de mobilização, educação empresarial, qualificação e socialização, desenvolvida pelo SEBRAE Ceará em conjunto com atores locais, para garantir a utilização sustentável de seus recursos naturais, a preservação do patrimônio cultural remanescentes do Ciclo do Café, especialmente da revitalização do Café de Sombra como estratégia para o fomento econômico dentro dos princípios da Economia Criativa.

O Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável do Maciço de Baturité, que serviu como base para a implantação da Rota Verde do Café, tem os seguintes princípios:

- 1 Fortalecer e integrar os elos da oferta de serviços do turismo.
- 2 Promover e inserir, de maneira competitiva, o Maciço de Baturité no destino turístico do Nordeste.
- 3 Estimular a geração de ocupação produtiva e renda.
- 4 Preservar o meio ambiente e o patrimônio cultural dos municípios.
- 5 Melhorar a qualidade de vida das comunidades locais e promover negócios sustentáveis e inovadores.

A Rota Verde do Café apresenta-se como instrumento capaz de promover o alcance desses princípios, pretendendo atender à demanda turística espontânea, como alternativa voltada para o visitante que já se encontra hospedado na região, e incentivar a vinda de novos grupos de turistas a ela direcionados. Com isso, ao aproveitar a tradição cafeeira local e os equipamentos disponibilizados para agregar ainda mais valor à oferta turística local, busca contribuir significativamente para o aumento do fluxo e do tempo de permanência dos visitantes na região, dinamizando

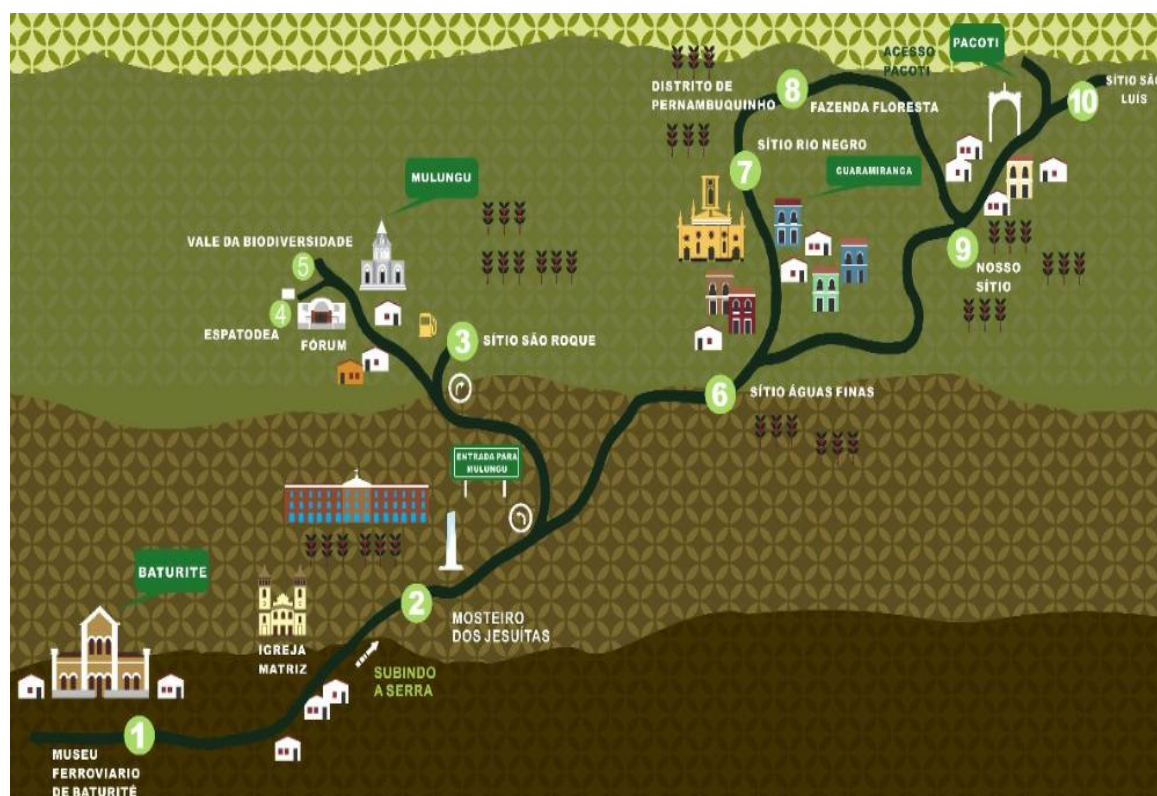
a cadeia produtiva local e promovendo o desenvolvimento local com o fortalecimento do empreendedorismo. A Rota Verde do Café possui as seguintes premissas:

1. Garantir a excelência na qualidade dos produtos e serviços ofertados.
2. Incrementar os negócios do turismo local com a apropriação dos valores intrínsecos do café de sombra.
3. Buscar o compromisso com a preservação ambiental e valorização histórico-cultural como princípio para o empreendedorismo de negócios e de linhas de produtos de valor agregado e de identidade cultural.
4. Fomentar a produção da cafeicultura de sombra, contribuindo com a melhoria na qualidade dos processos de plantio, torra, armazenamento, envasamento, rotulagem e embalagem.
5. Promover a geração de divisas que propicie a permanência da produção do café de sombra e assimilar os pequenos negócios envolvidos com a competitividade setorial e territorial do segmento.

Dentro dessa perspectiva, acontece anualmente, durante o mês de novembro, o “Viva Guará”, evento organizado pelo escritório regional do SEBRAE/CE no Maciço de Baturité que proporciona aos participantes vivenciar a integração dos municípios e dos equipamentos da região, a partir do resgate da cultura cafeeira. Além dos passeios interativos que contemplam o processo de produção do café de sombra, o visitante tem oportunidade de conhecer noções de economia criativa e transitar por áreas como, música, artesanato e gastronomia. Restaurantes apresentam menus especialmente preparados para o evento com destaque para *paella*, *fondue*, *escargot*, frutos do mar, massas e risotos, além da culinária regional.

Durante o evento, são realizadas outras atividades paralelas, como oficinas ministradas com marcas de café da região, torra de café em fogão de barro, palestras com especialistas da área, apresentações culturais, degustação de bebidas e sobremesas à base de café orgânico e festival de gastronomia. Os participantes também são convidados a entrar no clima temático e histórico ao serem recepcionados por grupos de teatro devidamente caracterizados com trajes típicos de época, que ambientam cenas do cotidiano que remetem ao início da produção cafeeira serrana. A Figura 21 mostra o mapa da Rota Verde do Café segundo folder idealizado e fornecido pelo SEBRAE/CE:

Figura 21 – Mapa da Rota Verde do Café



Fonte: SEBRAE/CE.

O SEBRAE (2016) definiu dez equipamentos turísticos para compor a Rota Verde do Café: Estação Ferroviária/Museu Ferroviário e Mosteiro dos Jesuítas, em Baturité; Sítio São Roque, Sítio Espatodea e Vale da Biodiversidade, em Mulungu; Sítio Águas Finas, Sítio Rio Negro e Fazenda Floresta, em Guaramiranga, e Nosso Sítio e Sítio São Luís, em Pacoti.

Seis desses equipamentos fazem parte do grupo que originou a Rota em 2015. São eles: Estação Ferroviária/Museu Ferroviário, Mosteiro dos Jesuítas, Sítio São Roque, Sítio Águas Finas, Fazenda Floresta e Sítio São Luís. Em 2017, o Sítio Rio Negro encerrou suas atividades deixando a Rota Verde do Café com nove equipamentos que são apresentados a seguir:

- Estação Ferroviária / Museu Ferroviário

Figura 22 – Estação Ferroviária / Museu Ferroviário em Baturité



Fonte: <diariodonordeste.verdesmares.com.br>.

Inaugurada em 1882, no reinado de D. Pedro II, a Estação Ferroviária de Baturité representa a importância econômica da região por onde a produção agrícola, principalmente o café, era transportada para Fortaleza. O visitante tem oportunidade de admirar a arquitetura do prédio, conhecer imagens e relíquias das primeiras décadas do século XIX. No pátio, são encontrados vestígios de uma época áurea marcada nos trilhos centenários, na “Maria-Fumaça” e nas histórias de vida que em suas idas e vindas construíram as cidades do Maciço de Baturité.

O local hoje abriga o Museu Municipal, com acervo relacionado aos trens e ao complexo ferroviário, além de mobílias e objetos das antigas residências da região, remontando o contexto histórico, econômico e social entre o final do século XIX a meados do século XX, período de apogeu do café. Entre as peças expostas, estão os bancos de madeira originais da antiga estação, o sino que anunciava a chegada dos comboios, relógio, cristaleiras, cadeiras e gramofone. Por lá, observam-se ainda os antigos armazéns e as linhas que serviam para a manobra dos trens que escoavam a produção de café do Maciço, exportada pela Capital. É um dos poucos prédios tombados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) que preserva a cultura de um ciclo econômico importante para o Estado do Ceará.

- Mosteiro dos Jesuítas

Figura 23 – Fachada do Mosteiro dos Jesuítas em Baturité



Fonte: <mosteirodosjesuitas.com.br>.

O Mosteiro dos Jesuítas é um complexo arquitetônico concluído em 1927 que preza pela imponência e abriga o antigo Seminário Menor do Coração de Jesus e a Fazenda Caridade. A construção da edificação levou mais de dez anos para ser concluída.

Ao percorrer suas dependências, o visitante depara-se com jardins que representam as paisagens da Serra de Baturité. A edificação revela, além da edificação religiosa, vista panorâmica da Fazenda Caridade, verdadeiro cartão-postal do plantio de café sombreado no Maciço de Baturité. Chama a atenção dos visitantes a largura dos corredores e a altura do patamar da casa, feitos para facilitar a locomoção das pessoas por entre as dependências.

A posição privilegiada permite desfrutar de uma ventilação constante, além de se poder observar a alvorada e apreciar atrativos como: Açude de Vazante, Pedra Aguda, Serra do Tamanco, monumento a Nossa Senhora de Fátima, Cruzeiro e a própria cidade de Baturité. Na fazenda, encontra-se o café de sombra colhido, torrado e moído, originando a marca “Café do Mosteiro”.

O Mosteiro dos Jesuítas combina história, religiosidade e preservação ambiental, acompanhados do café orgânico. O local também é utilizado para momentos de reflexão, oração e admiração. Este antigo seminário e colégio interno funciona hoje como casa de retiro e hospedagens onde o silêncio, a tranquilidade e a vista que o local proporciona estão entre os principais atrativos.

- Sítio São Roque

Figura 24 – Fachada do Sítio São Roque em Mulungu



Fonte: SEBRAE/CE.

O centenário Sítio São Roque, referência no cultivo do café arábica sombreado, propicia aos seus visitantes contato direto com todo o processo de beneficiamento do grão, desde o plantio até a torrefação e degustação, sendo um dos pioneiros no cultivo do café ecológico, com produção sombreada. O ponto alto da visita é a conversa com o proprietário Gerardo Farias, residente no local há mais de noventa anos. O visitante é recebido em um ambiente familiar e convidado a ouvir histórias sobre as memórias de vida e conhecimento sobre o café sombreado no Maciço de Baturité. No local, é possível percorrer uma trilha ecológica em meio à mata nativa e os cafezais, conhecer a fábrica de café e o casarão cercado por jardins e ladeado por uma capela chamada São Roque onde a família e a comunidade local costumam se reunir para comemorar os festejos religiosos.

É na parte externa que é possível visualizar o local onde é feita a faxina – lugar onde o café é colocado para secar -, além de conhecer as etapas de produção no Armazém do Café. A máquina de pilar café é um modelo D'Andréa nº 2, de 1952, fabricada em Limeira, São Paulo. Ainda em funcionamento, é considerada uma peça rara. Está em fase de projeto um pequeno museu onde ficarão expostos balaios, maquinarias, engenho de cana-de-açúcar e peças antigas. Como lembrança do local, o turista pode também adquirir produtos regionais, além do café orgânico vendido na loja instalada no próprio sítio que preserva os aspectos ligados à época

área do café. Além da propriedade datada de 1913, algumas outras relíquias podem ser encontradas no local.

- Sítio Espatodea

Figura 25 – Fachada do Sítio Espatodea em Mulungu



Fonte: Jornal Diário do Nordeste.

O Sítio Espatodea abriga o Santa Demolição, um misto de antiquário, galeria de arte e cafeteria, erguido sobre os escombros de um antigo galpão de século XIX, em Mulungu. Nesse ambiente, os visitantes são recebidos para apreciação da natureza e das artes, como literatura e música, vivenciando uma atmosfera acolhedora e saboreando comidas típicas e café da região.

- Sítio Vale da Biodiversidade

Figura 26 – Fachada do Sítio Vale da Biodiversidade em Mulungu



Fonte: SEBRAE/CE.

O Sítio Vale da Biodiversidade é uma experiência múltipla com informações agroecológicas e visitas guiadas pelas plantações. Nele, são utilizados os manejos de agrofloresta e permacultura, o que viabilizou sua aprovação em 2002 como associados-produtores da Associação para o Desenvolvimento da Agropecuária Orgânica (ADAO). A propriedade possui certificação orgânica vegetal e opções de produtos processados com degustação aos visitantes. O equipamento também é utilizado para cursos, reuniões, imersões, retiros, vivências, grupos de meditação, *yoga* e *workshops de empresas*.

- Sítio Águas Finas

Figura 27 – Secagem do café no Sítio Águas Finas em Guaramiranga



Fonte: SEBRAE/CE.

Desde 1939, o Sítio Águas Finas, propriedade da família Uchôa, tendo como patriarca José Castelo Uchôa, cultiva o Café Guará que, através do tempo, vem apropriando grãos e formas de beneficiamento, conferindo qualidade à marca. O cafezal, que expande pelas terras debaixo das ingazeiras e mata preservada, convida a percorrer as trilhas em um passeio repleto de informações, sabores e sons nativos.

No local, é possível apreciar a secagem dos grãos de café. Em um pátio ao lado da casa pode-se também verificar como é feito o processo, ainda de forma bastante artesanal.

A casa do “Velho da Mata”, degustação de frutas locais e do antigo Café Guará, hoje Café Uchoa, são atrativos do local. Nele, os visitantes são recebidos dentro da tradição da hospitalidade, consciência ecológica e histórias para contar.

- Fazenda Floresta

Figura 28 – Fachada da Fazenda Floresta em Guaramiranga



Fonte: SEBRAE/CE.

Situada em Pernambuco, distrito de Guaramiranga, a Fazenda Floresta possui suas origens no século XIX. Nela, cultiva-se o café de sombra e, por intermédio de um circuito guiado, o visitante pode conhecer os processos de produção desde os bancos de mudas nos cafezais, passando pelo beneficiamento – pilagem, torrefação e moagem do café – que pode ser adquirido na lojinha de fábrica com o rótulo “Ejóia”. A marca abriga ainda outros produtos feitos artesanalmente na fazenda como: açúcar mascavo, rapadura, farinha de banana, banana-passa, cachaça de banana e licores. A Fazenda Floresta prima pela sustentabilidade como prática de aproveitamento de resíduos e confecção de embalagens ecológicas.

- Nosso Sítio

Figura 29 – Vista panorâmica do Nosso Sítio em Pacoti



Fonte: SEBRAE/CE.

O Nosso Sítio tem suas origens na antiga Fazenda Pau d'Alho, em Pacoti. Lugar de preservação ambiental cercado por florestas, hortas, viveiros de mudas florestais nativas e lagos, oferece ao visitante experiências típicas do meio rural. Aproveitar o verde, conhecer a mata e andar pelo terreiro da casa de taipa rodeado pelo cafezal, fogão de barro, mobília e instrumentos de época é um convite para um programa recheado de educação ambiental e lazer.

- Sítio São Luís

Figura 30 – Fachada do Sítio São Luís em Pacoti



Fonte: SEBRAE/CE.

Construída para romper os séculos e atravessar gerações, com sua arquitetura suave e ao mesmo tempo imponente, a casa do Sítio São Luís é legado visível dos tempos do apogeu do café no Maciço de Baturité. Por meio da narrativa dos proprietários, histórias contextualizadas na tradição do cultivo do café no Ceará e no Brasil são reveladas aos visitantes enquanto percorrem os ambientes do casarão. A cozinha do Sítio São Luís é uma atração à parte: fogão à lenha, tacho de cobre, panelas de barro, chaleira e o aroma de antigas receitas, como bolo de café, pão, ricota e geleias. Todas essas iguarias são apreciadas no salão próximo aos arcos da varanda, ao som de uma boa música. Ao café arábica, colhido nas matas do próprio sítio, foi dado o nome de Café Carmem, uma referência à matriarca e personagem mais longeva da família.

O SEBRAE/CE, como protagonista na articulação do Projeto, informou a evolução até aqui percebida na Rota Verde do Café, analisando os avanços e as dificuldades encontrados e propondo melhorias para o futuro. Como principal instituição de gerenciamento da Rota Verde do Café, o SEBRAE/CE instalou,

desenvolveu e executou o projeto de criação elegendo os equipamentos que viriam a fazer parte da Rota. Tal estratégia buscou gerar um fluxo contínuo de visitação turística que possibilitasse o aumento dos dias de permanência, estimulando toda a oferta de serviços turísticos na região.

Dentre as principais conquistas alcançadas durante o processo de viabilização da Rota Verde do Café, o SEBRAE/CE destacou o surgimento de novos negócios e a inovação e integração de uma rede dos já existentes, além de ter posicionado a Rota Verde do Café como ícone do destino turístico e servir como impulsionador de uma estratégia de desenvolvimento do turismo no Maciço de Baturité.

Como problemas encontrados durante esse período, apontou-se a ausência de uma maior integração da rede hoteleira que não estipula preços mais baixos para as agências de turismo, especialmente nos dias úteis durante a semana. Tal iniciativa poderia atrair um número maior de visitantes em períodos onde a taxa de ocupação dos meios de hospedagem fosse menor. Outro entrave encontrado foi a realização de algumas ações individuais e isoladas em detrimento da participação coletiva, o que dificultou a padronização de procedimentos a serem realizados para melhorar as condições dos serviços ofertados aos turistas.

Em relação às ações promovidas para os participantes da Rota Verde do Café citam-se o gerenciamento das ações, a capacitação e consultoria aos sujeitos dos equipamentos envolvidos na rede, a aplicação de novas tecnologias e a preocupação com a sustentabilidade.

A instituição também informou que utiliza jornais escritos, vídeos, documentários, coberturas televisivas, feiras, eventos e portais da internet como estratégias de divulgação e comercialização dos produtos e serviços ofertados pela Rota Verde do Café. Procurou-se também estimular a participação da comunidade local por meio da integração dos equipamentos, divulgação em sites e em veículos de comunicação, palestras e encontros com o objetivo de provocar novas oportunidades de negócios e empreendedorismo, além de promover ações de sustentabilidade na área de produção e de conscientização acerca da importância da proteção do patrimônio histórico e natural dos equipamentos ligados ao tema do café.

Já as secretarias municipais de Turismo dos municípios, cujos equipamentos fazem parte da Rota Verde do Café, não possuem gerenciamento

sobre o Projeto, atuando de forma coadjuvante por meio de parceiras com o SEBRAE/CE e prestando informações iniciais aos turistas interessados em conhecer a Rota.

Apesar da falta de participação mais efetiva, tais secretarias ressaltaram aspectos positivos, pois, segundo os gestores, a Rota Verde do Café proporcionou maior divulgação e visibilidade para a região, aumento do número de atrações turísticas, integração entre os municípios e descentralização do turismo no Maciço de Baturité. Como problemas encontrados, citam-se as condições precárias de acesso a alguns dos equipamentos - especialmente aqueles localizados às margens de estradas não asfaltadas -, a ausência de uma sinalização turística mais evidente, o fechamento de alguns equipamentos, mesmo durante o período informado de visitação, e a inclusão de atrações fora do tema proposto, no caso, o café.

Afirmou-se também que há necessidade de se catalogarem os atrativos turísticos mais detalhadamente, melhorar a conservação dos atrativos naturais que complementam a Rota Verde do Café, melhor estruturar alguns equipamentos no que se refere à recepção dos turistas e promover ações constantes de conservação e preservação histórica e cultural do patrimônio público e privado da região.

Dos nove equipamentos pertencentes à Rota Verde do Café, oito responderam aos questionários. Nas entrevistas realizadas com os proprietários, seis afirmaram que cobram pela visitação e dois deles responderam que a visita é gratuita. A taxa varia de acordo com os tipos de equipamentos e oferta de serviços disponibilizados. Os valores cobrados variam de R\$ 10,00, nas visitas mais simples, a R\$ 60,00 para os pacotes mais completos que incluem palestras, degustações, refeições e passeio por trilhas.

Indagados a respeito do volume de receita proporcionada pela presença de turistas com a Rota, seis proprietários disseram que houve aumento e dois afirmaram que o montante arrecadado não sofreu alteração. O mesmo resultado foi verificado em relação aos investimentos estruturais realizados para melhor atender à demanda.

Registre-se o fato de que alguns desses equipamentos não recebiam visitações até a criação da Rota Verde do Café o que possibilitou um incremento financeiro que antes não havia. Os recursos provenientes das receitas auferidas pelos gastos dos turistas, seja pela visitação ou pela comercialização de produtos e serviços, foram revertidos em diversas melhorias nas estruturas físicas dos

estabelecimentos, como: aquisição de maquinarias, manutenção das instalações físicas, conservação de trilhas, limpeza de lagos, capacitação de empregados, criação de espaços temáticos, construção e ampliação de cozinhas, pintura e limpeza das instalações.

Outro ponto importante a ser analisado é que o conjunto dessas ações propiciou a contratação de pessoas, mesmo que de modo temporário, para a execução dos serviços necessários, gerando mais renda e contribuindo para a manutenção do emprego dos trabalhadores da região.

Situação inversa verificou-se ao se perguntar se os equipamentos aumentaram o número de empregados fixos depois da entrada na Rota Verde do Café. Seis responderam que não houve novas contratações e, em apenas dois, o quadro de pessoal foi aumentado.

Tal situação pode ser analisada sob alguns aspectos. Alguns dos equipamentos, especialmente os sítios e fazendas, são unidades fundamentalmente familiares que anteriormente serviam também para o descanso serrano. Com a criação da Rota Verde do Café, os proprietários e parte da família passaram a desempenhar tarefas de modo a atender o crescimento do fluxo turístico nas propriedades sem que, com isso, aumentassem os custos operacionais oriundos da contratação de pessoal.

Se por um lado, o envolvimento familiar proporcionou uma maior interação entre os membros com os equipamentos, por outro, impediu que mais pessoas fossem empregadas. Como o turismo da Rota Verde do Café não é de massa e se concentra nos fins de semanas, feriados e temporada de férias, os estabelecimentos ficam limitados à renda auferida por ocasião das visitas nesses períodos, o que de certa forma não estimula a contratação de empregados fixos.

Outro agravante citado foi a grave crise econômica por que passa o Brasil e que vem se agravando no mesmo período em que a Rota Verde do Café foi criada. Se a recessão atingiu grandes centros urbanos mais desenvolvidos, ela também chegou com muita força também nos pequenos proprietários rurais de localidades mais pobres, como o caso do Maciço de Baturité, dificultando a manutenção estrutural dos equipamentos e impedindo o aumento dos empregos para os trabalhadores.

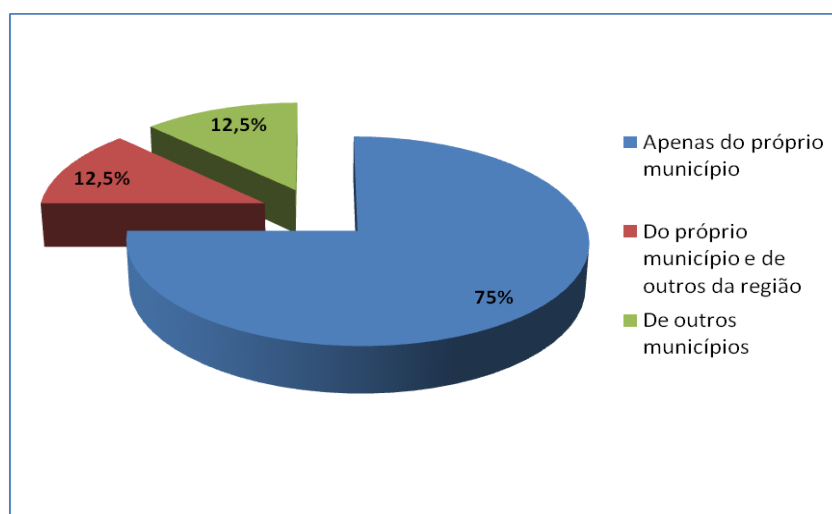
De acordo com os proprietários dos equipamentos entrevistados, todos os empregados contratados são de comunidades localizadas nos próprios municípios

onde se encontram estabelecidos. Tal prática contribui para uma maior integração na relação empresa/trabalhador, além de dar oportunidade de emprego às pessoas residentes nas comunidades locais, melhorando o nível de renda e possibilitando mais bem-estar às famílias, além de valorizar o trabalhador local.

Todos os equipamentos pesquisados possuem espaço para comercialização de uma gama de produtos, dentre os quais pode se destacar café, açúcar mascavo, banana seca, cachaça de banana, licor, mel, doce, torta, queijo, geleia, molho, refeição, artesanato, camiseta, fotografia, antiguidade e produtos agroflorestais.

Ao serem indagados sobre a origem desses produtos, seis proprietários responderam que são provenientes do próprio município, um afirmou que comercializa produtos fabricados tanto no próprio município como em outros da região e um disse vender produtos vindos de outros locais fora da região, como mostra o Gráfico 1:

Gráfico 1 – Origem dos produtos comercializados pelos equipamentos da Rota Verde do Café



Fonte: Elaborado pelo autor.

Esse aspecto demonstra que os equipamentos da Rota Verde do Café valorizam os produtos típicos da região, pois ao mesmo tempo em que promovem a geração de empregos, injetam renda na economia local, estimulam os investimentos e viabilizam os negócios. Paralelamente, tais produtos são fabricados buscando-se a conservação dos recursos naturais e o respeito ao meio ambiente.

Conforme relatado pelos entrevistados, todos os equipamentos pesquisados abrem para visitação nos fins de semanas e feriados, sendo que em

cinco deles há um controle pelo livro de registro de visitas. Essa ferramenta auxilia na mensuração do número correto de visitantes no local, podendo estabelecer critérios para planejamento das visitas a serem programadas baseadas nas informações contidas. Outro instrumento que não está disponível nos equipamentos e poderia ser de bastante utilidade é um livro de sugestões, o que possibilitaria uma melhor avaliação da percepção que o turista obteve e serviria para a melhoria das condições de atendimento aos visitantes, buscando corrigir possíveis falhas por eles apontadas.

Quanto à existência de certificação ambiental e/ou turística, três equipamentos afirmaram ter tal título e cinco disseram não o possuir. Um dos proprietários dos equipamentos mostrou preocupação com a expansão urbana e a especulação imobiliária que ameaçam as nascentes dos rios, as espécies da fauna e flora nativas. Baseado nisso, promoveu-se na propriedade uma ação de repovoamento na mata do *Pyrrhura griseipectus*, pássaro popularmente conhecido como periquito cara-suja, ameaçado de extinção e hoje só encontrado em Quixadá e no Maciço de Baturité.

Perguntados se os equipamentos possuíam um programa de redução de consumo de água e de energia elétrica, dois responderam que sim e seis que não.

Nesses aspectos, fica claro que, apesar de esforços individuais de alguns equipamentos, os resultados apresentados deixaram a desejar. O reaproveitamento e a captação da água das chuvas poderiam ser mais utilizados, mesmo em uma região úmida cujo índice pluviométrico é superior à média do estado. Em relação ao consumo de energia elétrica é importante se evitar o desperdício de equipamentos ligados sem necessidade e efetuar uma constante manutenção das instalações elétricas buscando a redução do consumo.

A coleta de lixo é outro problema bastante preocupante não somente para os equipamentos da Rota Verde do Café, como também para todo o entorno serrano do Maciço de Baturité. Nos estabelecimentos que se encontram mais próximos aos centros urbanos e estradas asfaltadas, a coleta é realizada com mais regularidade. Nos outros que se localizam em zonas rurais, o recolhimento é feito em dias mais espaçados e, muitas vezes, em veículos inapropriados para o transporte dos resíduos. Houve relato de situações em que o lixo era transportado no passado em carrocerias descobertas, ficando vulnerável a quedas pelo caminho percorrido. Atualmente, tais veículos já utilizam caminhões com carrocerias cobertas por lonas,

garantindo maior segurança no transporte. Tal fato se deve às precárias condições de pavimentação de algumas estradas vicinais que impossibilitam o tráfego de veículos mais pesados.

Em três dos oito equipamentos pesquisados não há a separação do lixo orgânico e do lixo inorgânico. Cinco deles fazem esse procedimento.

No caso do lixo orgânico, alguns equipamentos utilizam-no como matéria-prima de produtos artesanais, adubo para a plantação, alimento para os animais e compostagem, um processo biológico de valorização da matéria orgânica onde os micro-organismos - fungos e bactérias - são responsáveis pela degradação de matéria orgânica.

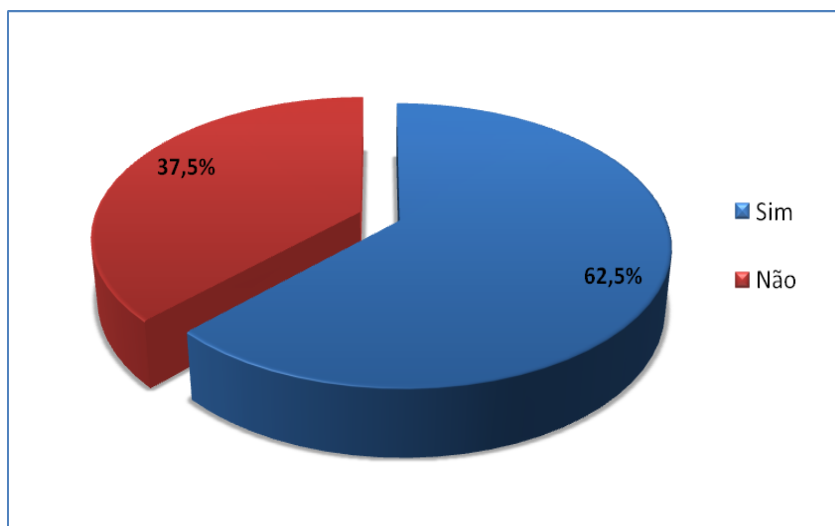
Já em relação ao lixo inorgânico, predomina a separação do material para reciclagem. Foram relatados alguns exemplos que evitam o agravamento da degradação do meio ambiente. Um dos proprietários afirmou que estoca em uma espécie de galpão todas as garrafas feitas com Polietileno Tereftalato (PET). É pensamento da família a criação de uma oficina para transformar esses vasilhames em produtos artesanais que seriam comercializados, gerando emprego e renda. Também se evita a utilização de materiais descartáveis, como copos, pratos e talheres, durante as visitas dos turistas. Outro caso citado foi o recolhimento desse material, que se destinará a uma usina de reciclagem de lixo, e o transporte deste para Fortaleza, já que o Maciço de Baturité ainda não dispõe desse tipo de equipamento.

Algo que chamou atenção, inclusive dos turistas, foi a ausência de lixeiras visíveis para o público, fato este que causou desconforto e preocupação em algumas pessoas. Apesar de alguns equipamentos realizarem a separação do lixo, não há ainda a prática da coleta seletiva, com a utilização de lixeiras que ajudem a separar produtos descartados como vidros, plásticos, papéis, metais e material orgânico de modo a facilitar a destinação final dessas embalagens.

Interrogados se os equipamentos possuíam algum tipo de projeto social envolvendo as comunidades locais, cinco proprietários responderam afirmativamente e três disseram não realizarem esta atividade, conforme descreve o Gráfico 2. Foram citadas pelos entrevistados as seguintes ações promovidas: escola de música, escola de café, conscientização sobre a necessidade de proteção do meio ambiente, orientação sobre a importância do controle da taxa de natalidade,

distribuição de presentes em datas comemorativas, educação ambiental e estação de leitura.

Gráfico 2 – Projetos sociais realizados pelos equipamentos da Rota Verde do Café



Fonte: Elaborado pelo autor.

Em um país como o Brasil onde a participação social ainda é tímida, a existência de práticas desenvolvidas por alguns equipamentos da Rota Verde do Café permite o estabelecimento de novas relações com as comunidades locais, impactando em transformações provocadas pela atividade turística. É mais um processo de inserção que devolve aos residentes, em especial aos mais necessitados, o sentimento de cidadania, algo intrínseco ao pilar social da sustentabilidade.

Os proprietários entrevistados foram unânimes ao responderem sobre a ausência de apoio dos órgãos municipais, estaduais e federais para com os equipamentos da Rota Verde do Café, tendo somente o SEBRAE/CE como âncora do Projeto.

No que se refere à pesquisa feita com os empregados dos equipamentos da Rota Verde do Café detectou-se a predominância de pessoas do sexo feminino. Foram treze mulheres entrevistadas e quatro homens com idades entre 23 e 62 anos.

Observou-se também que a quase totalidade deles são naturais dos quatro municípios que possuem equipamentos na Rota Verde do Café assim distribuídos: cinco de Guaramiranga, cinco de Mulungu, três de Baturité, três de

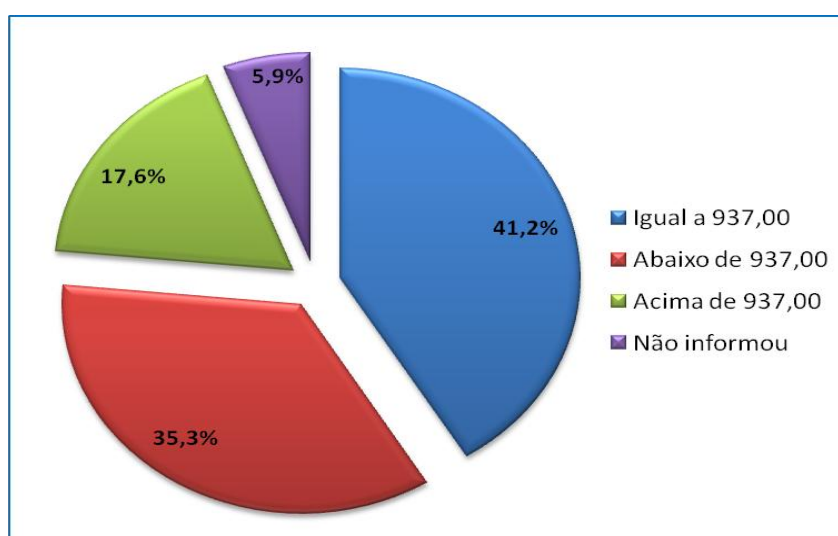
Pacoti e apenas um afirmou ser natural do município de Fortaleza. Essa constatação vai ao encontro do que foi destacado pelos proprietários dos equipamentos ao afirmarem que os empregados são oriundos dos próprios municípios onde estão instalados, dando oportunidade de emprego e incrementando a renda de indivíduos das comunidades locais, pressuposto descrito nas premissas do pilar social da sustentabilidade.

Dentre os que responderam aos questionários, dez dos empregados afirmaram possuir o ensino médio, seguidos por três com ensino fundamental, dois alfabetizados, um não alfabetizado e um com ensino superior.

Constatou-se uma gama de ocupações desempenhadas pelos empregados nos equipamentos da Rota Verde do Café assim distribuídas: quatro guias de turismo, três auxiliares de serviços gerais, duas recepcionistas, duas cozinheiras, uma operadora de caixa, uma artesã, uma gerente, uma doceira, um caseiro e um trabalhador rural.

Ao serem indagados a respeito dos rendimentos auferidos, sete empregados responderam que recebiam R\$ 937,00 mensais - o equivalente ao salário mínimo nacional -, seis ganhavam salários inferiores a R\$ 937,00, três alcançavam ganhos entre um e um e meio salário mínimo e um não quis informar a renda, como demonstra o Gráfico 3:

Gráfico 3 – Salário mensal dos empregados dos equipamentos da Rota Verde do Café



Fonte: Elaborado pelo autor.

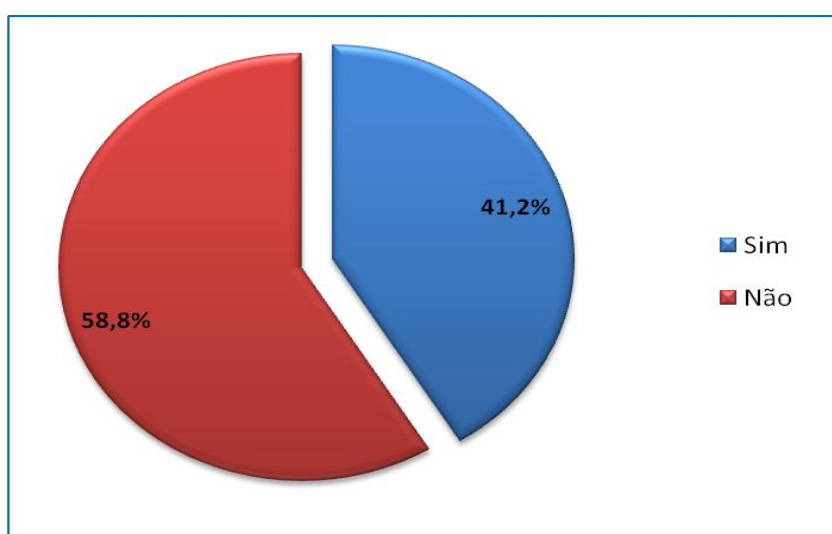
O resultado verificado demonstra que a média salarial dos empregados é baixa, orbitando próxima ao salário mínimo nacional. Em sua maioria, os equipamentos são unidades familiares que pagam salários similares aos de outros estabelecimentos da região.

Fato relevante a ser destacado é a quantidade de trabalhadores que ganha abaixo do salário mínimo nacional. A explicação dada é de que, como a maioria dos equipamentos abre apenas nos fins de semanas e alguns feriados, os proprietários dos equipamentos pagam por diárias apenas para os dias trabalhados. Dessa maneira, esses empregados dificilmente conseguem receber valores que cheguem a salário mínimo.

O número de empregados que trabalham por diárias e que não possuem vínculo empregatício é comprovado no Gráfico 4, que reflete o total de trabalhadores que tem o registro de emprego na carteira de trabalho. Apenas sete dos entrevistados disseram ter carteira assinada, porém dez deles afirmaram que não.

Tal situação acaba por gerar um paradoxo. Se por um lado esses trabalhadores passaram a receber uma fonte de renda, que não tinham anteriormente, e, conseqüentemente, melhoram o poder aquisitivo, por outro, ficam desprotegidos em relação às legislações trabalhistas e previdenciárias, criando uma condição de vulnerabilidade social.

Gráfico 4 – Empregados que trabalham com carteira assinada nos equipamentos da Rota Verde do Café



Fonte: Elaborado pelo autor.

Em relação à capacitação e qualificação profissional, apenas seis empregados responderam que já fizeram algum tipo de curso/treinamento específico para as atividades da Rota Verde do Café, enquanto quase o dobro, onze no total, disse não ter feito nenhum curso/treinamento.

Isto reflete a baixa qualificação profissional vivenciada não somente nos equipamentos da Rota Verde do Café, mas, sobretudo, no país. A crise no sistema educacional brasileiro reflete diretamente na qualidade profissional do trabalhador. Se esse problema é facilmente encontrado nos grandes centros urbanos, nos pequenos municípios e, principalmente, nas zonas rurais, ele se apresenta ainda mais agravado.

Com relação aos turistas que visitam a Rota Verde do Café, estes são, em sua maioria, pessoas que apreciam a natureza e procuram agregar conhecimentos sobre a história e a cultura da região. O fluxo mais intenso de visitação acontece nos finais de semana, feriados prolongados e períodos de alta estação, como os meses de janeiro, julho e dezembro. Dos quarenta turistas entrevistados, 23 eram do sexo feminino e dezessete do sexo masculino. A faixa etária que predomina é entre 31 e 40 anos, o que corresponde a quase metade dos visitantes entrevistados, seguida da faixa etária de 21 a 30 anos.

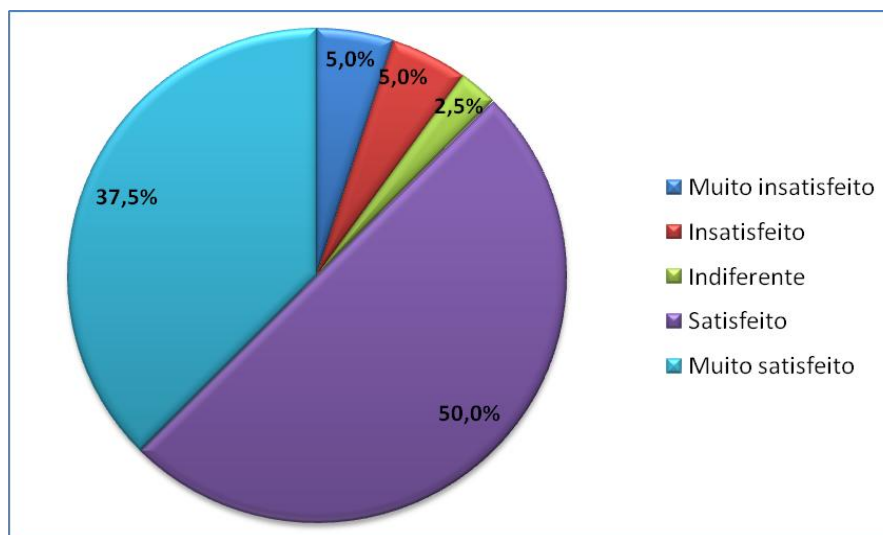
Os turistas entrevistados na Rota Verde do Café são oriundos de diversas localidades brasileiras, sendo que o Estado do Ceará responde por 80% do total. Destes, 87,5% são provenientes de Fortaleza e 12,5 de outros municípios cearenses.

Tomando-se por base o nível de escolaridade dos entrevistados na pesquisa, verifica-se o predomínio de indivíduos com ensino superior que representam 37,5%, vindo a seguir os que têm especialização com 27,5%, os que possuem mestrado/doutorado com 20%. Por fim, aparecem os que concluíram o ensino médio com o percentual de 15%.

Indagados a respeito do meio utilizado para visitar os equipamentos, 40% responderam que foram por excursões promovidas por agências de turismo receptivo, 35%, por deslocamento próprio e 25% foram levados por amigos. Nota-se, pois, a importância que o turismo receptivo possui ao levar uma quantidade significativa de turistas aos equipamentos. A venda de pacotes turísticos pelas agências de viagem é um fator a ser considerado para o aumento do fluxo de visitantes aos equipamentos da Rota Verde do Café.

Quanto à avaliação sobre a qualidade dos produtos/serviços ofertados e comercializados na Rota Verde do Café, o Gráfico 5 assinala que a maior parte dos visitantes se mostrou satisfeita/muito satisfeita, atingindo a proporção de 87,5%. 10% dos entrevistados se mostraram insatisfeitos/muito insatisfeitos e 2,5% mantiveram-se indiferentes. Este índice de satisfação se torna relevante ao se imaginar o turista como sujeito multiplicador ao comentar e estimular pessoas do seu ciclo de convivência a conhecerem a Rota Verde do Café. Além disso, instigaria nele próprio a possibilidade de retornar e conhecer mais equipamentos.

Gráfico 5 – Avaliação dos turistas sobre a qualidade dos produtos/serviços comercializados na Rota Verde do Café



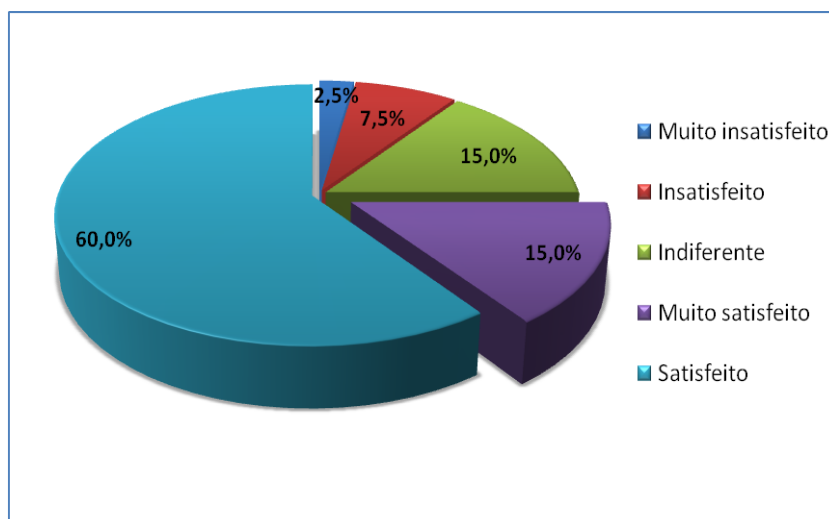
Fonte: Elaborado pelo autor.

A comercialização de produtos orgânicos e artesanais revelou um alto grau de satisfação entre os turistas. Em uma sociedade capitalista, cuja produção de mercadorias ocorre pelo fenômeno da automação industrial em larga escala, o contato mantido com elementos, em sua grande parte, extraídos da natureza busca diminuir a agressão ao meio ambiente e trazer às pessoas o despertar de uma integração maior com o ecossistema da região, além da sensação de presenciar algo novo e diferente.

Ao se analisarem as opiniões dos turistas acerca dos preços cobrados sobre os produtos/serviços ofertados e comercializados na Rota Verde do Café, 75% dos turistas responderam que estavam satisfeitos/muito satisfeitos. Apenas 10% deles se disseram insatisfeitos/muito insatisfeitos, enquanto 15% se mostraram indiferentes.

Apesar de essas mercadorias não serem produzidas em larga escala, o que contribuiria para a redução do preço unitário final, pode-se afirmar que os valores cobrados pelos equipamentos pesquisados da Rota Verde do Café são compatíveis com a qualidade dos produtos/serviços ofertados, não se verificando exploração ao visitante. Conseqüentemente, os turistas passam a comprar mais, gerando aumento de receita ao estabelecimento. O conjunto desses fatores, desse modo, atende aos preceitos estabelecidos pelos pilares econômico, social e ambiental da sustentabilidade. O Gráfico 6 detalha as respostas dos entrevistados:

Gráfico 6 – Avaliação dos turistas sobre os preços cobrados dos produtos/serviços na Rota Verde do Café



Fonte: Elaborado pelo autor.

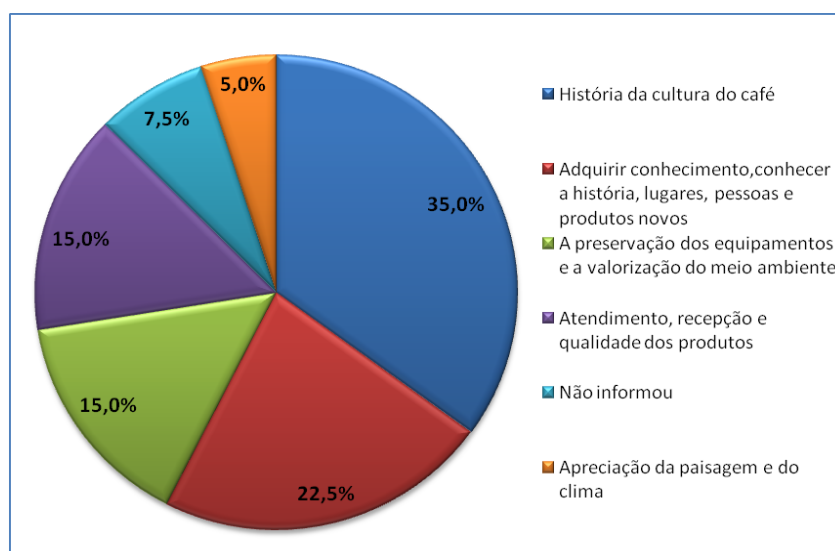
Em outro item pesquisado, 60% dos entrevistados disseram que a Rota Verde do Café não contribuiu para aumentar os dias de estada na região, contra 40% que afirmaram ter estendido o prazo de permanência no Maciço com o intuito de visitar os equipamentos turísticos.

Dos turistas entrevistados 97,5% afirmaram que recomendariam a visita da Rota Verde do Café a outras pessoas. Apenas 2,5% dos entrevistados não se pronunciaram a respeito.

Por fim, os turistas entrevistados elencaram espontaneamente aspectos por eles considerados como positivos e negativos encontrados na Rota do Café Verde, que podem servir como norte para manutenção e ajustes das ações até agora praticadas.

O Gráfico 7 mostra que o aspecto que mais agradou aos turistas foi a história da cultura do café, com pouco mais de 1/3 das citações, seguida pela aquisição de conhecimento com 1/4 das respostas e atendimento, recepção e qualidade dos produtos com 15%, mesmo índice da preservação dos equipamentos e valorização do meio ambiente. A apreciação da paisagem e do clima ficou com 5% das respostas e 7,5% não emitiram opinião a respeito.

Gráfico 7 – Aspectos positivos apontados pelos turistas que visitaram a Rota Verde do Café

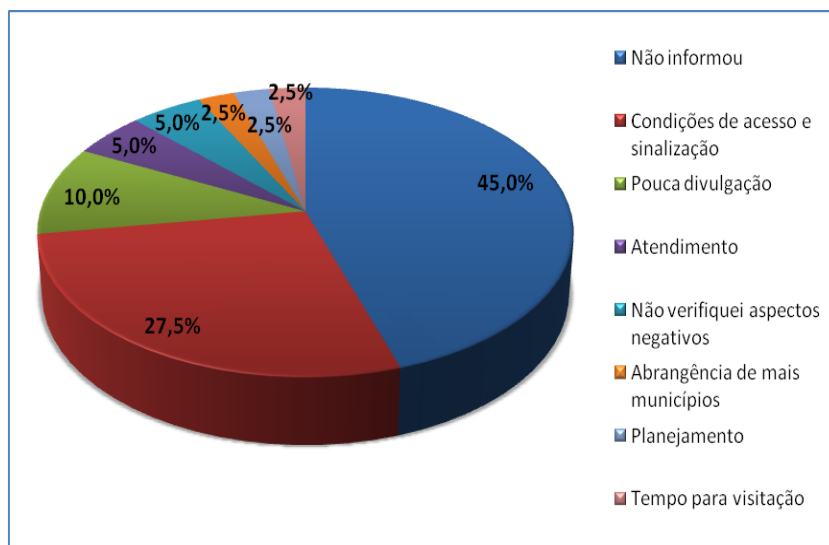


Fonte: Elaborado pelo autor.

Verifica-se, pois, que os turistas sentem necessidade de adquirir informações e conhecimento a respeito da história e da cultura do café no Maciço de Baturité, cuja riqueza acaba por surpreender a todos que passam a desfrutar do passeio. A impressão passada pelos visitantes é de admiração e contemplação do que é mostrado e por eles compartilhado.

Já os pontos negativos destacados no Gráfico 8 foram, por ordem decrescente: as condições de acesso e sinalização dos equipamentos com 27,5%, a pouca divulgação da Rota Verde do Café com 10%, o atendimento com 5% e com 2,5% foram citados o planejamento, tempo para visitação e necessidade de mais municípios serem também contemplados no projeto. 5% não encontraram pontos negativos e 45% dos turistas entrevistados não forneceram informa es.

Gráfico 8 – Aspectos negativos apontados pelos turistas que visitaram a Rota Verde do Café



Fonte: Elaborado pelo autor.

Analisando-se os dados acima, percebe-se que metade dos entrevistados não apontou aspectos negativos na Rota Verde do Café, porém os pontos por eles levantados são bastante relevantes e servem como parâmetros para correção de falhas percebidas na Rota.

A principal delas diz respeito às condições de acesso e sinalização de alguns equipamentos, principalmente aqueles que estão localizados nas zonas rurais e cujo trajeto é realizado em estradas secundárias com pavimentação precária. Nota-se aí a ausência do poder público na realização de obras de infraestrutura que facilitem o deslocamento dos turistas e que passem a sensação de abandono e desleixo. A dificuldade encontrada em chegar a alguns desses equipamentos pode, com o passar do tempo, reduzir as visitas e, conseqüentemente, acarretar prejuízo financeiro aos sujeitos envolvidos. Faz-se necessária, da mesma forma, a melhoria da sinalização dos equipamentos que possibilite ao turista, que não conhece a região, otimizar o tempo de deslocamento e segurança durante o trajeto a ser percorrido.

Outro ponto destacado pelos turistas diz respeito à pouca divulgação da Rota Verde do Café. Apesar da campanha realizada nos meios de comunicação pelo SEBRAE, percebe-se ainda um desconhecimento dos visitantes sobre os atrativos existentes. Isto pode ser melhorado com uma campanha mais intensa de

distribuição de mapas com informações nos hotéis, pousadas, bares, restaurantes e estabelecimentos comerciais dos municípios da Rota e também em

Fortaleza, principal emissor de turistas para a região. Pode-se também promover a divulgação do Projeto nos cafés existentes na Capital, de modo a fornecer aos apreciadores da bebida informações que possam despertar neles a intenção de visitar os equipamentos.

6 CONCLUSÃO

A Rota Verde do Café, como conjunto de práticas idealizadas e desenvolvidas pelo SEBRAE, em consonância com alguns equipamentos ligados direta ou indiretamente à história do café, é uma realidade turística presente no Maciço de Baturité. Dentre as estratégias estabelecidas, o Projeto busca aliar desenvolvimento integrado e turismo sustentável, objetivando estimular o aumento do turismo responsável na região.

Durante todo o período em que a pesquisa foi realizada, pôde-se perceber o grau de dificuldade encontrado pelos sujeitos envolvidos na gestão do Projeto. Apesar de o Maciço do Baturité possuir condições climáticas privilegiadas em comparação com outras regiões, especialmente o semiárido cearense, enfrenta os mesmos problemas que assolam a realidade brasileira como saúde, educação, desemprego, baixos salários, informalidade e pouca qualificação profissional, situações estas agravadas pela crise econômica por que passa o país.

Observou-se, nesse caso, a ausência de políticas públicas que atendam às necessidades da sociedade e regulamentem as ações voltadas para o desenvolvimento sustentável. Como projeto idealizado e desenvolvido pelo SEBRAE/CE, percebeu-se que os órgãos governamentais participam como meros espectadores, quando, de fato, deveriam exercer um compartilhamento na execução e gerenciamento da Rota.

A ausência da participação mais efetiva dos poderes públicos em garantir as condições de infraestrutura se constitui em obstáculo para uma maior eficiência na realização das propostas elaboradas pela Rota Verde do Café, causando dificuldades para os turistas em adquirir informações e chegar a alguns dos equipamentos, principalmente os localizados nas zonas rurais.

Mesmo com todos esses percalços, pode-se afirmar, por meio do estudo realizado, que a Rota Verde do Café promove o fortalecimento turístico da região, sobretudo nos municípios de Baturité, Guaramiranga, Mulungu e Pacoti, onde os equipamentos a ela pertencentes estão localizados. Guaramiranga sempre foi considerada a âncora do turismo no Maciço de Baturité, porém as atrações da região, dentre as quais se podem incluir as ligadas à história e cultura do café, transcendem os limites geográficos do menor município cearense em extensão territorial e perpassa por toda a vizinhança também rica em atrações turísticas.

Por ser uma rota que engloba atrativos de diferentes municípios, a Rota Verde do Café possibilita a inclusão dessas localidades no mapa turístico do Estado do Ceará ao mesmo tempo em que promove o fortalecimento e integração da oferta de serviços relacionada ao turismo do Maciço de Baturité. Tal iniciativa acaba gerando múltiplos benefícios aos governos, iniciativa privada, organizações não governamentais e população em geral, incrementando os negócios e distribuindo renda na região.

É sabido que o aumento do número de visitantes não somente gera efeitos positivos como também promove consequências negativas caso o turismo não seja alicerçado em planejamento adequado e desenvolvido sob a preocupação perene com a sustentabilidade dos lugares. Nesse quesito, a Rota Verde do Café valoriza a importância de se adotarem práticas sustentáveis tomando o cultivo do café sombreado como exemplo a ser seguido, procurando sempre respeitar as condições da natureza e cuidando para que os ciclos sejam constantemente renovados sem haver prejuízo para o ecossistema local.

As condições heterogêneas e complexas que permeiam o desenvolvimento sustentável são também visíveis ao se perceberem as contradições também contidas nos elementos intrínsecos à Rota Verde do Café. O estudo retratou os três pilares sob os quais estão alicerçados os princípios da sustentabilidade: econômico, social e ambiental. O que se constatou na pesquisa é que a Rota Verde do Café, em alguns casos, possui paradoxos não somente entre os pilares existentes como também dentro de cada um deles ao estabelecer ações bastante avançadas, ao mesmo tempo em que utiliza práticas ainda consideradas ultrapassadas.

A Rota Verde do Café possui atrativos que despertam atitudes de contemplação e admiração de quem a conhece. O elevado nível de satisfação dos turistas demonstrado na pesquisa reforça a ideia de que o Projeto apresenta grande potencialidade e pode, na prática, transformar-se em um catalisador para o crescimento ordenado do turismo no Maciço de Baturité. Para tanto, faz-se necessário o planejamento adequado da capacidade de carga dos locais de modo que o aumento da intensidade de turistas não comprometa a sustentabilidade da região.

Ao ofertar produtos e serviços relacionados às práticas sustentáveis de produção, os equipamentos da Rota Verde do Café passam a despertar no turista a

necessidade de se procurar alcançar o equilíbrio entre consumo responsável e respeito às condições da natureza, procurando sempre proteger o ecossistema ao redor, ao mesmo tempo em que a comercialização de bens produzidos na própria região gera emprego e renda à comunidade local, estimula a economia e proporciona o bem-estar social da população.

Sendo assim, se a Rota Verde do Café ainda não atingiu o ponto de confluência entre os três pilares, condição esta indispensável para que se alcance o nível ideal de sustentabilidade, consegue muitas vezes chegar a dois deles, conforme caracterização demonstrada no estudo. A conclusão da pesquisa é de que a Rota Verde do Café contribui para o desenvolvimento integrado do turismo viável, tolerável e equitativamente justo no Maciço de Baturité.

Por fim, vale ressaltar o trabalho de articulação desenvolvido pelo SEBRAE/CE e a obstinação dos proprietários dos equipamentos da Rota Verde do Café na busca de perpetuar as tradições e os costumes ligados à cultura secular da atividade cafeeira no Maciço de Baturité, procurando deixar um legado de preservação da história da região e compromisso com o desenvolvimento econômico, social e ambiental para as futuras gerações.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, A. A. P. et al. Café e saúde: três décadas de estudos. **Revista Brasileira de Armazenamento**, Viçosa/MG, edição especial, n. 7, p. 56-63, 2003.
- ALVES, Jorge Fernandes. Patrimônio industrial, educação e investigação – a propósito da Rota do Patrimônio Industrial do Vale do Ave. **Revista da FLUP**, Porto, v.5, p.251-256, 2003. Disponível em: <<http://www.ler.letra.up.pt/uploads/ficheiros/1192.pdf>>. Acesso em: 07 set. 2016.
- ANTUNES, David. Externalidades negativas sobre o meio ambiente: processos econômicos de custeio. **Revista de Ciências Gerenciais**, Londrina/PR, v.13, n.18, p.55-73, 2009. Disponível em: <<http://www.pgsskroton.com.br>>. Acesso em: 21 ago. 2016.
- ARAUJO, Cíntia Möller; TASCHNER, Gisela. Turismo e políticas públicas no Brasil. In: BENI, Mario Carlos (Org.). **Turismo: planejamento estratégico e capacidade de gestão – desenvolvimento regional, rede de produção e clusters**. Barueri, SP: Manole, 2012.
- ARRUDA, Aline Cristina; MINIM, Valéria Paula Rodrigues; FERREIRA, Marco Aurélio Marques; MINIM, Luis Antonio; SILVA, Neuza Maria da; SOARES, Cláudio Furtado. Justificativas e motivações do consumo e não consumo de café. **Ciência e Tecnologia de Alimentos**, Campinas, v.29, n.4, p.754-763, out./dez. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cta/v29n4/09.pdf>>. Acesso em: 21 ago. 2016.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DE CAFÉ. **Estatísticas – indicadores da indústria de café no Brasil**. Disponível em: <<http://www.abic.com.br/estatisticas.html>>. Acesso em: 03 maio 2017.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NIH-54:2004 – meios de hospedagem – requisitos para a sustentabilidade**. Disponível em: <[http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/467524C358E0487D832575E0006C5CBA/\\$File/NT00041A3E.pdf](http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/467524C358E0487D832575E0006C5CBA/$File/NT00041A3E.pdf)>. Acesso em: 20 fev. 2017.
- _____. **NBR ISSO 20121 – sistemas de gestão para sustentabilidade de eventos – requisitos com orientações de uso**. Disponível em: <<http://www.abnt.org.br/imprensa/releases/5303-normalizacao-na-gestao-de-eventos>>. Acesso em: 20 fev. 2017.
- BADER, P. Sustentabilidade: do modelo à implementação. **Eco 21**, Rio de Janeiro, n. 183, p.1-8, mar. 2012. Disponível em: <<http://www.eco21.com.br/textos/textos.asp?ID=2690>>. Acesso em: 21 ago. 2016.
- BALDISSERA, Rudimar; KAUFMANN Cristine. Comunicação organizacional e sustentabilidade: sobre o modelo instituído no âmbito da organização comunicada. **Revista Organizacom**, São Paulo, v.10, n.18, p.59-70, 2013. Disponível em: <<http://revistaorganicom.org.br/sistema/index.php/organicom/article/viewFile/572/452>>. Acesso em: 21 ago. 2016.

BASTOS, Frederico de Holanda. **Guaramiranga: caminhos para o planejamento e gestão ambiental**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2011. 140p.

_____. **Movimentos de massa no Maciço de Baturité (CE) e contribuições para estratégias de planejamento ambiental**. 2012. 258 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Centro de Ciências, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012. Disponível em: <<http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/7850>>. Acesso em: 20 fev. 2017.

BECATTINI, Natália. **14 destinos que promovem o turismo sustentável**. 2015. Disponível em: <<http://www.360meridianos.com>>. Acesso em: 20 fev. 2017.

BENI, Mário Carlos. Como certificar o turismo sustentável? **Revista Turismo em Análise**, São Paulo, v.14, n.2, p.5-16, nov.2003. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/rta/article/view/63641/66406>>. Acesso em: 20 fev. 2017.

_____. **Política e planejamento de turismo no Brasil**. São Paulo: Aleph, 2006.

BOLSON, Jaisa Helena Gontijo. **Políticas públicas e planejamento turístico – a experiência mineira na implantação de circuitos turísticos**. UCS, Caxias do Sul, 2005. Disponível em: <<https://www.ucs.br/site/midia/arquivos/gt2-politicas-publicas.pdf>>. Acesso em: 20 maio 2017.

_____. Circuitos turísticos de Minas Gerais: modelo de regionalização. **Revista Turismo**, on line, p.1-15, ago.2004. Disponível em: <<http://www.revistaturismo.com.br/artigos/minasgerais.html>>. Acesso em: 04 ago. 2016.

BRANDÃO, Hudson. **Minas revolucionou o setor turístico**. In: Estado de Minas – Especial Turismo, Grandes Veredas. Belo Horizonte, set/2001.

BRASIL. Associação Brasileira da Indústria de Café – ABIC. **Encontro Nacional das Indústrias de Café**. Una, 2015. Disponível em <<http://www.abic.com.br>>. Acesso em 28/12/2016.

_____. Associação Brasileira da Indústria de Café – ABIC. **Estatísticas – indicadores da indústria de café no Brasil**, 2007. Disponível em <<http://www.abic.com.br/estatisticas.html>>. Acesso em 03/05/2017.

_____. Conselho dos Exportadores de Café do Brasil. **Relatório de exportações**. São Paulo, 2016. Disponível em: <<http://www.cecafe.com.br>>. Acesso em: 03 maio 2017.

_____. Ministério do Turismo. **Programa de Regionalização do Turismo: Orientações e critérios para mobilização e participação no Salão do Turismo – Roteiros do Brasil**. Brasília, 2004.

_____. Ministério do Turismo. **Programa de Regionalização do Turismo: Roteiros do Brasil**. Brasília: MTur, 2005.

_____. Ministério do Turismo. **Programa de Regionalização do Turismo Roteiros do Brasil: introdução à regionalização do turismo**. Brasília, 2007. 69 p.:il.

_____. Ministério do Turismo. **Programa de Regionalização do Turismo Roteiros do Brasil**: Módulo Operacional 7. Roteirização Turística. Brasília, 2007. 51 p.

_____. Ministério do Turismo. **Rede de Cooperação Técnica para a Roteirização: tecendo um novo Brasil**. ed. 2. Brasília: Ministério do Turismo, 2010 a.

_____. Ministério do Turismo. **Segmentação do turismo e o mercado**. Brasília: Ministério do Turismo, 2010 b. 170p.

_____. Ministério do Turismo. **Roteiros do Brasil**: 94 belos motivos para viajar pelo Brasil. Brasília: Ministério do Turismo, 2011.

_____. Ministério do Turismo. **Plano nacional de turismo – o turismo fazendo muito mais pelo Brasil 2013-2016**. Brasília: MTur, 2013. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/images/pdf/plano_nacional_2013.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2017. 116p.

_____. Ministério do Turismo. **Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo**: Prodetur Nacional – Programação. Brasília: Ministério do Turismo, 2015. Disponível em <<http://www.turismo.gov.br>>. Acesso em 17/1/2017.

_____. Ministério do Turismo. **Categorização dos municípios das regiões turísticas do mapa do turismo brasileiro**. Programa de Regionalização do Turismo: Brasília, 2016.

_____. Ministério do Turismo. **Programa de Regionalização do Turismo**. Mapa do Turismo Brasileiro 2016. Perguntas e respostas. Brasília: Ministério do Turismo, 2016.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável: Território Cidadania Maciço do Baturité – MDA/SDT/CONSAD**. Fortaleza: Instituto Agropolos do Ceará, 2010.

_____. Programa Cidades Sustentáveis. **Confira cinco cidades que são exemplos de sustentabilidade**. São Paulo, 2013. Disponível em <<http://www.cidadessustentaveis.org.br>>. Acesso em 28 ago. 2017.

BRESSAN, Flávio. **O método do estudo de caso**. Administração On Line. São Paulo: FEA/USP, 2000. Disponível em: <<http://www.scholar.google.com.br>>. Acesso em: 15 fev. 2017.

BRUSSADIN, Leandro Benedini. **Política e planejamento do turismo**. In: IX ENCONTRO DE PESQUISADORES DO UNI-FACEF, 9., 2008, Franca. **Anais...** Franca: UniFacef, 2008. p.1-16. Disponível em: <<http://legacy.unifacef.com.br/novo/publicacoes/Iforum/Textos%20EP/Leandro%20Benedini%20Brusadin.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2017.

BUSARELLO, Thiago Cesar. **Pacotes de viagem turísticos**. Vida de turista, 2009. Disponível em: <<http://www.vidadeturista.com.br>>. Acesso em: 26 set. 2016.

CAPANILI, Maura; PROCHNOW, Miriam. **Mata Atlântica – uma rede pela floresta**. Brasília: RMA, 2006.

CARVALHO, Ana Cristina Marques de; SOUZA, Leonardo Pellegrino de. Ativos intangíveis ou capital intelectual: discussões da contradição na literatura e proposta para sua avaliação. **Perspect. Cienc. Inf.**, Belo Horizonte, v.4, n.1, p.73-83, jan./jun. 1999.

CAVALCANTE, Arnóbio de Mendonça Barreto. **A Serra de Baturité**. Fortaleza: Livro Técnico, 2005.

CEARÁ. Governo do Estado do Ceará. **Municípios cearenses**. Fortaleza: Governo do Ceará, 2016.

_____. Secretaria do Turismo. **Programa de desenvolvimento do turismo Prodetur Ceará**. Fortaleza: Governo do Ceará, 2012.

_____. Secretaria do Turismo. **PDITS Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável: Polo Maciço de Baturité**. Programa de Desenvolvimento do Turismo do Ceará. Prodetur Nacional. Fortaleza: Governo do Ceará, 2014.

_____. Secretaria do Turismo. **Ceará - Viva essa alegria**. Fortaleza: SETUR, 2016.

_____. Superintendência Estadual do Meio Ambiente. **Zoneamento ambiental da APA da Serra de Baturité: diagnóstico e diretrizes**. Fortaleza: SEMACE, 1992.

_____. Superintendência Estadual do Meio Ambiente. **APA da Serra de Baturité**. Fortaleza, 2017.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; SILVA, Roberto da. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

CLUBE CAFÉ. **História e trajetória do café no Brasil e no mundo**. Disponível em: <<http://www.clubecafe.net.br/historia-cafe>>. Acesso em: 28 dez. 2015.

COLÔMBIA. **Turismo: Parque Nacional Del Café**, 2017. Disponível em: <<http://www.colombia.com>>. Acesso em: 28 maio 2017.

COOPER, Cris. **Turismo: princípios e práticas**. Tradução de Alexandre Salvaterra. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2007. 784p.

CORIOLOANO, Luzia Neide; LEITÃO, Cláudia S.; VASCONCELOS, F.P. Sustentabilidades e insustentabilidades do turismo litorâneo. **Revista de Gestão Costeira Integrada**, Porto, v.8, n.2, p.11-23, dez.2008. Disponível em: <<http://www.aprh.pt/rgci/rgci130.html>>. Acesso em: 22 jul. 2017.

_____. A contribuição do turismo ao desenvolvimento local. In: PORTUGUEZ, Anderson Pereira; SEABRA, Giovanni de Farias; QUEIROZ, Odaléia Telles M. M. (Orgs.) **Turismo, espaço e estratégias de desenvolvimento local**. João Pessoa: UFPB, 2012. 396p.

_____. Turismo e meio ambiente: interfaces e perspectivas. In: CORIOLOANO, Luzia Neide; VASCONCELOS, Fábio Perdigão (Orgs.). **O turismo e a relação sociedade-natureza: realidades, conflitos e resistências**. 2. ed. Fortaleza: EdUECE, 2014. 444p.

- COSTA, Sarany Rodrigues da; CARVALHO, Conceição de Maria Belfort de. Gestão descentralizada no turismo no Brasil: a regionalização como estratégia para o desenvolvimento nacional. In: SIMPÓSIO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO E TECNOLOGIA, 9., 2012, Resende. **Anais...** Resende: SEGET, 2012. p.1-15.
- DEAN, Warren. **A ferro e fogo: a história da devastação da mata atlântica brasileira.** São Paulo: Companhia das Letras, 1997. 484p.
- DEMO, Pedro. **Metodologia do conhecimento científico.** São Paulo: Atlas, 2000.
- DIAS, R. **Planejamento do turismo: política e desenvolvimento do turismo no Brasil.** São Paulo: Atlas, 2003.
- DINIZ, Célia Regina. **Metodologia científica.** Campina Grande; Natal: UEPB; UFRN, 2008.
- DUARTE, Renato. **Sustentabilidade em projeto e construção de casas, edifícios e comunidades.** Disponível em: <<http://www.jrrio.com.br>>. Acesso em: 28 dez. 2106.
- ESTENDER, Antonio Carlos; PITTA, Tercia de Tasso Moreira. O conceito do desenvolvimento sustentável. **Revista Terceiro Setor & Gestão-UnG**, Guarulhos, v.2, n.1, p.22-28, 2008. Disponível em: <<http://revistas.ung.br/index.php/3setor/article/view/399/484>>. Acesso em: 26 dez. 2016.
- FERNANDES, F. L. O programa de regionalização do turismo e sua aplicação no circuito turístico caminhos gerais. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SISTEMAS, 8., 2012, Poços de Caldas. **Anais...** Poços de Caldas: PUCMinas, 2012. p.663-678. Disponível em: <https://www.pucpcaldas.br/graduacao/administracao/revista/artigos/esp1_8cbs/28.pdf>. Acesso em: 27 set. 2016.
- FERNANDES, Laura Mary Marques. **O Ceará turístico: política de regionalização e governança dos destinos indutores.** 2014. 360 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Centro de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2014. Disponível em: <http://www.uece.br/mag/dmdocuments/laura_mary_marques_fernandes.pdf>. Acesso em: 27 set. 2016.
- _____. **O turismo no Ceará e os pacotes turísticos das agências de receptivo: proposta de redesenho.** 2002. 145 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão de Negócios Turísticos) – Centro de Estudos Sociais Aplicados, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2002.
- FERNANDES, Rubem César. O que é terceiro setor? **Revista do Legislativo**, Belo Horizonte, n. 18, p.26-30, 1997. Disponível em: <<https://dspace.almg.gov.br/bitstream/11037/1091/3/1091.pdf>>. Acesso em: 27 set. 2016.

FREITAS FILHO, Manuel Rodrigues de; SILVA, Edson Vicente da. Retrospectiva e evolução da paisagem na APA da Serra de Baturité com o auxílio de geotecnologias. In: BASTOS, Frederico de Holanda (Org.). **Serra de Baturité: uma visão integrada das questões ambientais**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2011. 248p.

GIRÃO, Raimundo. **Evolução histórica cearense**. Fortaleza: BNB/ETENE, 1986.

GONÇALVES, Leonardo Giovane M.; RIBEIRO, Renata Maria. Rota e roteiro: desafios para uma nova conceituação. In: FÓRUM INTERNACIONAL DE TURISMO DE IGUAÇU, 9., 2015, Foz do Iguaçu. **Anais...** Foz do Iguaçu: 2015. p.1-17. Disponível em: <<http://festivaldeturismodascataratas.com/wp-content/uploads/2015/12/5.-Rota-e-Roteiro-Desafios-para-uma-Nova-Conceitua%C3%A7%C3%A3o.pdf>>. Acesso em: 27 set. 2016.

GOODE W, J.; HATT, P. K. **Métodos em pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969. 422p.

GUTERRES, Ivani. **Agroecologia militante: contribuições de Enio Guterres**. São Paulo: Expressão Popular, 2006. 184p.

HADDAD, Paulo R. Ciclos de expansão e desequilíbrios regionais de desenvolvimento no Brasil. In: DINIZ, Clélio Campolina (Org.). **Políticas de desenvolvimento regional: desafios e perspectivas à luz das experiências da União Europeia e do Brasil**. Brasília: UnB, 2007.

HANAI, Frederico Yuri. Desenvolvimento sustentável e sustentabilidade do turismo: conceitos reflexões e perspectivas. **G&DR – Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, v.8, n.1, p.198-231, jan./abr.2012. Disponível em: <<http://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/589>>. Acesso em: 03 maio 2017.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ. **Perfil geossocioeconômico: um olhar para as macrorregiões de planejamento do Estado do Ceará**. Fortaleza: IPECE, 2014. 174p. Disponível em: <http://www.ipece.ce.gov.br/publicacoes/Perfil_Geossocioeconomico.pdf>. Acesso em: 12 maio 2017.

JUCÁ, Levi. **Pacoti – história e memória**. Fortaleza: Premium, 2014.

KRIPPENDORF, Jost. **Sociologia do turismo - para uma nova compreensão do lazer e das viagens**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Sociologia Geral**. 7. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 1999.

LEAL, Vinicius Barros. **História de Baturité: época colonial**. Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto, 1981.

LIMA, Darcy Roberto. **Café e composição química**. Disponível em: <<http://www.abic.com.br/publicue/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?inoid=161&sid=81>>. Acesso em: 03 maio 2017.

LIMA, Esperidião Q. **Antiga família do sertão**. Rio de Janeiro: AGIR, 1946. 331p.

MAIA, Sara Vidal; BAPTISTA, Maria Manuel. As rotas como estratégia turística: percepção de benefícios e obstáculos na construção de rotas museológicas na região de Aveiro. In: INTERNATIONAL CONFERENCE ON TOURISM & MANAGEMENT STUDIES, 1., 2011, Algarve. **Anais...** Algarve: Universidade de Algarve, 2011. p.672-682.

MANIGLIA, Elizabete. Educação sustentável, pressuposto de cidadania. In: DAVID, Célia Maria; SILVA, Hilda Maria Gonçalves da; RIBEIRO, Ricardo; LEMES, Sebastião de Souza (Org.). **Desafios contemporâneos da educação**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015. Disponível em: <<http://static.scielo.org/scielobooks/zt9xy/pdf/david-9788579836220.pdf>>. Acesso em: 25 jan. 2017.

MANKIW, Gregory N. **Introdução à Economia**. São Paulo: Thomson Learning, 2007.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARUJO, Noémi. O estudo de caso na pesquisa em turismo: uma abordagem metodológica. **Revista Turismo: estudos & práticas**, Mossoró, v.5, n.1, p.113-128, jan./jun.2016. Disponível em: <<http://periodicos.uern.br/index.php/turismo/article/viewFile/1966/1064>>. Acesso em: 25 jan. 2017.

MASSUKADO, Márcia Shizue. Políticas públicas: estratégias governamentais de intervenção no turismo. **Global Tourism**, São Paulo, v. 2, n. 1, 2006.

MINAS GERAIS. Secretaria do Turismo. **Informações**: o que é um circuito turístico, 2017. Disponível em: <<http://www.turismo.mg.gov.br>>. Acesso em: 02 abr. 2017.

MOLETTA, Vania Florentino. **Comercializando um destino turístico**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2002.

MOTICOCHI, Luiz; MARTIN, Nelson Batista; VEGRO, Celso Luis Rodrigues. Produção de café nos países concorrentes do Brasil e tendências do consumo mundial. **Informações Econômicas**, São Paulo, v.26, n.4, p.7-25, abr. 1997. Disponível em: <<http://www.iea.sp.gov.br/ftpiea/ie/1997/tec1-0597.pdf>>. Acesso em: 17 jan. 2017.

NOVO, Cristiane Barroncas Maciel Costa. **Planejamento e organização do turismo**. Manaus: Centro de Educação Tecnológica do Amazonas, 2010. 55p.

OLIVEIRA, Frederico Ferreira de. Circuitos turísticos de Minas Gerais: espaços de diálogo, educação e cidadania. In: SIMPÓSIO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO E TECNOLOGIA, 7., 2010, Resende. **Anais...** Resende: SEGET, 2010. p.1-9. Disponível em: <http://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos10/256_Circuitos%20Turisticos%20espacos%20de%20dialogo%20educacao%20cidadania%20-%20FREDERICO.pdf>. Acesso em: 17 jan. 2017.

OLIVEIRA, Gevan. Ouro negro. **Revista da FIEC**, Fortaleza, v.4, n.44, p.33-37, jan. 2011. Disponível em: <http://www.sfiiec.org.br/portaltv2/sites/revista/files/files/revista_fiec_jan2011.pdf>. Acesso em: 17 jan. 2017.

OLIVEIRA, José Teixeira de. **História do café no Brasil e no mundo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Barléu Edições Ltda, 2004.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS BRASIL. **Meio ambiente**. 2016. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org>>. Acesso em: 17 jan. 2017.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. **Código de ética mundial para o turismo**. Santiago do Chile: ONU, 1999.

ORMOND, José Geraldo Pacheco; PAULA, Sérgio Roberto Lima; FAVERET FILHO, Paulo. **Café: (re)conquista dos mercados. BNDES Setorial**, Rio de Janeiro, n.10, p. 3-56, set. 1999.

PEREIRA, João Victor Inácio. Sustentabilidade: diferentes perspectivas, um objetivo comum. **Economia Global e Gestão**, Lisboa, v.14, n.1, p.115-126, abr.2009. Disponível em: <<http://www.scielo.mec.pt/pdf/egg/v14n1/v14n1a08.pdf>>. Acesso em: 18 set. 2016.

PORTO, Luana Cavalcanti. **Cortes e recortes do turismo no maciço de Baturité: reflexões a partir da avaliação do programa de apoio ao turismo regional (PROATUR)**. 2008. 221f. Dissertação (Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas) – Pós-Graduação em Avaliação de Políticas Públicas, Universidade Federal do Ceará: Fortaleza, 2008. Disponível em: <<http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/2510>>. Acesso em: 18 set. 2016.

POZZER, Giovana; SILVEIRA, Vicente Celestino Pires. **As rotas turísticas como estratégia de desenvolvimento territorial: os arranjos institucionais no estado do Rio Grande do Sul – Brasil**. Santa Maria: UFSM, 2008.

RAMOS, Maria da Conceição P.; PATRÍCIO, Olívio. **Políticas e estratégias de coesão econômica, social e territorial para um desenvolvimento sustentável**. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2014. p.316-335. Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/13214.pdf>>. Acesso em: 18 set. 2016.

RAMOS, Rita de Cássia P. F. **“O que é turismo sustentável?”**. 07 maio 2013. Disponível em: <<http://www.sustentavelturismo.com>>. Acesso em: 06 jul. 2016.

ROCHA, Adriana Marques; LIMA, Luiz Cruz; CORIOLANO, Luzia Neide M.T. A luta pelo direito à terra, cultura, turismo e desenvolvimento local: o caso de Batoque – Aquiraz – CE. In: SEMANA UNIVERSITÁRIA DA UECE, 8., 2004, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza: UECE, 2004. p.1-15.

ROCHA, Jefferson Marçal da. Desenvolvimento e sustentabilidade do turismo: preceitos da teoria da capacidade de carga turística. **Rosa dos Ventos**, Caxias do Sul, v.3, n.3, p.382-392, jul./dez. 2011. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/rosadosventos/article/view/456/pdf_58>. Acesso em: 21 ago. 2016.

RODRIGUES, Suzana de Mendonça. Planejamento, elemento chave para o desenvolvimento do turismo: um estudo sobre a importância da regionalização e o planejamento do turismo no município Barra dos Coqueiros, Sergipe (Brasil). **Revista de Turismo Contemporâneo – RTC**, Natal, v.2, n.2, p.206-226, jul./dez. 2014. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufrn.br>>. Acesso em: 30 dez. 2016.

ROTA DAS EMOÇÕES. **A rota**. 2016. Disponível em: <<http://www.rotadasemocoos.com.br>>. Acesso em: 20 dez. 2016.

RUSCHMANN, Doris van de Meene. **Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente**. Campinas, SP: Papirus, 1997.

SACHS, Jeffrey. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. 2 ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2002, 96p.

SAES, Maria Sylvia M.; SOUZA, Maria Celia Martins de; OTANI, Malimíria Norico. **Equívocos de pacotes tecnológicos: o exemplo de Baturité**. São Paulo: IEA, 2002. Disponível em: <<http://www.iea.sp.gov.br>>. Acesso em: 28 dez. 2015.

_____; NAKAZONE, Douglas. **O agronegócio café do Brasil no mercado internacional**. Revista FAE BUSINESS, Curitiba, n.9, p.40-42, set.2004.

SANTOS, Anderson Alves. **A importância do circuito turístico para o fomento da economia e para a preservação ambiental – caso São Roque de Minas**. 2004. 113 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2004. 110 p.:il. Dissertação de Mestrado – UFLA. Disponível em: <<http://repositorio.ufla.br/handle/1/3229>>. Acesso em: 28 dez. 2015.

SANTOS, Jaqueline Guimarães. **Sistemas de indicadores de sustentabilidade para o turismo: aplicação de uma abordagem participativa em Porto de Galinhas, PE**. 2013. 221 f. Dissertação (Mestre em Administração) – Departamento de Ciências Administrativas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013. Disponível em: <<http://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/10948>>. Acesso em: 18 mar. 2017.

SANTOS, Luara Lázaro Gomes dos; SANTOS, Cristiane Alcântara de Jesus; CAMPOS, Antonio Carlos. Regionalização do turismo no Brasil e a descentralização do turismo no estado de Sergipe: o caso do roteiro cidades históricas. In: COLOQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA, 12., 2012, Bogotá. **Anais...** Bogotá: Geocrítica, 2012. p.1-17. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/coloquio2012/actas/07-L-Gomes.pdf>>. Acesso em: 26 dez. 2016.

SCHÄRER, René. Turismo sustentável: um estudo de caso sobre a experiência da comunidade de prainha do Canto Verde no litoral do Ceará. **PASOS – Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**, Tenerife/ES, v.1, n.2, p.231-242, jun.2003. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/881/88110211.pdf>>. Acesso em: 15 mar. 2017.

SENA, Augusto Marcos Carvalho de; MATOS, Fátima Regina Ney, MESQUITA, Rafael Fernandes de; MACHADO, Diego de Queiroz. Desenvolvimento sustentável e a abordagem *grassroots*: delineando caminhos convergentes. In: ENCONTRO INTERNACIONAL SOBRE GESTÃO EMPRESARIAL E MEIO AMBIENTE, 16., 2014, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2014. p.1-17. Disponível em: <<http://www.engema.org.br/XVIENGEMA/152.pdf>>. Acesso em: 15 mar. 2017.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. **Rede de cooperação técnica para roteirização**. Brasília: Sebrae, 2007.

_____. **Rota do Café Verde Maciço de Baturité – CE**. Fortaleza, 2015.

_____. **Rota do Café Verde Maciço de Baturité – CE: metodologia de implantação da rota**. Sebrae. Fortaleza, 2015.

_____. **Rota Verde do Café Maciço de Baturité – CE**. Fortaleza, 2016.

SILVA, Fabiana dos Santos; COSTA, Sarany Rodrigues da; CARVALHO, Conceição de Maria Belfort de. Políticas públicas de turismo no Brasil: estratégias para administração da atividade no país. In: Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia, 10., 2013, Resende. **Anais...** Resende: SEGET, 2013. Disponível em: <<http://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos13/36218351.pdf>>. Acesso em: 15 mar. 2017.

SILVA, Glaubécia Teixeira da. **Roteiro turístico**. Manaus: Centro de Educação Tecnológica do Amazonas, 2010. 66p.

SILVA, Thiago Nascimento; CASIMIRO FILHO, Francisco; LIMA, Patrícia Verônica Pinheiro Sales. Turismo rural: uma estratégia de desenvolvimento rural para o assentamento Coqueirinho – Fortim/CE. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL – SOBER, 48., 2010, Campo Grande. **Anais...** Campo Grande: SOBER, 2010. Disponível em: < <http://www.sober.org.br/palestra/15/524.pdf>>. Acesso em: 15 mar. 2017.

SILVEIRA, Carlos Eduardo; PAIXÃO, Dario Luiz Dias; COBOS, Valdir José. Políticas públicas de turismo e política no Brasil: singularidades e (des)continuidade. **Ciência & Opinião**, Curitiba, v.3, n.1, jan./jul. 2006.

SILVEIRA, Marcos Aurélio Tarlombini da. **Turismo, políticas do ordenamento territorial e desenvolvimento: um foco no Estado do Paraná no contexto regional**. 2002. 183 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

SOUZA, Arminda Mendonça; CORRÊA, Marcos Vinícios M. **Turismo – conceitos, definições e siglas**. Manaus: Valer, 2000.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão na literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, v.8, n.16, p. 20-45, jul./dez. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>>. Acesso em: 15 fev. 2017.

SWARBROOKE, John. **Turismo sustentável**: conceitos e impacto ambiental. São Paulo: Aleph, 2000.

TAVARES, Adriana de Menezes. **City tour**. São Paulo: Aleph, 2002.

VENTURA, Magda Maria. O estudo de caso como modalidade de pesquisa. **Revista Brasileira de Cardiologia – SOCERJ**, Rio de Janeiro, v.20, n.5, p.383-386, set./out. 2007. Disponível em: <http://www.rbconline.org.br/wp-content/uploads/a2007_v20_n05_art10.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2017.

VIEIRA, Aline Rodrigues Mendes. **Planejamento de políticas públicas de turismo**. Análise dos módulos operacionais do Programa de Regionalização do Turismo no Polo São Luis – MA. 2011. 134 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Turismo) – Centro de Excelência em Turismo, Universidade de Brasília, Brasília, 2011. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/9204/1/2011_AlineRodriguesMendesVieira.pdf>. Acesso em: 12 maio 2017.

WEISSBACH, Paulo Ricardo Machado. Roteiros turísticos: definindo uma base conceitual. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO, 15., 2010, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: Unicruz, 2010. p.1-4. Disponível em: <<http://www.cursosonlinecursos.com.br/curso/apostila/05b33480ddeb9c20183d284402e39f758e2863dc8eca.pdf>>. Acesso em: 12 maio 2017.

WORLD TOURISM ORGANIZATION. **UNWTO Annual Report 2015**. Madrid: UNWTO, 2016.

WORLD WIDE FUND FOR NATURE. **O que é uma RPPN?** Brasília, 2017.

ZAFALON, Antonio Márcio; DUARTE, Márcio; RODRIGUES, Alice de Fátima. **A importância do capital humano nas empresas**. Maringá: UEM, 2006.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Formulários aplicados aos proprietários de estabelecimentos



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS APLICADOS
MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO DE NEGÓCIOS TURÍSTICOS
Formulário aplicado aos proprietários dos equipamentos turísticos da Rota Verde do Café

Questionário nº _____

1. Dados Pessoais

Sexo _____

Idade _____

Naturalidade _____ Estado _____

2. Informações sobre o equipamento turístico

2.1. O equipamento cobra pela visitação turística?

____ Sim ____ Não

2.1.1. Em caso de resposta afirmativa, qual o valor médio cobrado por visitante (R\$)?

2.2. Houve aumento da receita média mensal com a inclusão do equipamento na Rota Verde do Café?

____ Sim ____ Não

2.2.1. Em caso de resposta afirmativa, qual o percentual?

2.3. Houve aumento na quantidade média mensal de turistas após a inclusão do equipamento na Rota Verde do Café?

____ Sim ____ Não

2.3.1. Em caso de resposta afirmativa, qual o percentual?

2.4. Qual o número de empregados do equipamento turístico?

2.4.1. Houve aumento no número de empregados com a inclusão do equipamento na Rota Verde do Café?

____ Sim ____ Não

2.4.2. Qual a origem dos empregados contratados?

____ do próprio município

____ de outros municípios da região

____ de municípios de outras regiões

2.5. O equipamento dispõe de espaço para comercialização de produtos típicos?

____ Sim ____ Não

2.5.1. Em caso de resposta afirmativa, quais produtos são comercializados?

2.6. Qual a origem da fabricação dos produtos comercializados?

____ do próprio município

____ de outros municípios da região

____ de municípios de outras regiões

2.7. O equipamento abre para visitação aos finais de semana e feriados?

____ Sim ____ Não

2.8. O equipamento possui livro de registro de visitas?

____ Sim ____ Não

2.9. O equipamento possui programa de economia/reutilização de água?

____ Sim ____ Não

2.10. O equipamento possui programa de economia de energia elétrica?

____ Sim ____ Não

2.11. O equipamento possui áreas de proteção, em recuperação ou recuperadas?

____ Sim ____ Não

2.12. O equipamento possui acomodações para hospedagem?

____ Sim ____ Não

2.13. O equipamento possui certificação ambiental e/ou turística?

____ Sim ____ Não

2.14. Foram realizados investimentos no equipamento para atender à demanda turística?

____ Sim ____ Não

2.14.1. Em caso de resposta afirmativa, quais?

2.15. O equipamento possui programa de projeto social envolvendo os residentes locais?

____ Sim ____ Não

2.15.1. Em caso de resposta afirmativa, quais?

2.16. O equipamento estabelece limitação do número de turistas por grupo de visitação?

____ Sim ____ Não

2.17. O equipamento recebe algum tipo de apoio dos órgãos governamentais para fazer parte da Rota Verde do Café?

____ Sim ____ Não

2.17.1 Em caso de resposta afirmativa, quais?

APÊNDICE B – Formulários aplicados aos empregados dos estabelecimentos



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS APLICADOS
MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO DE NEGÓCIOS TURÍSTICOS
Formulário aplicado aos empregados dos equipamentos turísticos da Rota Verde do Café

Questionário nº _____

1. Dados Pessoais

Sexo _____

Idade _____

Estado Civil _____

Naturalidade _____ Estado _____

Grau de Escolaridade:

___ Não alfabetizado

___ Alfabetizado

___ Ensino fundamental

Ensino médio

Ensino superior

Especialização

Mestrado

Doutorado

2. Informações sobre o trabalho desempenhado no equipamento turístico

2.1. Qual o cargo/função que você desempenha?

2.2. Qual a sua renda mensal? (R\$)

2.3. Você possui outras fontes de renda? Sim Não

2.3.1. Em caso de resposta afirmativa, que tipo de renda?

2.4. Você trabalha com carteira assinada?

Sim Não

2.5. Você já fez algum curso/treinamento profissional por intermédio da Rota Verde do Café?

Sim Não

2.5.1. Em caso de resposta afirmativa, qual?

2.6. Você começou a trabalhar no estabelecimento

____ Antes da Rota Verde do Café

____ Depois da Rota Verde do Café

2.7. Você fabrica algum produto típico para comercialização?

____ Sim ____ Não

2.7.1. Em caso de resposta afirmativa, qual?

2.7.2. Você recebe algum ganho extra pela participação na venda desses produtos?

____ Sim ____ Não

APÊNDICE C – Formulários aplicados aos turistas



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS APLICADOS
MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO DE NEGÓCIOS TURÍSTICOS

Formulário aplicado aos turistas que visitam a Rota Verde do Café

Questionário nº _____

1. Dados Pessoais

Sexo _____

Idade _____

Cidade de residência _____ Estado _____

2. Informações sobre a Rota Verde do Café

2.1. Como você adquiriu informações sobre a Rota Verde do Café?

2.2. Você veio visitar os equipamentos da Rota Verde do Café por meio:

_____ próprio

_____ de amigos

_____ de agência de turismo receptivo

_____ de instituição de ensino

_____ outros

2.3. Qual a sua opinião sobre as condições de sinalização da Rota Verde do Café?

Muito insatisfeito

Insatisfeito

Indiferente

Satisfeito

Muito satisfeito

2.4. Qual a sua opinião sobre a qualidade dos produtos/serviços comercializados na Rota do Café Verde?

Muito insatisfeito

Insatisfeito

Indiferente

Satisfeito

Muito satisfeito

2.5. Qual a sua opinião sobre os preços cobrados dos produtos/serviços praticados na Rota Verde do Café?

Muito insatisfeito

Insatisfeito

Indiferente

Satisfeito

Muito satisfeito

2.6. Qual a sua opinião sobre a estrutura dos equipamentos da Rota Verde do Café?

Muito insatisfeito

Insatisfeito

Indiferente

Satisfeito

Muito satisfeito

2.7. A Rota Verde do Café contribuiu para aumentar o tempo de estadia na região?

Sim Não

2.8. Quais os aspectos positivos encontrados na Rota Verde do Café?

2.9. Quais os aspectos negativos encontrados na Rota Verde do Café?

2.10. Você recomendaria a alguém visitar a Rota Verde do Café?

Sim Não

2.11. Você faria alguma sugestão para melhorias na Rota Verde do Café?

Sim Não

2.11.1. Em caso de resposta afirmativa, qual?

APÊNDICE D – Formulários aplicados aos agentes institucionais



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS APLICADOS
MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO DE NEGÓCIOS TURÍSTICOS
Formulário aplicado aos agentes institucionais ligados à Rota Verde do Café

Questionário nº _____

1. Instituição

2. A instituição possui atuação na Rota Verde do Café?

____ Sim ____ Não

2.1. Em caso de resposta afirmativa, quais áreas de atuação?

2.1.1. Quais as razões que levaram à criação da Rota Verde do Café?

2.1.2. Quais as principais conquistas alcançadas durante o processo de viabilização da Rota Verde do Café?

2.1.3. Quais os principais problemas encontrados nesse período?

3. A instituição promove programas de capacitação aos participantes da Rota Verde do Café?

___ Sim ___ Não

3.1. Em caso de resposta afirmativa, quais programas são promovidos?

4. A instituição promove estratégias de divulgação e comercialização dos produtos/serviços da Rota Verde do Café?

___ Sim ___ Não

4.1. Em caso de resposta afirmativa, quais estratégias são realizadas?

5. A instituição estimula a participação da comunidade local na Rota Verde do Café?

___ Sim ___ Não

5.1. Em caso de resposta positiva, de que maneira?

6. A instituição propõe ações que objetivem a proteção do patrimônio histórico e natural dos equipamentos da Rota Verde do Café?

___ Sim ___ Não

6.1. Em caso de resposta afirmativa, quais ações?
